



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOÃO GABRIEL NASCIMENTO DE ANDRADE

**TRABALHO INFORMAL E TERRITÓRIO: Aportes sobre o comércio ambulante na
área central do Recife-PE**

RECIFE

2014

JOÃO GABRIEL NASCIMENTO DE ANDRADE

**TRABALHO INFORMAL E TERRITÓRIO: Aportes sobre o comércio ambulante na
área central do Recife-PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito à obtenção de título de Mestre em Geografia

Orientadora: Prof^ª Dra. Edvânia Tôrres Aguiar
Gomes

RECIFE

2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

A553t Andrade, João Gabriel Nascimento de.
Trabalho informal e território : aportes sobre o comércio ambulante na área central do Recife-PE / João Gabriel Nascimento de Andrade. – Recife: O autor, 2014.
117 f. : il. ; 30cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edvânia Tôres Aguiar Gomes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2014.
Inclui referências e apêndice.

1. Geografia. 2. Trabalho. 3. Setor informal (Economia). 4. Vendedores ambulantes – Recife (PE). 5. Espaços públicos. I. Gomes, Edvânia Tôres Aguiar (Orientadora). II. Título.

910 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2014-111)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOÃO GABRIEL NASCIMENTO DE ANDRADE

**TRABALHO INFORMAL E TERRITÓRIO: Aportes sobre o comércio ambulante na
área central do Recife-PE**

Dissertação defendida e Aprovada pela banca examinadora:

Orientador: _____

Dra. Edvânia Tôrres Aguiar Gomes (PRODEMA/UFPE)

2º Examinador: _____

Dr. Francisco Kennedy Silva dos Santos (PPGEO/UFPE)

3º Examinador: _____

Dra. Mariana Zerbone Alves de Albuquerque (UFRPE)

RECIFE – PE

27/08/2014

AGRADECIMENTOS:

Gostaria de agradecer ao trabalhador brasileiro, aquele que perde 10, 12 horas do seu dia, entre trajeto casa-trabalho e a atividade laboral que desempenha, por ter contribuído diretamente, através do pagamento de seus impostos, para a realização desta pesquisa.

Agradecer também a minha família, que mesmo (alguns) não sabendo do que se trata um mestrado, sempre apoiou. Agradecimento especial a minha mãe, Selma, a meu pai, Sandro, a minha vó, Naninha, e a tabacuda da minha irmã, Ana. Amo muito vocês.

Aos Amigos. Em especial, Otávio e Aurélio.

A professora Edvânia Tôres, pelas conversas, orientações, elogios e paciência.

Ao professor Cláudio Castilho, por também contribuir significativamente para minha formação humana e profissional.

A coordenação, professores e funcionários do PPGEIO, pelas contribuições e paciência. Muito grato pelas inúmeras ajudas, Eduardo.

Ao presidente do SINTRACI, Severino Alves.

Aos trabalhadores informais do Recife.

A todos, meus sinceros agradecimentos. Abraços.

“Sou camelô, sou de mercado informal
Com minha guia sou, profissional
Sou bom rapaz, só não tenho tradição
Em contra partida sou, de boa família.
Olha doutor, podemos rever a situação
Pare a polícia, ela não é a solução, não.

Não sou ninguém, nem tenho pra quem apelar
Só tenho o meu bem que também não é ninguém

Quando a polícia cai em cima de mim
Até parece que sou fera
Quando a polícia cai em cima de mim
Até parece que sou fera
Até parece, até parece...”

(Camelô, Edson Gomes)

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo central analisar os territórios do trabalho informal da área central da cidade do Recife, mais especificamente o universo da informalidade dos trabalhadores ambulantes, atividade que atua como subterfúgio para minorar as agruras oriundas da exclusão dos postos de trabalho que é submetida parcela da mão de obra urbana. Para tanto, reconstitui-se os processos sociais que originaram e condicionaram esta modalidade de trabalho. Realizou-se uma breve discussão acerca da categoria trabalho e sua centralidade na sociedade contemporânea, além de considerações a respeito do conceito de setor informal, e os diferentes enfoques teóricos sobre o trabalho informal. No que tange o objeto propriamente dito, os ambulantes, realizou-se um breve balanço histórico sobre o trabalho de rua no Brasil e no Recife, identificando uma longa tradição dos trabalhadores com a cidade, além de abordar as atuais características da atividade realizada na área central do Recife.

Palavras-chave: Trabalho; Trabalho Informal; Ambulantes; Área Central do Recife.

ABSTRACT

This research has the main objective of the analysis of informal work areas of the central area of the city of Recife, more specifically the world of informality of street workers, activity that acts as a subterfuge to alleviate the hardships arising from the exclusion of the jobs that is subject portion of the urban workforce. To do so, reconstitutes up the social processes that led to and conditioned this way of working. Also held a brief discussion on the working class and its centrality in contemporary society, and considerations regarding the concept of the informal sector, and the different theoretical approaches on informal work. Regarding the object itself, the street, held a brief historical account about the street work in Brazil and Recife, identifying a long tradition of working with the city, in addition to addressing the current characteristics of the activity carried out in the area center of Recife.

Key words: Work; Informal work; Street; Central area of Recife.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Área Central do Recife.....	81
Figura 2 - Localização das vias com maior concentração do comércio ambulante.	95
Figura 3 - Comércio próximo a Avenida Dantas Barreto: Exemplo das barracas utilizadas pelos trabalhadores ambulantes.....	96
Figura 4 - Circuito superior e inferior dividem o mesmo espaço: o comércio ambulante, na rua Sete de Setembro, ao lado de grandes empresas do comércio varejista.....	98
Figura 5 - Capa do jornal Folha de Pernambuco: clara tentativa de criminalização da representatividade dos trabalhadores ambulantes.....	99

LISTA DE SIGLAS

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

CDB - Central Business District

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

DIRCON – Diretoria de Controle Urbano

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

LC – Lei complementar

MEI – Micro Empreendedor Individual

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PREALC – Programa Regional de Emprego para a América Latina

SINTRACI – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal do Recife

ZCN – Zona Central de Negócios

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – TRABALHO E INFORMALIDADE: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS	16
1.1. Do trabalho ao “trabalho informal”	16
1.1.1. O trabalho.....	17
1.1.2. Força de trabalho.....	25
1.1.3. O processo histórico de formação de trabalhadores excedentes.....	26
1.2. A informalidade	30
1.2.1. Considerações acerca do conceito de setor informal.....	30
1.2.2. Os diferentes enfoques teóricos sobre o trabalho informal.....	33
1.2.3. Reestruturação produtiva e nova informalidade.....	41
CAPÍTULO II – ANÁLISE DOS TERRITÓRIOS DO TRABALHO INFORMAL DA ÁREA CENTRAL DO RECIFE: OS AMBULANTES EM FOCO	56
2.1. O trabalho de rua no Brasil	56
2.1.1. O ambulante.....	63
2.2. O espaço dividido: a teoria dos dois circuitos como ferramenta de análise do comércio ambulante	65
2.2.1. Os dois circuitos socioespaciais da economia urbana: formação e características.....	67
2.2.2. Os vendedores de rua.....	71
2.3. Área Central: características gerais	72
2.3.1. Área Central do Recife: formação e características.....	79
2.4. A presença (histórica) do ambulante na área central do Recife	81
2.5. Categoria de análise: o território	89
2.6. Territórios dos ambulantes da Área Central do Recife: repressão e luta	93
2.6.1. Indivíduos e territórios: algumas considerações.....	94
2.6.2. Preconceito e Repressão.....	98
2.6.3. Luta: a fundação do SINTRACI	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICE	111

Introdução

Esta dissertação tem por desígnio investigar o processo de formação dos territórios associados ao exercício do trabalho informal na área central da cidade do Recife, sobretudo, recortando no universo da informalidade os trabalhadores ambulantes. Para tanto, reconstitui os processos sociais que originam e condicionam esta modalidade de trabalho. Antes, porém, se torna premente delinear as diretrizes que orientam e abastecem as reflexões que compõem esta dissertação.

Muito já se debateu acerca da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. As transformações da década de 70 e 80 do século XX impulsionaram a produção de uma ampla literatura revisionista que, grosso modo, salientavam que “a sociedade do trabalho” já não daria conta de explicar, satisfatoriamente, as dinâmicas engendradas nas relações sociais coevas. Desta perspectiva, “a sociedade, o Estado e os indivíduos, portanto, já não teriam no trabalho a referência central para a sua existência” (ARAUJO, 1999, pág. 2). Delineamos os contornos mais expressivos deste debate ao longo do trabalho (Cf. capítulo 1), contudo, é preciso salientar antecipadamente que este trabalho está consubstanciado no entendimento de que, apesar da emergência de novas dinâmicas sociais e categorias explicativas, o trabalho permanece como um dos elementos nodais para explicação das práticas sociais no presente e no passado. Noutros termos, as mudanças verificadas no sistema capitalista não afetaram sua racionalidade central: a sociedade de mercado e mercantilização das variadas instâncias da vida. Deste modo, “não ocorre que a grande variedade nas formas de organização do trabalho e relações de trabalho houvesse dinamitado a lógica capitalista de produção e socialização de trabalho abstrato, produção de mercadorias e acumulação” (KONIG, 1994, pág. 176).

Atualmente presenciamos uma expansão incontida do capitalismo, integrando os diversos rincões do globo. Uma das características mais patentes desse fenômeno é o recrudescimento “do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços.” (ANTUNES, 1999, pág. 41).

A partir deste contexto que analisamos a constituição do mercado de trabalho informal. Nas sociedades capitalistas a expansão das atividades informais está atrelada, do ponto de vista estrutural, à não inserção dos trabalhadores nos setores da produção moderna. Estrategicamente, esse contingente subutilizado de trabalhadores concorre para fomentar uma

acentuada desvalorização do trabalho frente ao capital. Deste modo, consoante às reflexões elaboradas por Marx, não podemos negligenciar que “como mercadoria, o trabalho deve baixar cada vez mais de preço: o que força a isso é a concorrência entre capitalista e trabalhadores, em parte a concorrência entre trabalhadores...” (MARX, 2004, pág. 36). Em outro texto, Marx expõe de modo ainda mais enfático o modo como concebia a relação de entre a população economicamente ativa e o “exército de reserva”. Assim, afirmava que:

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e a submissão aos ditames do capital. A condenação de parcela a ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social (MARX, 1983, pág. 203).

Nesse sentido, torna-se patente os condicionamentos estruturais que definem o campo da informalidade. No entanto, essa é uma das muitas vertentes que tentam explicar o fenômeno. Deste modo, para conferirmos maior inteligibilidade ao estudo é preciso perscrutar as conjunturas políticas e econômicas, bem como, as variadas definições acerca do binômio formal/informal.

Uma constatação trivial: seguramente, não estamos diante de um fenômeno de fácil compreensão ou com diretrizes absolutamente consensuais, ao contrário, é um campo fecundo de investigação e tem suscitado efusivas contendas entre os pesquisadores. Prova disto são as diversas caracterizações existentes e a amplitude que vem assumindo o conceito de trabalho informal. Ora, apresentado como compreendendo aquelas atividades produtivas que se praticam à margem da legislação de um dado país, ora corresponde ao trabalho executado em estabelecimentos de natureza distinta dos tipicamente capitalista.

Para além das sutilezas teóricas e metodológicas, a ideia corrente, especialmente, nos meios televisivos, atesta o caráter perigoso ou desordeiro dos que praticam essas atividades. No caso específico dos trabalhadores ambulantes, normalmente, são considerados entraves para efetivação das políticas de ordenamento urbano. Não raro, essas representações identificam o trabalho informal como algo necessariamente negativo, visto que entendem a “informalidade com algum tipo de pobreza ou que não distinguem práticas criminosas (por exemplo, a venda de produtos ilegais) de outras situações ilegais não criminosas ou não previstas pela lei” (NORONHA, 2003, pág.116). Na maior parte das representações correntes sobre o trabalhador ambulante se torna patente o reiterado uso de pechas e a crescente criminalização destas atividades relacionando o trabalho ambulante com uma série de distúrbios organizacionais na cidade.

Atualmente, o comércio ambulante é uma das manifestações mais notórias das atividades informais engendradas na dinâmica urbana. O comércio ambulante atua como um subterfúgio para minorar as agruras oriundas da exclusão dos postos de trabalho que é submetida parcela da mão de obra urbana e rural, especialmente, seu contingente menos qualificado. No Brasil, historicamente, o Estado em tem oscilado em entre uma postura indiferente diante das demandas da categoria ou simplesmente optado pela repressão sistemática e truculenta que se notabilizada, dentre outras ações, pelo confisco de mercadorias e violência físicas perpetradas, geralmente, pelos agentes municipais. Geralmente, “para os trabalhadores ambulantes, os efeitos de segregação socioterritorial (...) se manifestam por meio da proibição e expulsão dos espaços públicos”.¹

Nestas práticas coibitivas nada há de insólito, visto que representam uma notória continuidade com as políticas implementadas desde o período colonial onde já se verificava uma ostensiva tentativa de controlar o fluxo das quitandeiras por meio de normas exaradas pelas assembleias locais.

A temática do comércio ambulante suscita uma discussão de questões fulcrais da sociedade contemporânea, afinal, se encontra tangenciado por problemáticas que remetem a exclusão social perpetrada pela lógica do capital, mas também revela a recorrente omissão e classismo que tem pautado as políticas do Estado. Ainda resvala em um debate ancilar sobre o “direito à cidade”. Avançar no entendimento dessas questões é o primeiro passo para almejar a intervenção nas políticas públicas, vislumbrando um planejamento urbano que leve em conta a existência do trabalho ambulante.

O método norteador da pesquisa, como perceber-se-á através de sua leitura, foi o materialismo histórico dialético, e o procedimento metodológico utilizado, o regressivo-progressivo, no sentido de atingir os três momentos propostos por Lefebvre. O objetivo central foi investigar/analisar o processo de formação dos territórios do trabalho informal da área central da cidade do Recife, e, mais especificamente os trabalhadores ambulantes.

Para lograr os objetivos, o trabalho foi estruturado da seguinte maneira: o primeiro capítulo tem por finalidade realizar um debate conceitual relativamente amplo: parte da definição do conceito de trabalho tal qual apresentado nos marcos da tradição marxista, ou seja, o trabalho enquanto interação dialética do homem com a natureza. Em seguida, enfatiza

¹ CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS. **Trabalho informal e direito à cidade**: dossiê de violações de direitos de trabalhadores ambulantes e domiciliares imigrantes. São Paulo, 2012, p. 19.

as acepções que o trabalho assume na sociedade capitalista. A partir das discussões atinentes à formação do “exercito industrial de reserva”, o leitor encontrará um balanço sobre as nuances do processo histórico de acumulação primitivo do capital. Demarcado os condicionantes estruturais, o estudo examina a literatura disponível acerca da informalidade ressaltando suas possibilidades e limites. Por fim, elucidam-se as variadas abordagens e debates acerca do trabalho informal ressaltando as interpretações mais recorrentes (neoliberais, estruturalista, marginalista, desenvolvimento/subdesenvolvimento, Solidarista).

O capítulo 2, intitulado *Análise dos territórios do trabalho informal da área central do Recife: os ambulantes em foco*, passa a descrever e analisar o objeto propriamente dito, os trabalhadores ambulantes na cidade. A partir de um balanço histórico, identifica-se uma longa tradição de trabalhadores ambulantes na cidade, no entanto, a “Cidade dos Mascates”, que supostamente convivia harmoniosamente com este conjunto de trabalhadores, emerge como reguladora e repressiva. Os trabalhadores que viviam comerciando nas ruas do Recife foram alvos constantes e, vale lembrar que “no imaginário dominante, no século XIX, entre a elite e membros de uma classe média urbana com foros de requintada, a venda estava associada a tudo o que havia de mais ignóbil e perigoso: lugar de vícios e de desordem” (SILVA, 2005, pág. 9). Analisaremos, ainda, a tradição dos trabalhos de rua no Brasil, ressaltando as condições precarizadas em que esses trabalhadores exercem suas atividades, bem como, os entraves que a categoria enfrenta para organizar coletivamente suas demandas.

Ainda no âmbito do segundo capítulo traçamos um balanço conceitual a partir das contribuições de Milton Santos. Este autor formula a teoria dos dois circuitos que propõem a existência de dois subsistemas (inferior e superior) que condicionam o funcionamento das cidades em países periféricos. De modo subsequente, delineamos as caracterizações mais salientes das áreas centrais de uma cidade arquitetada em função da lógica do capital. Por fim, o trabalho se debruça sobre os trabalhadores ambulantes do Recife, no passado e no presente. À luz do arcabouço teórico-metodológico da Geografia, analisamos o processo de repressão e das plataformas de luta da categoria.

CAPÍTULO I

TRABALHO E INFORMALIDADE:

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

1.1. Do trabalho ao “trabalho informal”

O estilo de vida da época atual, pautado, entre outros aspectos, por um consumismo exacerbado e pela velocidade com que os indivíduos se relacionam – relações controladas pelos ponteiros do relógio e mediadas por aparelhos tecnologicamente avançados –, características marcantes da vida nas grandes cidades, cria um número cada vez maior, e diverso, de necessidades materiais nas pessoas.² A extenuante rotina enfrentada pelos milhares de cidadãos todos os dias não os permite refletir sobre vários aspectos que permeiam suas vidas como, por exemplo, a demanda incontrolada por uma gama enorme de objetos, os quais mais da metade poderiam ser facilmente descartados, pois não são preponderantes na execução das suas obrigações e atividades diárias. O que a grande maioria das pessoas não percebe – e não é mostrado nas afortunadas campanhas publicitárias – é que os objetos como os utilizamos e consumimos, não aparecem na sociedade nas formas que conhecemos (um carro, um telefone celular, uma cadeira). Para tomar a forma que estamos familiarizados, um celular, quase que indispensável na vida moderna, responsável pelo encurtamento das distâncias e pela comunicação imediata, ou uma pequena caneta, utilizada para fazer uma simples anotação, por exemplo, passa por variados processos de transformação, os quais requerem dois componentes fundamentais: um componente ambiental (as matérias-primas necessárias para produzir os componentes do celular, por exemplo) e um componente social, o trabalho. É da interação entre esses dois componentes que surgem os mais variados objetos que são utilizados diariamente em nossa sociedade.

É no meio natural, e não nas prateleiras dos supermercados, que o homem encontra os elementos que satisfazem suas necessidades. É do meio natural que são retirados os elementos que são ou consumidos de forma direta, ou seja, sem passar por algum tipo de processo transformador, como a água e determinados grupos de alimentos, ou aqueles que são fundamentais no processo de produção dos vários objetos que os indivíduos utilizam diariamente (uma camisa, um sapato, um caderno, etc.). Para produzir os componentes de um

² É bem verdade que várias dessas necessidades são criadas por uma ofensiva publicitária totalmente descompromissada com princípios éticos, e não correspondem as reais necessidades dos indivíduos.

automóvel (carroceria, pneus, motor), por exemplo, são necessários elementos que são encontrados apenas no meio natural, como o ferro e o látex, e até mesmo para funcionar ele depende de um combustível derivado de outro elemento exclusivamente natural, o petróleo. Mediando esse processo transformador que se inicia na obtenção dos elementos naturais e termina na produção dos objetos que são consumidos socialmente, está o trabalho.

1.1.1. *O trabalho*

Na linguagem cotidiana, a palavra trabalho aparece cercada de vários significados. A depender da circunstância, aparece carregada de emoção, lembrando dor, fadiga, tortura, suor do rosto. Aparece, ainda, designando a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. Em quase todas as línguas da cultura ocidental, trabalhar tem mais de uma significação. O latim, por exemplo, faz a distinção entre *laborare*, a ação de labor, e *operare*, o verbo que corresponde à obra. O grego tem uma palavra para esforço e outra para fabricação. Na língua espanhola existem as palavras *trabajar* e *obrar*, e em inglês há uma forte distinção entre *work* e *labour*, a primeira referindo-se a criação, enquanto a segunda refere-se a condições de cansaço e esforço.

A ascensão etimológica do *trabajar* castelhano, como a do *travailler* francês e do *travagliare* italiano é o vocábulo latino *tripaliare*, do substantivo *tripalium*, aparelho de tortura, formado por três paus onde, em geral, eram atados os condenados (gladiadores romanos e escravos) (ASTRADA, 1968). Numa outra acepção, o vocábulo trabalho se origina no século XI, também do termo *tripalium*, contudo não assume somente essa significação de aparelho de tortura (SANTOS, 2000), refere-se também ao local onde os bois eram postos para serem ferrados, e também se constituía de um instrumento feito por três paus pontiagudos, “no qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los.” (SANTOS, 2000, p.43). O trabalho, desde sua origem etimológica, portanto, significava estar submetido à tortura, referia-se ao sofrimento do indivíduo.

Na língua portuguesa, apesar de haver as palavras labor e trabalho, encontra-se no vocábulo trabalho ambas as significações, a de esforço rotineiro e repetitivo; e a de realização de uma obra de reconhecimento social que permanece em diferentes momentos históricos (um livro, por exemplo).

No dicionário aparece em primeiro lugar o significado de aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar determinado fim; atividade coordenada de caráter físico ou intelectual, necessária a qualquer tarefa, serviço ou empreendimento;

exercício dessa atividade como ocupação permanente, ofício, profissão (ALBORNOZ, pag. 9, 2006).

Contudo, trabalho tem ainda outros significados mais particulares, como o de esforço aplicado à produção de utilidades ou obras de arte, mesmo textos e discursos. Pode significar, também, o conjunto das discussões e deliberações de determinados grupos, como sindicatos (“os trabalhos do sindicato”); ou os deveres escolares dos alunos a serem avaliados pelos professores; assim como pode indicar o processo de nascimento da criança (trabalho de parto). Além de atividade e exercício, trabalho também significa dificuldade e incômodo.

Como pode ser observado nesta breve explanação acerca da utilização do vocábulo trabalho, na linguagem diária não há muitas distinções quanto a seus significados, nem sempre se diferencia o trabalho como atividade especificamente humana dos processos condicionados fisiologicamente e de fluxos mecânicos de movimento (ALBORNOZ, 2006). É na linguagem científica que existem tais diferenças, conforme as diferentes disciplinas das ciências naturais e sociais onde a palavra é utilizada:

Em física, por exemplo, trabalho é o nome do produto entre força e deslocamento que um corpo em movimento realiza no tempo. Já a fisiologia diz que um músculo realiza trabalho, embora não se possa supor aí objetivo consciente do músculo mesmo. Em sociologia, quando se fala em trabalho, quase sempre se está no contexto da divisão do trabalho social, esquecendo-se o esforço feito no isolamento, com gratuidade, ou sem produto imediatamente aparente, como no caso do trabalho da mulher doméstica, dentro de sua casa (ALBORNOZ, 2006, p.14.).

Entre os pensadores das ciências sociais, Marx talvez tenha sido aquele que mais se deteve e concedeu uma importância peculiar a categoria trabalho. Para o pensador alemão é através do trabalho que surge o ser social:

Para Marx (...) o trabalho é o trabalho do homem, e o seu resultado vai ser o próprio homem, cuja tarefa é instaurar, mediante uma práxis social, uma ordem pela qual é ele o único responsável, e na qual se reencontre com sua própria humanidade (ASTRADA, 1968, p.37).

Seguindo a concepção marxiana, o trabalho possui um duplo sentido: primeiro, o sentido filosófico (ontológico), como categoria mediadora do homem com a natureza, desta forma, comum a todos os indivíduos, comportando a sua própria essência (MARX, 1976); segundo, o sentido histórico, constituindo-se sob diversas formas, ou seja, a cada modo de produção corresponde uma forma de trabalho específica – no sistema escravista, o escravo era a mercadoria a ser vendida e comprada; no sistema feudal, o servo era subjugado ao senhor

dono da terra; no capitalismo, o trabalhador assalariado, o operário, por exemplo, é a principal força de produção, dotado de sua força de trabalho que se transforma em mercadoria.

Detendo-se um pouco no sentido ontológico proferido por Marx, pode-se definir o trabalho como a atividade que altera o estado natural dos elementos encontrados na natureza a fim de conferir-lhes alguma utilidade. Entretanto, tal capacidade de transformar a natureza não é uma exclusividade da espécie humana, essa característica é partilhada com as demais espécies animais. Podem-se tomar como exemplos os ciclos de vida de alguns pássaros, alguns roedores e determinadas colônias de insetos, que transformam os meios em que estão inseridos com o objetivo de satisfazer suas necessidades vitais.

Nesse sentido podemos tomar como aporte esclarecedor as palavras do próprio Marx, ele nos diz:

[...] O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...] Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seu meios. [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais. (MARX *apud* NETTO & BRAZ, 2011)

Portanto, por trabalho entende-se o ato consciente de transformação da natureza, planejado (ideação) e executado (objetivação) pelo homem (SOARES, 2008). É através deste processo que o homem constrói materialmente a sociedade e novas realidades como, por exemplo, a atual sociedade da informação e todo seu aparato tecnológico, na qual novas relações sociais se desenvolvem.

O trabalho distingue-se, também, dos demais processos transformadores realizados por outras espécies por uma especificidade bastante valiosa, o trabalho é sempre uma relação mediada entre o sujeito (homem ou sociedade) e o objeto. Entre a matéria natural e o sujeito que a transforma existe sempre um meio de trabalho, um instrumento (ou conjunto de instrumentos). Independe se entre o sujeito e a matéria está um machado ou um martelo,

instrumentos mais rústicos, ou uma perfuradora eletrônica, o importante é constatar que o processo de transformação, o trabalho, é sempre uma relação mediada. Esta característica traz consigo importantes aspectos que estão no cerne do próprio desenvolvimento humano, pois a elaboração de instrumentos de trabalho põe para o sujeito do trabalho alguns problemas que o forçarão, cada vez mais, desenvolver sua capacidade cognitiva.

No processo de criação dos instrumentos de trabalho dois questionamentos surgem àqueles que o realizam: o problema dos meios e dos fins (finalidades) e, conseqüentemente, o problema das escolhas. Esses dois problemas, postos, em última análise, pelo trabalho, exigem, para sua efetivação, componentes muito especiais. Nas palavras de Netto e Braz:

De uma parte, o *fim* (a finalidade) é como que *antecipado* nas representações do sujeito: idealmente (mentalmente, no seu cérebro), *antes* de efetivar a atividade do trabalho, o sujeito *prefigura* o resultado da sua ação. Não é importante saber em que medida o fim a ser alcançado corresponderá mais ou menos à idealização (prefiguração) do sujeito; importante é destacar que sua atividade parte de uma finalidade que é antecipada idealmente, é sublinhar que sua atividade tem como ponto de partida uma intencionalidade prévia – mais exatamente, é importante ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada, *teleologicamente direcionada*, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito. Entretanto, se essa prefiguração (ou, no dizer de Lukács, essa *prévia ideação*) é indispensável à efetivação do trabalho, ela em absoluto o realiza: *a realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se objetiva, isto é, quando a matéria natural, pela ação material do sujeito, é transformada.* (NETTO & BRAZ, 2011)

Diante das palavras dos autores pode-se afirmar que o trabalho realiza-se em dois planos, um subjetivo (a prefiguração se processa no âmbito do sujeito) e outro objetivo (resultado da transformação material da natureza). Tanto o fim quanto os meios do trabalho impõem ao sujeito exigências que perpassam àquelas de ordem natural. Em primeira instância o sujeito deve fazer escolhas entre alternativas concretas, e tais escolhas devem partir de avaliações sensatas, se determinado elemento é útil, inútil, bom, mau, etc., a obtenção dos resultados do trabalho. Posteriormente, não basta prefigurar idealmente o fim da atividade para que o sujeito realize o trabalho, é necessário o conhecimento das propriedades da natureza, além das condições objetivas em que irá atuar (a dureza da pedra, por exemplo). Todo esse conhecimento, por sua vez, precisa ser transmitido, pois o trabalho, é importante ressaltar, não é uma atividade individual, ao contrário, o trabalho é, sempre, uma atividade coletiva, e para isso um sistema de comunicação também se faz necessário.

Um sistema de comunicação que não deriva de códigos genéticos, uma vez que se relaciona a fenômenos que não se configuram como processos naturais, mas a fenômenos surgidos no âmbito do ser que trabalha – por isso, o trabalho requer e propicia a constituição de um tipo de linguagem (a **linguagem articulada**) que, além de *aprendida*, é condição para o aprendizado. Através da linguagem articulada,

o sujeito do trabalho expressa as suas representações sobre o mundo que o cerca (NETTO & BRAZ, 2011).

Como mencionado, o sujeito do trabalho nunca é um sujeito isolado, este estará sempre inserido em um conjunto de outros sujeitos. Intrínsecas a essa inserção estão algumas exigências, as quais não estão limitadas apenas a coletivização de conhecimentos, mas implica obrigar outros à realização de atividades, organização e distribuição de tarefas. “Esse caráter coletivo da atividade do trabalho é, substantivamente, aquilo que se denominará de social” (NETTO & BRAZ, 2011). Portanto, o trabalho não transforma somente a matéria natural, nas palavras de Netto e Braz:

O trabalho implica mais que *relação* sociedade/natureza: implica uma *interação no marco da própria sociedade*, afetando os seus sujeitos e sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza *materialmente*, trata-se de uma transformação **prática**), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de *salto* que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o **ser social** (NETTO & BRAZ, 2011).

Pode-se constatar, desta forma, que a contribuição de Marx acerca da análise e conceituação da categoria trabalho é impar, influenciando vários estudos e análises posteriores.

Outra importante pensadora das ciências sociais, Hanna Arendt também contribuiu na análise da categoria trabalho, mais especificamente criticando o conceito marxiano de trabalho. Na sua obra *A condição humana* (2005) a autora explicita que Marx realizou uma confusão conceitual em torno das categorias trabalho e labor. Para Hanna Arendt existem diferenças entre o labor e o trabalho. O labor, para Arendt, é uma atividade derivada da necessidade e do processo biológico. Enquanto que o trabalho não está contido no processo do ciclo vital. Nas palavras da autora:

O labor [...] corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida. O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundialidade. A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade (ARENDR, 2005, p. 15).

Portanto, o labor está preso a um ciclo interminável, já o trabalho é a interrupção com este ciclo natural. A distinção entre labor e trabalho, para Arendt, não fora discutida ou, até mesmo, se quer percebida na antiguidade e nas teorias modernas do trabalho. Em razão da falta de provas históricas, a pensadora assentou suas justificativas na própria etimologia dos termos, afirmando que em todas as línguas européias, antigas e modernas, existem dois termos diferentes para se designar o que de maneira comum refere-se a uma só atividade. Para ela, este fato foi ignorado na antiguidade por esta sociedade ter total desprezo pela atividade do labor.

Na sociedade capitalista o trabalho assume uma forma assalariada, onde o modo de produção capitalista produziu uma divisão do trabalho única na história e que marca todo o seu modo de produção. Essa divisão baseou-se na segmentação entre trabalho intelectual e trabalho manual, consolidando a separação entre trabalho concreto (produtor de valor de uso, dotado de qualidades) e o trabalho abstrato (social, universal, comum a todos os homens, produto de valor de troca). Embora reconheçamos a importância da contribuição de Hanna Arendt, a presente pesquisa norteia-se pelo viés marxiano da concepção de trabalho, tanto por seus desdobramentos teóricos, como por oferecer respostas satisfatórias à interpretação da realidade concreta.

Na moderna sociedade capitalista, na qual os recursos materiais necessários à sobrevivência são obtidos por meio do dinheiro, o trabalho exerce papel fundamental na vida dos indivíduos. O trabalho, de forma mais ampla, e, sobretudo na sociedade capitalista, representa uma forma privilegiada de inscrição na estrutura social, não se limitando a uma técnica de produção ou somente a uma função desempenhada³. Baseado nesta premissa, o trabalho tende a ser reconhecido como o elemento estruturador de toda a organização social, responsável pela produção e reprodução das dimensões econômicas, políticas e sociais que permitem a integração dos indivíduos em sociedade e, ainda, torna-se a base de sua definição identitária.

Com base nessa premissa, atrelada ao debate em curso com relação a centralidade do trabalho, cabe tecermos alguns comentários nesse sentido. Como apresentado, para Marx o

³ Nas relações cotidianas é comum utilizar os termos emprego e ocupação ao se referir a trabalho. Faz-se importante um breve esclarecimento a respeito dos termos a fim de evitar equívocos conceituais. O principal uso do termo ocupação, em ciências sociais, segue o sentido comum, que é o de emprego, negócio ou profissão. Trabalho não é ocupação. Todas as classes sociais detêm sua forma de ocupação, e todas as pessoas mantêm sua ocupação. Já emprego é um fenômeno da modernidade. A conotação moderna do termo reflete a relação entre o indivíduo e a organização onde uma tarefa produtiva é realizada, pela qual ele recebe rendimentos, e cujo os bens ou serviços são passíveis de transações no mercado (SOUZA, 1986)

trabalho é o fundamento da vida humana, é o instrumento de mediação entre homem e natureza. Como produto do trabalho humano não resultam apenas os objetos utilizados diariamente como roupas, por exemplo, mas também, em medida mais ampla, as instituições como o Estado, as nações e as cidades. Compreender a sociedade, sua estrutura política, jurídica e econômica, portanto, é voltar os olhos para as relações de trabalho, para o modo e os meios com que se realiza a produção material. Apesar da contribuição embasada e contundente de Marx, essa abordagem acerca da categoria trabalho vem sendo alvo de severos questionamentos por autores que entendem que a “sociedade do trabalho” já não oferece respostas satisfatórias às novas dinâmicas sociais produzidas pela contemporaneidade.

No pensamento contemporâneo, portanto, é frequente encontrar falas e escritos que pregam a desaparecimento do trabalho, ou da centralidade do trabalho como categoria essencial para compreensão da sociedade. Entre os críticos da “sociedade do trabalho” pode-se identificar Juergen Habermas, Claus Offe, Martin Baethge, Adam Schaf, Robert Kurz, André Gorz, Benjamin Coriat, Alain Touraine, Lojkine, Thomas Gounet, Ernest Mandel, entre outros. Tais autores tecem suas críticas a partir de diferentes enfoques e de diferentes referenciais, mas se identificam na ideia de que o trabalho perde em importância como referência para a vida social.

As transformações identificadas no mundo do trabalho, sobretudo a partir da década de 1980 (tal fato será abordado mais a frente) vêm sendo consideradas fundamentais nessa discussão. As novas técnicas de gestão, assim como as novas tecnologias, baseadas na microeletrônica, que almejam o melhor aproveitamento da mão-de-obra e a otimização do capital, trazem consigo novos elementos e, conseqüentemente, profundas modificações nos espaços de produção. Concretamente, o que se verifica com a introdução da automação nos processos produtivos é a diminuição da importância do trabalho manual repetitivo. Os empregos gerados a partir dessa nova concepção produtiva exigem uma maior capacidade intelectual dos trabalhadores, assim como novos atributos cognitivos e comportamentais. No mundo empresarial há uma redução de trabalhadores estáveis, assim como identifica-se uma parcela maior, formada por trabalhadores precarizados, que tem as suas utilizações definidas a partir das necessidades do capital. Esse movimento de terceirização do trabalho nas empresas e a conseqüente força que ganha o setor terciário da economia é o que subsidiam os argumentos dos autores citados acima no que tange o possível surgimento de uma nova lógica social não mais normatizada pelo mundo da produção, ou seja, o trabalho perderia sua importância e centralidade na explicação e compreensão da realidade social apresentada.

Na direção contrária, ou seja, argumentando contra os teóricos que pregam o fim do trabalho surgem vários autores. Uma linha de argumento fundamental para os defensores da centralidade do trabalho é o resgate feito à dupla dimensão do trabalho, no capitalismo, em Marx: o trabalho concreto e o trabalho abstrato⁴. O trabalho humano abstrato (trabalho assalariado) é a dimensão do trabalho que dá valor (de troca) às mercadorias, enquanto trabalho concreto (ou trabalho útil) se destina a um fim específico, dando aos produtos do trabalho valor de uso. O trabalho humano abstrato se corporifica nos produtos. A partir dessa distinção procura-se qualificar de que dimensão do trabalho humano se referem as críticas. Ricardo Antunes, por exemplo, demonstra que o trabalho não perdeu a centralidade na contemporaneidade. O autor utiliza como pano de fundo para sua argumentação o trabalho complexificado e heterogêneo do capitalismo em seu estágio atual. A tese defendida por Antunes é que, mesmo com as transformações ocorridas devido ao processo de reestruturação produtiva, que tem inserido cada vez mais tecnologia de ponta no processo de trabalho, não é possível excluir o trabalho da sociedade, e que ele ainda assume centralidade na sociabilidade. Na configuração atual, o capital necessita cada vez mais de trabalho precarizado, e decorrente disso a classe trabalhadora diversificou-se bastante nas últimas décadas. Nas palavras do autor:

Quando concebemos a forma contemporânea do trabalho como expressão do trabalho social, que é mais complexificado, heterogeneizado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos, não podemos concordar com as teses que desconsideram o processo de interação entre trabalho vivo e trabalho morto, entre a potência constituída do trabalho morto, na bela síntese oferecida por Francisco de Oliveira. Em verdade, o sistema de metabolismo social do capital necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais de trabalho parcial – *part-time* –, terceirizado, precarizado, dos trabalhadores hifenizados de que falou Huw Beynon, da *classe-que-vive-do-trabalho* de que falei em *Adeus ao trabalho?* e que se encontra em explosiva expansão em todo o mundo produtivo e de serviços (ANTUNES, 2005, pág. 27).

Ainda segundo o autor, a crise vivenciada pela sociedade é a crise do trabalho abstrato, do trabalho assalariado, e não a crise do trabalho concreto e nem a crise da centralidade do trabalho abstrato. O trabalho concreto continua sendo condição da realização da dimensão do gênero humano, pois é o produto do trabalho concreto a realização da humanidade do homem. A superação do trabalho abstrato passa pelo reconhecimento do papel da classe-que-vive-do-

⁴ Em *O Capital*, Marx distingue entre o trabalho abstrato e o trabalho útil (ou concreto). O trabalho útil produz valores de uso e existe em qualquer sociedade, mas no capitalismo existe na forma de trabalho abstrato, trabalho abstraído de suas especificidades, trabalho que produz valor. A distinção entre trabalho abstrato e trabalho útil é essencialmente a mesma que a distinção prévia entre trabalho alienado e atividade vital consciente. O trabalho útil é atividade ou fazer humano criativo-produtivo, seja qual for a sociedade onde se desenvolve, e o trabalho abstrato é um trabalho não auto-determinante no qual toda distinção qualitativa se reduz a quantidade.

trabalho. Não parecendo concebível a extinção do trabalho social concreto da sociabilidade humana (ANTUNES, 2005).

1.1.2. *Força de trabalho*

Se o trabalho é a atividade que altera o estado natural dos elementos encontrados na natureza a fim de conferir-lhes alguma utilidade, como foi exposto anteriormente, força de trabalho é a capacidade humana de executar trabalho, assim definida por Marx. A força de trabalho, por sua vez, não deve ser confundida com o poder de qualquer agente não-humano, seja ela feita pelo homem ou natural. Nas palavras de Braverman:

O trabalho humano, seja diretamente exercido ou armazenado em produtos como ferramentas, maquinaria ou animais domesticados, representa o recurso exclusivo da humanidade para enfrentar a natureza. Assim, para os humanos em sociedade, a força de trabalho é uma categoria especial, distinta e não intercambiável com qualquer outra, *simplesmente porque é humana* (BRAVERMAN, 1987, p. 54).

Para funcionar em condições satisfatórias, o modo de produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro. E dentre as suas características, sua grande particularidade frente aos demais modos de produção é a compra e venda de força de trabalho. De todas as mercadorias que se encontram no mercado capitalista a força de trabalho é a única que pode trabalhar.

A força de trabalho não é uma mercadoria em todos os períodos históricos. Nos períodos históricos em que o assalariamento não era preponderante (escravidão, feudalismo e a economia mercantilista) a força de trabalho não é uma mercadoria. Para tal, algumas condições básicas devem existir. Em primeiro lugar, os trabalhadores devem ser separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros. Em segundo, os trabalhadores não podem estar presos a relações que os impeçam de dispor de sua força de trabalho, como a servidão e a escravidão. O processo de trabalho começa, portanto, com um contrato ou acordo que estabelece as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador (BRAVERMAN, 1987, p. 55).

A força de trabalho, enquanto mercadoria, assume uma especificidade especial na sociedade capitalista que é a de ter em seu valor-de-uso a utilidade de gerar valor, logo ela é geradora de riqueza para o capitalista. Para Marx, a mercadoria caracteriza-se como uma particularidade histórica no sistema capitalista (MARX, 2002). Essa especificidade da

mercadoria conjugada com o fato do trabalhador se encontrar livremente no mercado para vender sua força de trabalho, constitui a gênese do capital que, para Marx (2002, p.200), significa "... que o possuidor de meios de produção e subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da humanidade. O capital anuncia, desde o início, uma nova época de produção social." Isto é, o trabalhador no mercado está ofertando sua força de trabalho (geradora de valor e de mais-valia) ou sua capacidade de trabalho que significa "... o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie." (MARX, 2002, p. 197).

O trabalhador como força de trabalho (no trabalho assalariado) insere-se em uma condição tal que fica a mercê do capitalista - comprador da força de trabalho, possuidor do dinheiro -, o que resulta em dois fenômenos: por um lado, o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, o qual dita o ritmo, a organização e a forma de trabalho; por outro, o produto gerado é propriedade do capitalista (MARX, 2002). Para o trabalhador não resta outra possibilidade de existir, de reproduzir-se, de manter-se vivo, a não ser tornar-se a si mesmo uma mercadoria. Ademais, o próprio modo de produção capitalista assume uma especificidade. Por um lado, tem-se o possuidor do valor ou do dinheiro (o capitalista), de outro, o possuidor da substância criadora de valor (o trabalhador como força de trabalho, como mercadoria). A junção dessas duas partes constitui o modo de produção capitalista, baseado na produção de mais-valia. E o motor de produzir essa mais-valia é a mercadoria (força de trabalho). Assim, para transformar dinheiro em capital, não basta a produção, nem a circulação, é preciso haver essa junção, capitalista e força de trabalho (MARX, 2002). A força de trabalho, portanto, é a fonte de mais-valia, de mais-valor.

1.1.3. *O processo histórico de formação de trabalhadores excedentes*

É com o advento do mercado de trabalho, onde é vendida e comprada à capacidade de produzir do trabalhador, a força de trabalho, que se observam as primeiras manifestações de trabalho informal. O mercado de trabalho, por sua vez, surge de um violento processo social de usurpação dos meios de produção e subsistência de pequenos produtores camponeses e trabalhadores urbanos (pequenos artesãos, sobretudo) que, para subsistirem, são forçados a comercializarem a única mercadoria que ainda possuem, a força de trabalho. O

estabelecimento deste mercado define hierarquicamente a sociedade a partir de então, determinando a classe que vive do trabalho alheio e a classe que vive do próprio trabalho⁵.

O mercado de trabalho capitalista tem origem em meio a uma série de transformações em que vive a Europa ocidental no período compreendido entre os séculos XIV e XVIII, quando se observa o modo de produção vigente até então, o Feudalismo, e suas típicas relações de trabalho, em acelerado processo de decadência. O surgimento de um novo modo de produzir, o modo de produção capitalista, trouxe consigo novas relações de trabalho, e o trabalhador que vende a sua capacidade produtiva passa a ser peça imprescindível nesse novo sistema socioeconômico. Dessa forma, o assalariamento, relação de trabalho caracterizada pela troca de força de trabalho por salário, ganha espaço e importância nas relações de produção.

Na Inglaterra dos séculos XIV e XV⁶, a servidão já havia sido extinguida e sua população, em grande medida, era composta por camponeses livres e economicamente autônomos. O grupo de trabalhadores assalariados de então era composto pelos próprios camponeses, que se valia de seu tempo livre para alugar sua força de trabalho aos grandes proprietários, além dos trabalhadores independentes que viviam do aluguel da sua força de trabalho. Estes últimos eram pouco numerosos e são considerados como trabalhadores assalariados propriamente ditos (MARX *apud* SOARES, 2008). Contudo, diferente de seus pares contemporâneos, eles também recebiam, além de seus salários, terra para plantar. Essa

⁵ De forma coerente e original Ricardo Antunes desenvolve e nos apresenta o conceito de “classe-que-vive-do-trabalho” com o objetivo de “conferir validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora.” Segundo o autor “a classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos (no sentido dado por Marx, especialmente no Capítulo VI, inédito). Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado. Sendo o trabalho produtivo aquele que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora, encontrando no proletariado industrial o seu núcleo principal (...) Mas a classe-que-vive-do-trabalho engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia (...) Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, o novo proletariado dos McDonald’s, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital que hipertrofia o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural.” (ANTUNES, 2009)

⁶ Toma-se a Inglaterra como exemplo por expressar-se como a forma clássica de desenvolvimento do capitalismo.

peculiaridade é importante na medida em que o trabalhador assalariado da Inglaterra do século XV não dependente apenas da venda da sua força de trabalho para sobreviver, o que, por conseguinte, torna-se um empecilho ao desenvolvimento do jovem modo de produção capitalista. Este entrave tornou-se um importante complicador a partir do desenvolvimento da manufatura na Inglaterra no século XVIII, pois a recente indústria inglesa necessitava de mão-de-obra em quantidade significativa para se desenvolver, e os trabalhadores assalariados correspondiam a uma fração minoritária da população. O cenário naquela ocasião estava marcado pela escassez de mão-de-obra.

Para superar tal obstáculo fez-se necessário um processo em que o camponês e o trabalhador assalariado, detentor de uma pequena porção de terra, deixassem de possuir os meios de produção (terras e ferramentas de trabalho) que garantiam suas sobrevividas e ocorresse a expansão do trabalho “livre”. Concretamente, o que ocorreu foi uma violenta expulsão dos camponeses da sua base fundiária e a usurpação dos meios de produção dos demais trabalhadores. Tal processo se deu por meio da força, do roubo e do terrorismo, e dois exemplos são bem significativos. O primeiro é a violenta expulsão em massa de camponeses, pelos novos latifundiários ingleses, interessados em abastecer de lã as prósperas indústrias flamengas e inglesas, criando, dessa forma, trabalhadores urbanos em demasia. Outro elemento importante no crescimento do numerário de trabalhadores “livres” foi a Reforma Protestante que teve como consequência o roubo dos bens da igreja e, por conseguinte, mais expropriação de camponeses que viviam em terras da igreja. Estes últimos, já empobrecidos, ficaram ainda mais pobres. Dessa forma:

Verifica-se que o processo de expropriação dos camponeses, começado no século XV, com a ampliação do espaço para a pastagem das ovelhas para a obtenção de lã, uma vez que o preço da mesma se encontrava em ascensão; o roubo dos bens da igreja e, logo depois, a tomada dos domínios do Estado, bem como a transformação da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, serviram para a ampliação da massa de proletários e, ao mesmo tempo, contribuíram para a acumulação originária, que criou as condições iniciais para o desenvolvimento do capitalismo. (SOARES, 2008)

Diante de tais acontecimentos, o cenário envolvendo o problema de escassez de mão-de-obra sofre uma mudança significativa. Nesse sentido, constata Mello:

Desde então, inverteu-se a situação da penúria quantitativa de braços que configurava as carências do século anterior. Agora o problema passa a ser, o inverso, a abundância de trabalhadores livres, que já não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente na mesma proporção em que se tornavam disponíveis. (MELLO *apud* SOARES, 2008)

Esse processo de produção de uma massa de trabalhadores livres superava a necessidade por força de trabalho que tinha a nascente manufatura, pois esta não absorvia o enorme contingente de trabalhadores que tiveram os seus meios de subsistência subtraídos. Apesar de transparecer como um problema a abundância de mão-de-obra disponível, na verdade, esse excesso tem um papel importante no desenvolvimento do capitalismo. Sobre isso, nos diz Soares:

Esses trabalhadores (ex-camponeses, ex-artesãos, ex-jornaleiros ocupados) foram compor o “Exército Industrial de Reserva”⁷ (EIR), ou “superpopulação relativa excedente”, que apresenta três formas: a líquida, a latente e a estagnada. De acordo com Marx, as suas características são as seguintes: a primeira, a forma líquida, ora é repelida, ora é atraída, e, a longo prazo, o número de trabalhadores cresce em maior proporção do que a demanda por força de trabalho; a segunda, a latente, refere-se à população rural que se encontra continuamente na iminência de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro; a terceira categoria refere-se à superpopulação estagnada que também constitui o exército industrial de reserva, apresentando ocupação irregular e condições de vida abaixo da média (SOARES, 2008).

A terceira categoria apresentada por Marx, a estagnada, é aquela que proporciona ao capital um reservatório inesgotável de mão-de-obra disponível (MARX *apud* SOARES, 2008).

Diante desta inversão, e a aparente superação do problema da escassez de mão-de-obra por parte das indústrias inglesas, o que se apresenta como questionamento é o que faziam para sobreviver os trabalhadores excedentes. É nesse contexto, o de não aproveitamento de grande parte dos indivíduos que foram transformados em trabalhadores livres, que se observa com maior intensidade representações do trabalho informal: “aumentam as reclamações contra os vendedores ambulantes, que são prejudiciais ao comércio, que vendem ilícitamente suas mercadorias e, por isso, são perseguidos pelas autoridades municipais” (BRAUDEL *apud* SOARES, 2008, p. 47).

Essa contextualização se faz importante na medida em que se vive hoje, no Brasil, processos de expropriação semelhantes ao exposto acima. Com o progresso nacional e o crescimento econômico como grandes argumentos, famílias inteiras são violentamente arrancadas dos seus modos de viver (agricultores, famílias de pescadores, famílias indígenas) e forçadas a se inserirem completamente no modo de viver capitalista. Como a inserção é limitada, a começar pelo acesso ao trabalho formal (limitado e muitas vezes precário), o que

⁷ Composto pela força de trabalho desempregada e parcialmente empregada, criada e reproduzida no processo de produção capitalista (Marx *apud* Soares, 2008).

se verifica é uma massa de indivíduos inventando maneiras de sobreviver, incluindo suas ocupações.

1.2. A informalidade

1.2.1. Considerações acerca do conceito de setor informal

Os primeiros estudos a respeito da informalidade são relativamente recentes. As primeiras teorizações específicas sobre o tema surgiram a pouco mais de 30 anos, e relacionavam-se com o fenômeno da industrialização e a conseqüente transição rural-urbana que se verificava nos países do terceiro mundo. A partir de tal manifestação tornou-se evidente a existência de um enorme excedente de mão-de-obra nesses países, a qual sobrevivia através de ocupações à margem da produção capitalista. Essa população subempregada, que não se revelava por completo enquanto o rural predominava nas economias de tais países, despertou a atenção ao migrar para as cidades em busca de oportunidades, pois não encontrando os empregos desejados, desenvolveu novas formas de ocupação que fugiam à lógica da acumulação capitalista, por conta das baixas produtividades, baixas remunerações e ausência de qualquer regulação. O surgimento acelerado e desordenado dessas ocupações, além da diversidade das atividades e os eventuais problemas decorrentes das mesmas despertaram a atenção de diversos estudiosos, surgindo, dessa forma, os primeiros esboços teóricos.

A complexidade que cerca o setor informal no que tange suas relações e estruturas, torna seu conceito motivo de muitas discussões e dissidências. O conceito de informal, para Cacciamali⁸(2000), uma das principais pensadoras do país acerca da temática, tem sido empregado para caracterizar dois fenômenos teoricamente distintos. O primeiro, que remete aos anos de 1970, apresenta o setor informal como o conjunto das atividades econômicas em que não há separação nítida entre capital e trabalho. Este grupo abarcaria os trabalhadores por conta própria, os prestadores de serviços independentes, os vendedores autônomos, os pequenos produtores e comerciantes e os ajudantes – familiares ou contratados.

A segunda abordagem, ainda segundo a autora, foi lançada no final dos anos de 1980 nos países industrializados, e segue o viés legalista, pois define o setor informal através das

⁸ CACCIAMALI, Maria Cristina. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda.

atividades econômicas que fogem da regulação do Estado, seja esta tributária, trabalhista ou de outro tipo. Esta maneira de conduzir uma atividade econômica firmou-se, na literatura especializada com a denominação de economia subterrânea, submersa ou invisível. A autora ressalta ainda que essas atividades, por estarem parciais ou totalmente fora da legislação vigente, têm de omitir informações sobre o número de empregos e receitas geradas, o nível de produção, e o volume comercializado, o que leva à supressão desses agregados nas estatísticas oficiais.

A expressão “setor informal” foi inicialmente apresentada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no final dos anos 60 e utilizada pela primeira vez nos estudos e relatórios sobre Gana e o Quênia, elaborados por ocasião do Programa Mundial de Emprego, em 1972. Tal programa objetivava avaliar a evolução do emprego e da renda nos países em desenvolvimento, principalmente naqueles em que o estado tinha implementado um processo rápido de industrialização.

O resultado desse rápido processo de industrialização foi um número expressivo de atividades, das mais variadas, que, embora modernas, possuíam características peculiares, a saber: não eram organizadas com base no trabalho assalariado e seus níveis de remuneração se distanciavam significativamente da média estipulada para seu setor, situando-se próximos daqueles das atividades tradicionais. No relatório da OIT são destacados enfoques duais da estrutura econômica e critérios para reconhecer os setores formal e informal, em suas denominações como setores tradicional e moderno.

Nesses estudos, os termos “formal” e “informal” aparecem em substituição à dicotomia entre “setor tradicional” e “setor moderno”, uma vez que o setor informal é entendido como fenômeno moderno resultado do processo de urbanização. No famoso estudo de 1972 sobre o Quênia, a definição de “setor informal” tinha um caráter meramente descritivo, não existia um corpo teórico de investigação social capaz de explicar claramente o que constituía a informalidade, entendida como uma maneira de fazer as coisas.

A OIT definia como setor informal aquelas unidades que apresentavam organização da produção com pouco capital, em mercados não regulamentados e pouco competitivos, com uso de técnicas de trabalho pouco complexas e intensivas, e utilizando pequeno número de trabalhadores remunerados ou membros da família (CACCIAMALI, 1983).

Conforme Cacciamali (2000), de acordo com a caracterização da OIT, o setor informal seria composto pelos seguintes elementos:

1. Baixos requerimentos em termos de capital, capacitação e organização;
2. Empresas familiares ou individuais;
3. O aporte de recursos é de origem doméstica;
4. Operações em pequena escala;
5. Sistema produtivo e trabalho-intensivo, apoiado em tecnologia antiquada e adaptada;
6. Mercados competitivos e desregulados;
7. Facilidade de entrada;
8. A mão-de-obra qualifica-se externamente ao sistema escolar formal.

É a partir da unidade produtiva que a OIT realiza suas medições sobre o trabalho informal. A organização toma todos os trabalhadores ocupados em micro e pequenas empresas com menos de cinco empregados como informais. Os empregadores e seus familiares, os quais trabalham na produção nestas empresas, também entram na contagem. Esta quantificação, excede a definição de informalidade relacionada a um excedente de mão-de-obra em ocupações no setor não-organizado do mercado de trabalho (desemprego invisível), ou ainda a definição que vincula trabalho informal com força de trabalho empregada de maneira irregular nas forma de subcontratação e terceirização.

A perspectiva conceitual desenvolvida pela OIT, como já mencionado, adota uma visão dualista, a qual explica a existência do setor informal como sendo um resquício do processo de desenvolvimento capitalista não completado que funciona à parte do setor formal, sendo este último o qual determina o emprego e a renda da economia, enquanto o primeiro serve apenas como um espaço de ajuste àqueles que não são utilizados pela produção capitalista. Essa perspectiva dualista relaciona a informalidade à pobreza e ao subdesenvolvimento. Indica que o setor informal é uma opção de trabalho aos contingentes de trabalhadores desqualificados que buscavam inserir-se economicamente.

No início da década de 1980 surgem outras perspectivas que visam romper com a abordagem dualista e concebem o setor informal como intersticial e subordinado ao movimento das empresas capitalistas (SOUZA, 1980 *apud* DURÃES, p.23, 2006). Tais perspectivas afirmam ainda que existe um forte entrelaçamento entre o “setor marginal” e o “núcleo economicamente moderno” das sociedades, pois a abundante força de trabalho não qualificada desempenha as funções de exército industrial de reserva e possibilita o rebaixamento salarial e a superexploração do trabalho. A principal crítica desse grupo de estudiosos às formulações da OIT foi direcionada ao fato da abordagem continuar estática, ou

seja, não conseguia evidenciar a complexidade da dinâmica da produção e do emprego dos dois setores, uma vez que os consideravam independentes entre si, não se conseguia dar conta dos intercâmbios existente entre eles.

A partir da década de 1980, nos países centrais, outra concepção de informalidade passou a ser utilizada, exprimindo atividades e práticas econômicas ilegais e/ou ilícitas com relação às normas e regras instituídas pelo Estado. Com isso, o setor informal passou a se identificar com a chamada economia subterrânea ou não registrada, ou ainda, com a economia submersa, redefinindo seu conceito à luz de um critério jurídico. A respeito dessa perspectiva conceitual, vale mencionar o interessante comentário de Durães:

É essa a concepção mais lembrada pela mídia/imprensa mundial, que ao vincular notícias sobre informalidade na televisão ou nos diversos meios de comunicação, inclusive na internet, geralmente retrata este aspecto dito ilegal e, rapidamente, vincula à atividade informal uma aceção negativa, como algo que, ao invés de contribuir para os rendimentos de um país, termina servindo como fonte de perda de divisas, de arrecadação, além de ser relacionado, quase sempre, como uma importante esfera de competição desleal, principalmente pelo não pagamento de impostos (DURÃES, p.24, 2006).

Esta visão do setor informal enquanto ilegal e desonesto, portanto, acaba sendo aquela preponderante no imaginário da sociedade, e que contribui sobremaneira na criminalização dos trabalhadores informais.

Parece-nos razoável, diante do cenário socioeconômico proporcionado pelo processo de reestruturação produtiva (conceito que será abordado nas próximas páginas), que o conceito de informalidade seja uma mescla das duas concepções propostas acima (a que tem por base a unidade econômica, institucionalizada pela OIT, e a de base jurídica), acrescido de mais alguns elementos. Discutir informalidade no presente momento é compreendê-la como fenômeno para além do mero “setor de ajustes” econômicos e muito mais complexo e profundo do que um mero campo de ilegalidade.

1.2.2. Os diferentes enfoques teóricos sobre o trabalho informal

Diante do exposto até aqui nesta seção, observa-se que não existe uma unicidade conceitual na discussão do trabalho informal. Contribuem para ausência deste consenso teórico os diferentes enfoques que permeiam a discussão, os quais assumem as posturas ideológicas de seus principais expoentes. A seguir serão apresentadas as principais ideias de cada abordagem.

i) Abordagem Neoliberal

Na perspectiva Neoliberal, o setor informal da economia teria sua origem e existência relacionada a uma atividade econômica de caráter popular, contrapondo-se ao Estado e suas regulamentações sobre a economia. Os teóricos de tal corrente argumentam que o Estado deveria retirar-se do campo das ações de regulamentação e diminuir a rigidez, possibilitando desta forma o livre funcionamento do mercado, tal como propaga a teoria econômica neoliberal. Livre de tais obstáculos, o mercado se encarregaria de extinguir as distorções encontradas, as quais tal abordagem relaciona com a presença do Estado. A perspectiva Neoliberal opõe-se ao posicionamento conceitual da OIT sobre o setor informal.

O informal, para os teóricos neoliberais, seria algo que extrapolaria o campo do mercado de trabalho. A noção de informalidade está associada ao conjunto de atividades que se encontra à margem da legislação, seja concernente ao mercado de trabalho, seja em outros domínios (caso da habitação, por exemplo). Diante disso, o critério jurídico da legalidade das empresas perante o Estado identifica apenas dois tipos de mercado: o formal e o informal. Sendo assim:

[...] a carteira de trabalho assinada é um dos principais elementos que definem a participação em condições normais dentro do mercado formal. O contrato legal de trabalho instaura ao trabalhador direitos e deveres previstos na legislação trabalhista. Já a economia informal possui um caráter *invisível, subterrâneo, submerso* e sem qualquer aparato jurídico institucional do mercado de trabalho formal, reconhecido oficialmente. Os partidários dessa visão defendem a desregulamentação da economia, a redução do tamanho do Estado e as atividades ilegais (MATSUO, 2009, p.42).

Na América Latina, na discussão a respeito do setor informal, essa perspectiva teórica é representada por Hernando de Soto (MATSUO, 2009), um dos pioneiros da vertente neoliberal. O autor apresenta o setor informal como o “derradeiro bastião do empreendedorismo capitalista”. Segundo o autor, os verdadeiros empreendedores representariam, no conjunto da sociedade, uma nova classe, a qual seria responsável por uma transformação que colocaria os países da América Latina no rumo do desenvolvimento. O argumento do autor baseia-se em um papel positivo desempenhado pelo setor informal, desde que operando dentro de uma legalidade. Nesse sentido, partindo de análise realizada no Peru, ele nos diz:

Supusimos que si el mundo informal era tan enorme como pensábamos, esse mundo que trabaja a margen de la legalidad, entonces necesariamente tendría que haber un lugar, un punto de encuentro, con la legalidad. No era posible, por ejemplo, nos decíamos, que um 50 por ciento de la población peruana fuese informal (DE SOTO *apud* LOPES, 2008, p.14)

Nas décadas de 70 e 80 a hipótese que predominava nos debates acerca do trabalho informal estava associada a aspectos da visão neoliberal. Nessa perspectiva, o setor informal era visto como uma espécie de “amortecedor” do setor formal (MATSUO, 2009), pois a informalidade crescia em tempos de crise e diminuía em momentos de expansão econômica. Portanto, na visão neoliberal, a informalidade seria um status transitório e não permanente. Contudo, contrariando esta visão, o que pode-se constatar nos dias atuais é que o setor informal possui um caráter cada vez mais permanente, pois o desemprego em tempos de globalização da economia é cada vez mais presente e crescente.

Em linhas gerais, na visão neoliberal, a economia informal é encarada como:

(...) anticíclica, subordinada, e intersticial, nega a existência de segmentação no mercado de trabalho brasileiro e defende a desregulamentação da economia e do mercado de trabalho, bem como a retirada do Estado do seu papel de produtor, regulador e indutor do desenvolvimento (MATSUO, 2009, p.45)

ii) Abordagem Estruturalista

A abordagem estruturalista acerca do trabalho informal tem aporte em dois segmentos teóricos: o marxismo e o keynesianismo. Na América Latina, e mais especificamente no Brasil, o enfoque keynesiano esteve bastante presente nos anos 80 e foi representado pelos desenvolvimentistas, concentrados, sobretudo, na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), no Programa Regional de Emprego para a América Latina (PREALC) e na OIT. Este grupo de estudiosos, e seus seguidores atuais, defendem um papel ativo do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, a partir de investimento público e estímulo ao capital privado para investir em setores estratégicos da economia. Não defendem, por outro lado, a promoção do rápido crescimento econômico mediante a abertura da economia para capitais e mercadorias do exterior, assim como a desregulamentação do mercado de trabalho, contrapondo-se, desta forma, a visão neoliberal.

O principal conceito da escola cepalina é o de *heterogeneidade estrutural* (MATSUO, 2009). Tal conceito remete a coexistência de formas produtivas e relações sociais correspondentes a diferentes fases e modalidades do desenvolvimento da região, ou seja, exprime uma situação na qual existem grandes diferenças de produtividade e modernidade entre os setores de atividades econômicas. A *heterogeneidade estrutural*, ainda, segundo MATSUO:

[...] nas suas dimensões técnico-produtiva, institucional, funcional e de relações sociais, revela a convivência de distintos padrões tecnológicos, acarretando diferentes padrões de produtividade; demonstra diversas formas de relacionamento das camadas sociais e dos setores produtivos com o Estado; revela ainda as diversas relações de funcionalidade que os segmentos não-capitalistas, atrasados ou informais mantêm com os núcleos dinâmicos de acumulação de capital; e por último, demonstra também diferenças nas formas de apropriação do excedente, na estrutura ocupacional e nos padrões de distribuição de renda e de acesso aos bens públicos das diversas camadas sociais (MATSUO, 2009, p.47).

Nesta perspectiva, a heterogeneidade estrutural representaria uma descontinuidade entre as camadas “moderna” e “tradicional” da economia, em decorrência das diferenças de produtividade. Os estudiosos da corrente estruturalista perceberam que a concentração dos resultados do progresso técnico apenas acentua as tendências de marginalização de segmentos da população e da estrutura produtiva em relação ao “polo moderno”, embora exista o reconhecimento de que as camadas sociais e os componentes da estrutura produtiva estão inseridos num mesmo contexto.

Na América Latina, o modelo de desenvolvimento econômico não conduz a uma homogeneização da estrutura produtiva, pelo contrário, aprofunda sua heterogeneidade estrutural. A América Latina participa da sociedade global enquanto periferia, ou seja, não chega a integrá-la em seu nível elementar, isto é, em termos econômicos que possibilitem a disseminação do progresso técnico, do aumento de produtividade e da renda, da ampliação e elevação das oportunidades de emprego, etc. Contudo, os setores modernos da economia regional “adquirem autonomias internas, facilitadas pelo diferencial tecnológico, tendendo a crescer apoiados em suas próprias forças, estabelecendo circuitos próprios de receita, investimento e despesa” (MATSUO, 2009, p.47).

É neste caráter dual do subdesenvolvimento latino-americano que se estrutura a concepção cepalina, com análises sobre a informalidade diferentes da visão neoliberal. Na interpretação estruturalista dos estudiosos da CEPAL, a informalidade que, entre suas características estariam à precariedade tecnológica e organizacional, e à baixa produtividade, decorreria do caráter periférico de determinadas regiões, nas quais sobrevivem traços pré-capitalistas. Nesse sentido, Matsuo (2009) afirma que existem três tipos de atividades informais que não se excluem mutuamente, e são os seguintes:

1. De *sobrevivência*: as atividades econômicas informais podem ter por a sobrevivência de uma pessoa ou domicílio, por meio da produção direta ou com fins de subsistência, ou mera venda de bens e serviços no mercado;

2. De *exploração*: as atividades econômicas informais podem estar orientadas para melhorar a flexibilidade da gestão e reduzir os custos trabalhistas das empresas do setor informal, por meio de contratação informal de trabalhadores ou da sub-contratação de empresários informais;

3. De *crescimento*: as atividades econômicas informais podem estar organizadas por pequenas empresas com o objetivo de acumular capital, aproveitando as relações de solidariedade que possam existir entre elas, a maior flexibilidade e os menores custos.

É na abordagem estruturalista que se encontram as maiores justificativas para a ação intervencionista do Estado na economia. Os adeptos desta corrente defendem a criação de políticas específicas dirigidas ao setor informal. As políticas e programas para o setor informal constituem, inclusive, o principal foco da vertente cepalina e sua influência pode ser verificada sobre determinados órgãos públicos, como o Ministério do Trabalho, Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e secretarias estaduais do Trabalho, entre outros. Nesse sentido, segundo Matsuo (2009, p. 50):

No Brasil, temos como exemplo o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, do Ministério do Trabalho e Emprego, que marcou a introdução de políticas públicas voltadas a ações de inclusão, proteção e fomento aos trabalhadores que tenham relações de trabalho distintas do emprego assalariado. As iniciativas no campo da economia solidária procuram apontar soluções à falta de trabalho e renda no âmbito nacional, num contexto de novas realidades do mundo do trabalho. Essa forma de organização do trabalho solidário constitui um modo de produção alternativo ao Capitalismo, onde os próprios trabalhadores assumem coletivamente a gestão de seus empreendimentos econômicos. Apesar de defender os princípios de autogestão e de autonomia, percebe-se que, em muitos casos, a empresa-modelo – e portanto o tipo ideal a ser perseguido – é a moderna empresa capitalista: capitalizada, legalmente reconhecida, com acesso a crédito, alta produtividade do trabalho, bem organizada e administrada.

Diante do exposto e numa visão mais abrangente, a abordagem estruturalista resgata a dimensão social e política da informalidade nos países subdesenvolvidos, mais especificamente na América Latina.

iii) Abordagem Marginalista

A abordagem Marginalista, como o próprio termo sugere, identifica o setor informal como sendo um segmento marginal da economia. Segundo este enfoque, a economia informal é caracterizada como polo marginal, massa marginal ou como um conjunto de setores arcaicos, remanescentes de outros modos de produção. Os teóricos dessa perspectiva problematizam o trabalho informal a partir da categoria *superpopulação relativa*, ou seja, o

excedente de mão-de-obra não-incorporado ao processo de desenvolvimento capitalista. De acordo com a divisão clássica marxista (MARX, 1988) fariam parte da força de trabalho excedente, não aproveitadas ao processo produtivo capitalista, as três partes do exército industrial de reserva (como mencionado em páginas anteriores): a população flutuante ou líquida; a população latente; e a população estagnada.

Além destas três subdivisões do exército industrial de reserva, existe ainda uma quarta camada da superpopulação relativa, denominada *lumpemproletariado*, integrada pelos setores mais pauperizados da estrutura social (MATSUO, 2009). Marx utilizou o termo *lumpemproletariado* para fazer referência a camada social que vive do subemprego ou atividades marginais. O *lumpemproletariado* pode ser dividido em: subempregados, trabalhadores em atividades ilícitas ou marginais e indigentes. Desta forma, para os marginalistas (como são chamados os estudiosos ligados a tal corrente):

(...) o *exército industrial de reserva*, que consiste no excedente de trabalhadores determinado pelas relações de produção, seria em Marx um efeito funcional da *superpopulação relativa*. (...) a *superpopulação relativa* é a categoria transitória, que coincide apenas parcialmente com o *exército industrial de reserva* (MATSUO, p.55, 2009).

A massa marginal seria, então, o segmento de *superpopulação relativa* ligado ao setor produtivo mediante relações *a-funcionais* ou *disfuncionais*, ou seja, apesar de ser gerado pelo processo produtivo, esta massa marginal não é absorvida pelo mesmo, ao contrário do *exército industrial de reserva*.

Em outra interpretação da corrente marginalista a expressão “população marginalizada” é utilizada para designar a população excedente de trabalhadores que foi expulsa do trabalho assalariado estável e não foi incorporada na alternância de ciclos de expansão e contração do capital. A diferença dessa interpretação para a anterior é que a mão-de-obra excedente tende a formar um polo marginal na economia. Este polo marginal seria, segundo Matsuo (2009, p. 57):

(...) um conjunto de atividades econômicas, uma rede de relações sociais e um nível de recursos e de produtividade dentro do poder capitalista, porém marginal. A informalidade não seria uma característica de um setor do trabalho dentro do capitalismo, mas uma característica de um setor do Capital. Os desempregados e os subempregados tendem a constituir um complexo de atividades econômicas e de formas de organização com níveis de recursos, tecnologia e produtividade característica. O polo marginal é um complexo de atividades econômicas (não somente limitadas ao emprego no mercado de trabalho) constituído dentro do poder capitalista, cuja característica principal é o trabalho. Organiza-se, dessa forma, sem empresas e sem capitalistas, como uma “economia alternativa e popular”.

O ponto em comum entre as duas interpretações (a que utiliza o conceito de massa marginal, como a vertente que utiliza o conceito de polo marginal) é que a marginalidade assume o lugar do *exército industrial de reserva*, no contexto do mundo subdesenvolvido e na fase monopolista do Capitalismo, sem que isso signifique uma transformação qualitativa do sistema. As contradições que geram a marginalidade estão presentes no próprio capitalismo, mas são acirradas pela dependência estrutural do mundo subdesenvolvido, como as sociedades latino-americanas, por exemplo. O resultado é um processo de desenvolvimento com maiores desigualdades sociais, onde a marginalidade é funcional à estrutura do sistema capitalista. Em linhas gerais, os marginalistas aceitam que o setor informal é constituído por trabalhadores inseridos em lógicas extras-capitalistas de produção.

iv) Abordagem do Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Capitalista

Contrapondo-se as perspectivas neoliberal, estruturalista e marginalista, a abordagem do desenvolvimento e subdesenvolvimento capitalista define a economia informal como produto do próprio desenvolvimento capitalista, e mais, como sendo parte integrante desse desenvolvimento. Esta corrente de pensamento entende que o desenvolvimento do capitalismo é o responsável pelos processos de marginalidade e informalidade. Singer (*apud* MATSUO, 2009) ressalta que o setor informal é gerado por processos capitalistas de desenvolvimento econômico como a globalização econômica, que produz o desemprego e a exclusão social de milhares de trabalhadores ao redor do mundo.

O autor mencionado discorda da visão dicotômica e critica a divisão da economia capitalista em dois setores, um marginal e outro monopolístico, embora não negue que diferenças entre setores e ramos econômicos podem ocorrer devido à composição orgânica do capital, devido ao custo da reprodução da força de trabalho, e devido ao tamanho da demanda. Nesse sentido:

Segundo SINGER, faz-se necessário aprofundar a *análise das relações causais entre dependência e marginalidade*, na qual “a dependência deixa de ser a principal fonte de determinação social para se tornar um entre vários fatores que influem no desenvolvimento, na urbanização e na marginalização em sociedade como as latino-americanas”. Desta maneira, não deveríamos atribuir ao imperialismo ou à dependência processos que são apenas capitalistas. Assim, não há um setor da economia que seja marginal, mas sim, são os trabalhadores os marginalizados (MATSUO, p.65, 2009).

A exclusão dos trabalhadores dos empregos formais em empresas capitalistas consolida-se quando passa a integrar o setor informal, este, definido segundo a perspectiva em

questão, como as atividades por conta própria, às atividades semi-legais, os “bicos”, os pequenos negócios extremamente precários no que diz respeito à proteção e as condições de trabalho, deixando os seus produtores numa situação entre a marginalidade social e superexploração do trabalho. Ainda conforme esta abordagem as atividades informais seriam ocupações nas quais o trabalho é instável, precarizado e mal remunerado; não completamente regulamentadas pelo Estado, e onde a superexploração do trabalho é mais evidente, desembocando numa situação social de pobreza, exclusão e marginalização dos integrantes do setor informal.

v) Abordagem Solidarista ou da Economia Popular

Por último, outra linha de pensamento acerca do trabalho informal é a abordagem denominada Solidarista ou da Economia Popular. Nessa perspectiva teórica a economia informal é encarada como economia popular e não capitalista, onde encontram-se os pobres, os pequenos estabelecimentos, o pequeno comércio, a mão-de-obra intensiva, a baixa produtividade, entre outras características. A informalidade está intimamente associada com a economia subterrânea, e o trabalhador informal é considerado um agente econômico independente, que não pertence à classe trabalhadora, mas está submetido a formas indiretas de subordinação ao capital.

As abordagens Solidaristas e pró-construção de uma economia popular são descritas por Coraggio (*apud* MATSUO, 2009) da seguinte forma:

Abordagem solidarista: ligada às correntes cristãs e às organizações religiosas. Esta corrente parte da “economia dos pobres” e de suas estratégias familiares e comunitárias de sobrevivências, incentivando a auto-organização baseada em valores de reciprocidade e de solidariedade. Percebe-se uma relação de desconfiança com o Estado e os partidos políticos. O setor informal deveria ser reconhecido como uma economia dos pobres e estruturado a partir de estratégias locais e comunitárias.

Abordagem pró-construção de uma economia popular: a economia informal seria uma alternativa popular de desenvolvimento sócio-econômico. O setor informal ampliado seria uma economia doméstica, com caráter não-capitalista, que evoluiria na direção da construção de uma economia popular.

Diante essa breve explanação acerca das principais abordagens teóricas sobre o trabalho informal, percebe-se, como mencionado anteriormente, que o tema é polêmico e controverso, não existindo consenso quanto à organização do debate. Trata-se de uma questão que requer atenção, pois a informalidade e formalidade estão presentes lado a lado na

economia e pode-se notar, atualmente, um processo de informalização cada vez maior. As formas antigas e tradicionais de trabalho informal coexistem com novas informalidades.

1.2.3. *Reestruturação produtiva e nova informalidade*

Durante mais da metade do século XX, o processo hegemônico de produção de mercadorias no modo de produção capitalista é aquele que combina os princípios da administração científica de Taylor⁹ com as inovações introduzidas por Ford, tais como a linha de montagem, a padronização dos componentes e a verticalização da produção. O modelo de produção fordista, gestado no início do século passado nas fábricas de automóveis de Henry Ford, difunde-se pelos diversos países industrializados e, mais tardiamente, nos países em fase de industrialização. Nas palavras de Harvey:

A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearborn, Michigan. Mas o modo de implantação geral do fordismo foi muito mais complicado do que isso. Em muitos aspectos, as inovações tecnológicas e organizacionais de Ford eram mera extensão de tendências bem-estabelecidas. A forma corporativa de organização de negócios, por exemplo, tinha sido aperfeiçoada pelas estradas de ferro ao longo do século XIX e já tinha chegado, em particular depois da onda de fusões e de formação de trustes e cartéis no final do século, a muitos setores industriais (um terço dos ativos manufatureiros americanos passaram por fusões somente entre os anos de 1888 e 1902). Ford também fez pouco mais do que racionalizar velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho preexistente, embora, ao fazer o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa, ele tenha conseguido dramáticos ganhos de produtividade. [...] O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2010, pág. 121).

Em linhas gerais, o fordismo consiste numa combinação do uso da tecnologia, fundamentada na linha de montagem, intimamente ligada à gerência racional do tempo de produção, com formas atrativas de compensações e trocas com os trabalhadores, como, por exemplo, os salários mais altos que a média e os diversos benefícios sociais. Pode-se definir o modelo fordista de produção, enquanto método de controle e de gestão da força de trabalho (racionalização taylorista do trabalho, produção em massa de bens padronizados, linha de montagem, desenvolvimento da mecanização através de tecnologias especializadas, salários relativamente altos, consumo em massa, etc.), como uma etapa muito específica do modo de

⁹ Modelo de administração criado pelo americano Frederick Winslow Taylor no final do século XIX e início do século XX e que se assenta na aplicação do método científico na administração com o intuito de garantir o melhor aproveitamento (custo-benefício) dos sistemas produtivos.

produção capitalista. Pode-se defini-lo, também, enquanto uma nova conjuntura que estabelece uma nova relação entre economia e política. O apogeu dessa nova conjuntura realiza-se no pós Segunda Guerra, no contexto dos países desenvolvidos, e, segundo Alain Birh (1998), em virtude de um pacto entre a burguesia e o movimento operário, no qual, ao trabalhador, era oferecido acesso à educação, saúde, possibilidade de consumo, entre outros benefícios, em troca da renúncia do “sonho socialista” e da adaptação ao novo processo produtivo. O fordismo, em última análise, deve ser entendido como um processo de afirmação e consolidação da hegemonia do modo de produção capitalista, baseado mais no convencimento que na coerção, mais na persuasão que no autoritarismo.

O modo como o fordismo se instalou, constitui uma complexa história que se estende por aproximadamente cinquenta anos, e para seu efetivo funcionamento, foi necessário um conjunto de decisões políticas, econômicas e corporativas. Em uma análise mais atenta, observa-se que existe uma diferenciação entre o fordismo antes e depois da Segunda Guerra Mundial. O modelo correspondente ao primeiro período está fortemente identificado ao processo do domínio da produção imediata, ao espaço fabril. Por sua vez, o fordismo característico do pós Segunda Guerra dá conta de como os processos da produção imediata estão intimamente relacionados à esfera da reprodução social. O fordismo inicia, desta forma, um novo momento da subsunção do trabalho ao capital, ao mesmo tempo que integra os modos de vida aos moldes do capital. O fordismo do pós Segunda Guerra extrapola o espaço fabril e invade a dimensão cultural da sociedade, redefinindo os modos de viver e pensar a vida¹⁰. Nas palavras de Harvey:

(...) o fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total. Produção em massa significava padronização do produto e consumo de massa, o que implicava toda uma nova estética e mercadificação da cultura que muitos neo-conservadores como Daniel Bell mais tarde considerariam prejudicial à preservação da ética do trabalho e de outras supostas virtudes capitalista. O fordismo também se apoiou na, e contribuiu para a, estética do modernismo – particularmente na inclinação desta última para a funcionalidade e a eficiência – de maneiras muito explícitas, enquanto as formas de intervencionismo estatal (orientadas por princípios de racionalidade burocrático-técnica) e a configuração do poder político que davam ao sistema a sua coerência se apoiavam em noções de uma democracia econômica de massa que se mantinha através de um equilíbrio de forças de interesse social (HARVEY, 2010, pág. 131).

¹⁰ A respeito, uma obra bastante esclarecedora é “Americanismo e Fordismo”, de Antonio Gramsci. Em linhas gerais, Gramsci busca compreender a profundidade da estratégia ideológica emergente nos Estados Unidos – uma potência capitalista mundial já no início do século XX. O autor enxergava no taylorismo/fordismo muito mais que um conjunto de métodos para organizar racionalmente determinadas atividades produtivas, ou seja, não se tratava apenas de um simples desenvolvimento tecnológico, mas uma combinação de princípios que coagia, persuadia e cooptava os trabalhadores para além de suas ações no ambiente de trabalho, conformando um modo de viver útil à sua exploração pelas classes dominantes.

Visto enquanto novo padrão de gestão do trabalho e da sociedade, o fordismo sintetiza as contradições históricas em curso no período da sua implementação, constituídas, principalmente, pelas mudanças tecnológicas e pelo novo modelo de industrialização caracterizado pela produção em massa, pelo consumo de massa. Esta nova etapa do padrão de acumulação capitalista, que se molda nas primeiras duas décadas do século XX, vai tomar alguns novos rumos no pós Segunda Guerra, rumos que não contrariam a essência do fordismo (muito menos do modo de produção capitalista), ao contrário, a reafirmam. Conforme Druck:

(...) no pós II guerra, o modo americano de trabalhar e de viver precisa fazer frente ao novo modo socialista de trabalhar e viver, em construção a partir da Revolução Russa. Mais do que nunca, portanto, é fundamental, para a América e para a Europa, a consolidação e a amplificação das práticas fordistas, agora também rearticuladas com as propostas de políticas de “pleno emprego” e de proteção social do Estado, a fim de garantir um determinado padrão de qualidade de vida exigidos pelos movimentos de trabalhadores contaminados pela vitória socialista (DRUCK, 1995, pág. 45).

Segundo Harvey (2010), ao que parece, foram dois os principais impedimentos à disseminação do fordismo nos anos entre-guerras. Primeiro, a grande oposição dos trabalhadores, que consideravam o processo de trabalho demasiadamente esgotante. Nas palavras do autor:

(...) o estado das relações de classe no mundo capitalista dificilmente era propício à fácil aceitação de um sistema de produção que se apoiava tanto na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo (HARVEY, 2010, pág.123).

A segunda importante barreira a ser enfrentada estava nos modos e mecanismos de intervenção estatal. Foi a partir da Grande Depressão de 1929 – entendida como uma grande crise de superprodução – que identificou-se a necessidade de conceber um novo modo de regulamentação para atender aos requisitos da produção fordista, e foi, dessa forma, que as sociedades capitalistas chegaram a uma nova concepção da forma e do uso dos poderes do Estado. Por sua vez, o contratempo da configuração e uso dos poderes do Estado só foi resolvido depois de 1945, e tal superação levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distinto (HARVEY, 2010). Alcançando tal patamar, o fordismo serviu de base para um longo período de expansão pós-guerra que se manteve até início dos anos de 1970. Assim:

Ao longo desse período, o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico. Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa, preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornada remota. O fordismo se

aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas (HARVEY, 2010, pág. 125).

Os anos que sucederam o fim da Segunda Guerra Mundial são extremamente significativos para as sociedades capitalistas desenvolvidas – e para o capitalismo –, pois a partir daí a economia mundial passou a desfrutar de um longo período de prosperidade, alcançando durante as décadas de 1950-1960, taxas recordes de crescimento. O período pós-guerra viu ascender uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entre-guerras e levadas a extremos de racionalização na Segunda Guerra Mundial. Mais uma vez são elucidativas as palavras de Harvey:

Os carros, a construção de navios e de equipamentos de transporte, o aço, os produtos petroquímicos, a borracha, os equipamentos eletrodomésticos e a construção se tornaram os propulsores do crescimento econômico, concentrando-se numa série de regiões de grande produção da economia mundial – Meio Oeste dos Estados Unidos, a região do Rur-Reno, as terras Médias do Oeste da Grã-Bretanha, a região de produção de Tóqui-Iocoama. As forças de trabalho privilegiadas dessas regiões formavam uma coluna de uma demanda efetiva em rápida expansão. A outra coluna estava na reconstrução patrocinada pelo Estado de economias devastadas pela guerra, na suburbanização (particularmente nos Estados Unidos), na renovação urbana, na expansão geográfica dos sistemas de transporte e comunicações e no desenvolvimento infra-estrutural dentro e fora do mundo capitalista avançado. Coordenadas por centros financeiros interligados, tendo como ápice da hierarquia os Estados Unidos e Nova Iorque, essas regiões-chaves da economia mundial absorviam grandes quantidades de matéria-prima do resto do mundo não-comunista e buscavam dominar um mercado mundial massa crescentemente homogêneo com seus produtos (HARVEY, 2010, pág.125).

O crescimento verificado no período pós-guerra foi assentado sobre a base da segunda revolução industrial e resultado, em última instância, da reestruturação tecnológica industrial, comercial e financeira do mundo capitalista. Contudo, a alteração da estrutura produtiva e tecnológica por si só não foram os únicos fatores responsáveis pelas altas taxas de crescimento alcançadas pelos países capitalistas centrais. As profundas mudanças institucionais, realizadas em especial no que diz respeito ao papel do Estado, o qual passou a intervir maciçamente na economia, foram cruciais para estimular e manter o ritmo do crescimento econômico.

Além da política monetária e fiscal, o Estado passou a regular e administrar as economias capitalistas, promovendo, em certa medida, uma verdadeira reforma no modo de produção. Dito em outros termos, através de suas ações, passou a planejar e coordenar o processo de industrialização e modernização das economias capitalistas. Além disso, assumiu

a expansão e manutenção do nível de demanda agregada¹¹ até atingir o nível de atividade próxima do pleno-emprego¹².

Concomitante a essa nova perspectiva que atribuía ao Estado importante papel na manutenção do equilíbrio econômico e das taxas de crescimento no interior de cada estado-nação, foram realizados alguns acordos internacionais que desembocaram na criação de organismos internacionais voltados à regulação das relações políticas, comerciais e financeiras entre os estados. São exemplos órgãos como a ONU (Organização das Nações Unidas), GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento).

Além da explícita intenção de prevenir a repetição da crise econômica tão catastrófica como a ocorrida nos anos 30, e de evitar guerras comerciais entre as nações industrializadas no mundo capitalista, tais organismos, principalmente o GATT, o FMI e o BIRD, tinham também a finalidade de favorecer o crescimento baseado na produção em massa e a expansão dos investimentos e do comércio internacional.

A expansão capitalista do período 1945-1960 foi possibilitada em grande medida, ao que Hobsbawm (1997), com propriedade, denominou de “construção política”, visto que, na sociedade capitalista desenvolveu-se uma convenção onde os trabalhadores e os empresários deveriam cooperar e, portanto, fazer concessões, enquanto o Estado tinha como papel primordial administrar os conflitos. Para o autor, isso foi possível devido à lembrança da Grande Depressão, à memória da catástrofe gerada pela guerra e do nazismo e, principalmente, devido à guerra fria, representada pela ameaça do avanço comunista sobre a Europa. Em outros termos, é o fator político o elemento fundamental que permitiu uma série de mecanismos e de regulação econômica.

Diante disso, um novo padrão de relação entre capital e trabalho emergiu juntamente com o crescimento de uma poderosa classe trabalhadora da indústria produtora de artigos em massa, cujas lutas articularam-se ao movimento de reação ao liberalismo econômico, imperante no final do século XIX e início do século XX. Dentro desse novo quadro, o Estado passou a garantir as condições mínimas para a reprodução da força de trabalho e, numa

¹¹ Demanda agregada significa a totalidade de bens e serviços que numa determinada economia os consumidores, as empresas e o Estado, estão dispostos a comprar, a um determinado nível de preço e em determinado momento.

¹² Pleno-emprego, em Economia, refere-se à utilização plena de todos os fatores de produção (trabalho, capital, insumos). Não existe despendido na utilização destes fatores.

política articulada com os sindicatos, procurou compatibilizar a oferta de trabalho aos ritmos e modalidades da acumulação capitalista. Essa nova política permitiu que os níveis salariais e a capacidade de consumo dos trabalhadores se tornassem compatíveis com o novo padrão tecnológico e com a produção industrial em massa.

A contratação coletiva de trabalho constituiu-se como prática comum dessa nova forma de relação entre capital e trabalho, e é, costumeiramente apontada por estudiosos como um dos principais fatores a contribuir não somente para a sustentação da demanda dos níveis de emprego, como também de renda da classe trabalhadora. O salário, então determinado através da contratação coletiva, deixou de ser considerado exclusivamente um custo para as empresas, obtendo importante papel na elevação do padrão de consumo. Nos anos 50 e 60, nos principais países capitalistas, os salários e seu poder aquisitivo cresceram de maneira considerável e quase ininterrupta.

O trabalho, desta forma, para uma parcela considerável de trabalhadores, deixa de ser o retrato de miséria e insegurança dos primórdios do capitalismo e a classe que vive do trabalho passa a ganhar um status especial na sociedade capitalista. O trabalhador passa a participar da distribuição de um estoque de bens comuns, não necessariamente comerciáveis e que estavam disponíveis na sociedade. Desenvolve-se inicialmente uma rede mínima de seguridades ligadas ao trabalho, mas em seguida estes bens se ampliam e a classe trabalhadora passa a ter acesso a bens coletivos como higiene, educação, saúde, seguro desemprego, aposentadorias e tantos outros benefícios sociais.

Através da luta e de sua capacidade de organização a classe trabalhadora acaba obtendo diversas conquistas históricas que são decisivas para a construção de um pacto social específico, característico da sociedade salarial, tais quais a gradativa redução da jornada de trabalho, melhorias salariais, direito a férias, férias remuneradas, licença maternidade, décimo terceiro salário, gratificações, participação no lucro das empresas, seguro desemprego, aposentadoria e tantos outros benefícios e programas de assistência que conferiram a uma parcela da classe trabalhadora um tipo de inserção social jamais visto na história do capitalismo.

Depois de duas décadas de pleno desenvolvimento, a partir dos anos de 1970, as economias dos países avançados passaram a apresentar sinais de esgotamento. O panorama internacional, nesta época, era de lento crescimento, com queda da produtividade do trabalho, em decorrência do envelhecimento do paradigma tecnológico e da insatisfação dos trabalhadores com esse tipo de gestão, também esgotado. Verifica-se neste período um

aumento da inflação com redução do crescimento dos mercados consumidores, devido ao esgotamento do processo de difusão do padrão de consumo. O modelo fordista, diante de tal cenário, mergulhou numa crise marcada por uma conjuntura de estagnação, inflação e desemprego.

Com o modelo fordista em crise, o cenário estava marcado pela diminuição dos lucros e a quebra do pacto social do pleno emprego nos países centrais. A fim de reverter tal situação, um conjunto de medidas de natureza neoliberal foi adotado em diversos países, tendo a Inglaterra, através da figura de Thatcher, e os Estados Unidos, com o governo Reagan, seus exemplos mais significativos. Dentre as medidas, destacaram-se: o estímulo a flexibilização produtiva, a desregulamentação dos mercados de trabalho e a minimização dos mecanismos de proteção social. Defendiam também a progressiva diminuição da intervenção do Estado na economia. Na América Latina, essas medidas foram orientadas pelas decisões do Consenso de Washington¹³.

Desenvolveu-se paralelo à propagação dos princípios neoliberais a chamada terceira revolução industrial baseada na microeletrônica e na tecnologia da informação. O novo paradigma tecnológico provocou mudanças importantes ao revolucionar as práticas de produção, comunicação e organização do trabalho. O modelo de produção que despontou nas últimas décadas do século XX tem na automação integrada flexível um dos seus principais elementos, permitindo uma maior customização da produção, com maior relação com a demanda dos consumidores, além das relações mais estreitas com a comercialização e a gerência, reduzindo os níveis hierárquicos internos dentro das empresas e modificando a própria organização do processo industrial.

Como consequência dessas mudanças estruturais verifica-se o surgimento de indústrias de alta tecnologia, as quais fundamentam-se na informação. Trata-se de uma nova geração de indústrias, cuja forma específica de produzir caracteriza-se pelo papel fundamental que a informação desempenha no processo de produção. Nessa perspectiva, enquanto de um lado se sobrevaloriza o trabalho do profissional altamente especializado, de outro, elimina-se massivamente postos de trabalho inferiores, aumentando o desemprego.

Uma nova situação apresenta-se, portanto, com a crise do modelo fordista. Identificada como um processo de transformações estruturais no campo da produção e da organização do

¹³ A essência do Consenso de Washington está sintetizada em três objetivos: o da estabilização da economia; o das reformas estruturais com a redução do poder do Estado através de um programa de privatizações, desregulamentação dos mercados e liberalização financeiro-comercial; e o da abertura da economia para atrair investimentos internacionais e retomada do crescimento econômico (DRUCK, 1999)

trabalho, a reestruturação produtiva emergiu da necessidade de se organizar as próprias bases do modelo de acumulação do sistema capitalista e de adequar o sistema produtivo à nova dinâmica mundial, buscando resgatar a lucratividade conseguida nos tempos áureos do fordismo.

No âmbito do processo de trabalho, a reestruturação produtiva realiza-se ao adotar um novo paradigma tecnológico e organizacional, com a introdução, por um lado, de novas tecnologias de base microeletrônica – automação informatizada – e, por outro, de novos padrões de gestão/organização do trabalho, mais especificamente o modelo japonês. O modelo japonês é o maior expoente dessas transformações no que concerne a gestão da produção e de organização do trabalho. Consiste num conjunto de técnicas e métodos (just-in-time, kanban, círculos de controle de qualidade, etc.), que sustentado no princípio do trabalho em grupo permite um aumento da competitividade e da produtividade, eliminando os elementos desnecessários no processo produtivo.

Enquanto o modelo fordista de produção baseava-se na fragmentação e repetição do trabalho, o modelo japonês ou toyotista¹⁴ seguiu o viés da desespecialização por meio da instalação de uma certa polivalência e multifuncionalidade das máquinas e dos trabalhadores. Sobre alguns elementos dos toyotismo comenta Pinto:

Uma vez que a operação de várias máquinas por um mesmo trabalhador já havia sido implantada com êxito, Ohno perseguiu o objetivo de agregar no mesmo posto de trabalho máquinas de diferentes finalidades, o que lhe permitiria, por conseguinte, concentrar no mesmo local diferentes funções de trabalho, antes limitadas a departamentos distintos no espaço da fábrica pelo sistema taylorista/fordista. Dentre essas funções, estavam a de programação de máquinas, o planejamento e a coordenação da produção, além da manutenção do aparato produtivo e do controle de qualidade dos produtos, sem contar, evidentemente, a transformação propriamente dita dos insumos e matérias-primas em produtos intermediários ou acabados (a produção direta). Cada uma dessas funções aglutinava grupos diferentes de atividades, rotineiramente realizadas por distintos trabalhadores, por elas responsáveis. À medida que Ohno foi conseguindo fundi-las em poucos postos de trabalhos, estes adquiriram o aspecto de uma “multifuncionalidade”, o que exigiu somarem-se neles todas as atividades antes subdivididas em várias funções, exigindo-se, portanto, dos trabalhadores aí empregados, a responsabilidade por sua execução dentro da mesma jornada. Cumprida essa fusão de várias funções e atividades, designou-se “multifuncionais”, ou “polivalentes”, aos trabalhadores por elas responsáveis. A ideia era permitir que os trabalhadores adquirissem o conhecimento, executassem e passassem a se responsabilizar por várias fases do processo produtivo total, o que lhes possibilitaria desenvolver múltiplas capacidades, que, ao final, seriam reaproveitadas no cotidiano de seu trabalho, com aumento da produtividade (PINTO, 2010, pág. 63)

O toyotismo enquanto novo paradigma tecnológico/organizacional tem como característica essencial a flexibilização, com o objetivo maior e bem específico de eliminar os

¹⁴ Modelo criado pelo japonês Taiicho Ohno e implementado nas fábricas de automóveis da Toyota, daí seu o termo.

processos produtivos, comerciais e financeiros de todas as formas de rigidez, característica marcante do modelo fordista. Em linhas gerais, trata-se da substituição da automação rígida de base eletromecânica, pela automação flexível de base microeletrônica, o que permite mudanças no processo produtivo tanto em termos quantitativos como qualitativos.

A reorganização do processo produtivo com introdução do paradigma toyotista procurou produzir as unidades necessárias, nas quantidades exigidas, no tempo exato, usando os insumos em proporções corretas. Dessa forma, além de conseguir atingir um grau elevado de racionalização do processo de trabalho, com o aumento da produtividade, conseguiu-se a diminuição dos custos e, principalmente, o aumento da lucratividade. A respeito, comenta Pinto:

A esse regime de encomenda-produção-entrega precisas chamou-se *just-in-time*. A tradução literal dessa expressão seria “no tempo certo”. Todavia, seu significado é mais abrangente: organizar-se sob o regime *just-in-time* significa produzir somente o que é necessário (seguindo exatamente as especificações do cliente), na quantidade necessária (nem mais, pois se deve abolir o estoque, nem menos) e no momento necessário (nem antes, o que significa ter um “estoque” na forma de capacidade produtiva ociosa, nem depois). Em termos dos processos produtivos internos às empresas, organizar a produção sob o regime *just-in-time* significa que, na montagem de um produto, todos os seus componentes, fabricados em processos distintos de submontagem, devem chegar aí no momento exato e na quantidade estritamente necessária, sem a formação de estoques nem de espera entre os postos de trabalho (PINTO, 2010, pág. 69).

Além do *just-in-time*, outros métodos, como o Kaban e o Kaisen, foram introduzidos em diversas empresas, a fim de aumentar a produtividade e, por conseguinte, a lucratividade a partir de uma significativa redução dos custos. Importante ressaltar que a transposição dessas práticas para outros países, via empresas/organizações ou ensinamento empresariais, ocorre com algumas adaptações, ajustes e até mesmo modificações, devido às especificidades de cada local.

No processo de reestruturação produtiva observa-se, ainda, o surgimento de outros modelos, também alternativos ao fordismo, que semelhante ao toyotismo procuraram reorganizar a estrutura produtiva em busca do aumento da produtividade e lucratividade. Tratam-se de experiências bem específicas e localizadas, as quais ficaram conhecidas como a alternativa sueca ou *kalmarismo* e a alternativa italiana ou 3ª Itália. A alternativa sueca se constitui num modelo que combina flexibilidade funcional na organização do trabalho com um alto grau de automação, informatização e criatividade, caracteriza-se também pela ênfase no trabalho em grupo, com relativa autonomia e a incorporação da alta tecnologia, através de sistemas produtivos informatizados. A experiência italiana é baseada em pequenas e médias empresas localizadas em distritos industriais que se completam e se articulam em forma de

rede, constituindo-se numa experiência localizada, e numa produção voltada para exportação e incorporação de alta tecnologia.

As duas experiências não chegaram a representar formas universais de como organizar o trabalho e a produção, nem obtiveram repercussão e propagação como o toyotismo, na verdade, ao que parece, nunca demonstraram tal preocupação. Representaram experiências isoladas, dentro de realidades bem específicas.

A introdução de novas formas de organização/gestão e de um novo aparato tecnológico no processo produtivo, em conjunto com a implantação de medidas neoliberais, trouxe como consequência agravamentos sociais, sobretudo no mundo do trabalho: precarização dos postos de trabalho, propagação do trabalho temporário e o desemprego, aparecem como exemplos. Gerou-se, dessa forma, um cenário marcado por instabilidade, desconfiança e insegurança por parte dos trabalhadores. A coexistência de características do neoliberalismo, da reestruturação produtiva e da globalização, associados aos seus reflexos de exclusão econômica e social, modificam os contornos das relações que se configuram o mundo do trabalho. Assiste-se, desde então, o ressurgimento de condições de trabalho precárias que haviam sido, em grande parte, superadas durante os anos dourados do fordismo no período pós-guerra.

Um dos resultados mais negativos destas transformações sobre o mercado de trabalho é o desemprego estrutural. O crescente processo de automação, com base na microeletrônica e tecnologia da informação, acompanhada das práticas de organização flexível, redefiniram os locais de trabalho. A intensificação e a generalização das novas práticas de gestão do trabalho desencadearam um rápido processo de terceirização, proliferando de forma acentuada micro e pequenas empresas que mantêm, na sua maioria, contratos precários de trabalho. A nova dinâmica produtiva e econômica que surge com a implantação do novo paradigma socioprodutivo influencia incisivamente no mercado de trabalho, com a redução do número de postos de trabalho, o aumento do desemprego e, conseqüentemente, provocando o crescimento do setor informal.

Diante de tais transformações o desemprego tornou-se cada vez mais frequente, tanto nos países desenvolvidos, como principalmente nos países em desenvolvimento. É nesse contexto, e diante da heterogeneidade de atividades e ocupações que surgem com o processo de precarização do trabalho, que hoje se fala em uma nova informalidade.

Teorizando a respeito do processo de informalidade a partir do processo de reestruturação produtiva, Alves (2001) argumenta que as características iniciais do “segmento não organizado” foram alteradas, incluindo-se nele as formas de terceirização, a subcontratação de força de trabalho, a organização em redes de produção, a externalização de partes do processo produtivo que simplificam as tarefas e ocupações antes encontradas no interior da grande empresa. Desta forma, a autora classifica os trabalhadores informais a partir da seguinte forma¹⁵:

1. *Trabalhadores informais tradicionais*: são aqueles que vivem de sua força de trabalho e em alguns casos incorporam a força de trabalho de familiares, mas normalmente não contratam trabalhadores assalariados. Essa forma de trabalho deve ser analisada dependendo das condições econômicas em que é realizada. Dificilmente conseguem acumular capital, obtém apenas o necessário para sua subsistência. Os trabalhadores informais se subdividem em várias categorias específicas:

a) *Trabalhadores informais “estáveis”*: grupo que possui meios de trabalho ou um mínimo de conhecimento profissional. Exemplos: costureiras, alfaiates, pedreiros, vendedor ambulante.

b) *Trabalhadores informais “instáveis”*: estes dependem de ocupação eventual, de sua força física e da disposição para realizar pequenas e diversificadas tarefas de pouca qualificação. Em alguns casos trabalham por empreitada. São recrutados eventualmente dependendo do ciclo econômico da produção ou do acúmulo de trabalho, nesse caso são contratados e remunerados por peça ou por serviço realizado. Normalmente são mal remunerados. Esse trabalhador já desistiu de procurar um trabalho assalariado devido ao rigor das exigências feitas pelas empresas. Por exemplo: confecção e colagem de embalagens, auxiliar de costura, guardadores de carro, flanelinhas.

2. *Trabalhadores informais “ocasionais” ou “temporários”*: São aqueles que eventualmente permanecem sem trabalho e desenvolvem atividades informais temporariamente, e às vezes passam a trabalhar como assalariados. Esse trabalhador percebe essa atividade como secundária, seu objetivo é retornar ao trabalho assalariado. E, também, não pode-se descartar aqueles trabalhadores que atuam em

¹⁵ Encontrado em Alves (2001, pág. 100).

atividades assalariadas, e, ao mesmo tempo, nas horas vagas desenvolvem tarefas diversificadas em atividades informais. Praticam os chamados bicos, conciliando o trabalho “regular” com o ocasional. Nesses casos obtém-se um baixo nível de rendimento com essas atividades. Exemplos: vendedores de diversos produtos (limpeza, cosméticos, roupa), digitador, manicures.

3. *Trabalhadores assalariados sem registro*: Esses trabalhadores, em sua maior parte, foram contratados à margem da regulamentação do mercado de trabalho, à margem das regras dos contratos por tempo indeterminado em tempo integral e da organização sindical.

4. *Trabalhadores autônomos ou por conta-própria*: os trabalhadores autônomos são aqueles, geralmente mais qualificados, que possuem meios de trabalho e utilizam força de trabalho própria ou familiar. Há casos em que empregam um número pequeno de trabalhadores assalariados. Geralmente, possuem um capital mínimo representado pelo pequeno estabelecimento comercial e possuem meios de trabalho que lhes asseguram certa estabilidade de ocupação, pertencem aos segmentos médios da sociedade. Esses trabalhadores prestam seus serviços diretamente ao consumidor ou para determinada empresa. Subdividem-se em:

a) *Autônomo para o público*: é identificado como a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s) ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es) e eventualmente tem algum ajudante remunerado em períodos de maior volume de trabalho. O indivíduo classificado nessa categoria presta seus serviços diretamente ao consumidor, sem usar a intermediação de uma empresa ou pessoa. São exemplos desse grupo: dono de barraca de frutas, motorista de taxi (dono do próprio carro), dono de pequenos negócios, oficinas.

b) *Autônomo para empresa*: é o indivíduo que trabalha por conta própria exclusivamente para determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s), mas não tem uma jornada de trabalho prefixada contratualmente, nem trabalha sob o controle direto da empresa, tendo, portanto, liberdade para organizar seu próprio trabalho (horário, forma de trabalhar e ter ou não ajudante). Essa categoria também inclui o

trabalhador vinculado a uma empresa que recebe exclusivamente por produção, cujo vínculo é expressamente formalizado em contrato autônomo.

O grupo dos trabalhadores autônomos engloba também aqueles que têm sido incentivados pelo grande capital a se incluírem na categoria de trabalhadores “independentes” (os empreendedores), os quais prestam seus serviços às grandes empresas visando com isso baratear os custos com a força de trabalho. Essas formas de trabalho se devem às novas estratégias adotadas para enfrentar a forte concorrência entre as empresas. Esses trabalhadores também são ameaçados pelo avanço do capitalismo, subsistem na medida em que atendem determinadas necessidades do padrão de desenvolvimento do capital e mantêm baixos preços, têm jornadas extremamente prolongadas de trabalho, com precariedade das remunerações.

5. *Pequeno proprietário informal*: neste grupo, tem-se priorizado as empresas terceirizadas que ampliaram-se significativamente nos anos de 1990. As formas de inserção as pequenas empresas se diversificaram muito e boa parte de suas atividades não são práticas novas, mas foram recriadas como forma de possibilitar a extração de mais-valia, como é caso da pequena empresa artesanal (familiar), cujo proprietário utiliza força de trabalho própria e subemprega a força de trabalho familiar não paga, obtendo-se apenas uma renda necessária para sua subsistência. Nesse caso, apenas o grande capital se beneficia do resultado de sua produção. No caso da empresa subcontratada ou terceirizada, para se definir o grau de informalidade se estabelece como elemento diferenciador o emprego de força de trabalho assalariada dentro das normas estabelecidas pelas leis trabalhistas e a propriedade dos meios de produção.

Essa importante contribuição de Alves revela uma nova realidade que começou a despontar na informalidade nos anos de 1990. Trata-se de um novo perfil de trabalhadores informais, bem como o surgimento de novas atividades informais, tanto inovadoras quanto atividades tradicionais reformuladas ou até mesmo modernizadas, que passam a configurar um cenário ainda mais heterogêneo para a informalidade.

Diante do atual panorama econômico do mercado de trabalho, fruto da reestruturação produtiva, do avanço tecnológico e das consequências das políticas neoliberais, o desemprego passa a se tornar uma realidade para muitos trabalhadores – tanto para os expulsos do mercado formal, como para os jovens ingressos – os quais passam a desempenhar atividades

informais, mesmo que temporariamente, dando origem a um fluxo que poderia ser denominado de novo circuito da informalidade.

Cumprir destacar que a emergência desse novo circuito da informalidade não elimina a vigência do anterior, pelo contrário, eles operam simultaneamente, conduzindo os trabalhadores para velhas e novas ocupações no mercado informal, principalmente a forma de trabalhadores por conta própria. A informalidade, que era interpretada como fruto da incapacidade de geração de empregos nos mercados formais e regulamentados – visão até início dos anos de 1980 –, ganha novas dimensões na medida em que passa a incorporar contingentes antes empregados em todos os níveis do mercado formal.

Assiste-se, portanto, um cenário composto por trabalhadores informais cada vez mais heterogêneo. De um lado, tem-se o ingresso de novos trabalhadores informais com perfil diferenciado dos tradicionais informais engajados em atividades voltadas para o público. Enquanto de outro lado, observa-se a entrada de trabalhadores provindos do setor formal que, em virtude das recentes transformações, foram demitidos e sofrem as consequências da precarização no mercado de trabalho ao desempenharem, às vezes, as mesmas atividades de maneira informal.

A expressiva participação das atividades informais no cotidiano dos indivíduos é visível pela quantidade de vendedores – ambulantes ou pontos fixos –, pela grande oferta de prestadores de serviços variados e pelo surgimento de novas atividades. As atividades e ocupações que integram o setor informal sofrem permanentemente os efeitos do processo de modernização da sociedade.

As considerações apresentadas acima revelam-se importantes pois apontam um aspecto extremamente relevante associado ao setor informal: um cenário marcado por uma nova informalidade. Trata-se do aparecimento de um novo conjunto de trabalhadores informais com perfil diferenciado, os quais passaram a desempenhar atividades inovadoras, seja reformulando e aprimorando algumas das atividades tradicionais já existentes, atuando em novas ocupações surgidas ou, ainda, executando atividades de forma articulada, embora precarizada, com o setor formal. Por se tratar de um fenômeno recente, a nova informalidade ainda possui uma visibilidade restrita, voltada, apenas, para nichos da sociedade. Diferente da clássica visão da informalidade tradicional – cujas características são a facilidade de entrada, utilização de recursos de origem doméstica, mão-de-obra desqualificada –, a nova informalidade está relacionada com a chamada elite informal.

Essa nova forma de trabalho “informal” que se potencializa e se adequa à lógica da acumulação capitalista, cujos pilares são as políticas neoliberais – liberalização comercial, desregulamentação do mercado financeiro e privatização – e a reestruturação produtiva – flexibilização da produção e das relações produtivas –, em que ambas asseguram a consecução do desenvolvimento do capitalismo conforme suas reivindicações, ora na forma de subcontratações, ora sob o aspecto da terceirização, ora como cooperativismo, entre outras, foi a que permitiu ao capital, mais uma vez, superar um momento de crise. Essa nova forma de exploração do trabalhador é executada sob às rédeas firmes do capitalista, em especial, na aparência da terceirização.

Importante ressaltar que, apesar da problemática envolvendo os trabalhadores terceirizados, temporários, trabalhadores flexíveis, componentes da nova informalidade, priorizaremos neste estudo os trabalhadores que constituem o quadro da “velha informalidade”, ou seja, os trabalhadores por conta-própria, os autônomos, os pequenos negociantes; delimitando nosso campo de análise nos deteremos aos trabalhadores de rua, e mais especificamente ao trabalhador ambulante.

CAPÍTULO II

ANÁLISE DOS TERRITÓRIOS DO TRABALHO INFORMAL DA ÁREA CENTRAL DO RECIFE: OS AMBULANTES EM FOCO

2.1. O trabalho de rua no Brasil

O trabalho de rua na sociedade brasileira está presente desde antes do Brasil ser independente. Desde a época dos descobrimentos (século XV e XVI) já havia registros de formas de trabalho que estavam ligadas diretamente à rua, seja para carregar mercadorias para os navios ou destes para o continente, ou ainda para transportar mercadorias, bens e até pessoas nas cidades nascentes.

Nos séculos XVII, XVIII e, principalmente, XIX, o Brasil (nesse caso o Brasil colonial) movimentou-se por formas de trabalhos de rua, sendo suas nascentes cidades povoadas por trabalhadores(as) de rua. Desta forma, o trabalho de rua no Brasil é mais do que um resultado das vicissitudes econômicas, como apresentado nas teorias de meados do século XX, apresenta-se como aspecto cultural dos espaços urbanos.

Nos séculos citados, no geral, os trabalhos de rua eram compostos por pessoas de origem africana, negros, mestiços, mas também existia a participação de alguns brancos pobres. Além disso, nesse universo dos trabalhadores, havia também diversos tipos de trabalhos autônomos realizados nas ruas ou em casas como, por exemplo, o carpinteiro, pedreiro, chapeleiro, carregador, quituteira, lavadeira etc. Tais trabalhadores(as) ficavam perambulando pela cidade, ou concentrados a espera de clientes nos locais denominados de “cantos”, que eram os pontos fixos onde se estabeleciam.

Portanto, o trabalho de rua sempre foi uma constante nas cidades brasileiras, principalmente, no caso das capitais Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Nessas cidades litorâneas, o ponto central do movimento econômico se dava pelos portos cuja carga e descarga era feita por trabalhadores de rua.

Com a independência do Brasil, depois com a abolição, não se extinguiram as formas de trabalho de rua, ao contrário, sempre permaneceram como uma prática corrente, sobretudo para as populações nacionais de passado escravista (negros, ex-escravos, libertos). Essas populações, desde aquele período, não encontravam outra forma de sobrevivência a não ser

em trabalhos incertos, perseguidos e, tantas vezes, insalubres das ruas. Era muito comum, em meados do século XIX, a prisão destes trabalhadores, muitas vezes por estarem perambulando pelas ruas, e até mesmo por conta de suas vestes/vestimentas.

Na verdade, havia um preconceito de uma elite branca sobre tais trabalhadores. Ou seja, as formas de trabalho de rua, desde o século XIX e início do XX, não significaram mera fonte de escolhas individuais dos(as) trabalhadores(as), representando muito mais a única forma de sobrevivência possível diante de um contexto social excludente e ameaçador como era na época da sociedade brasileira escravista e das oligarquias rurais. Uma sociedade que buscava apagar a todo custo as marcas do passado, as marcas da escravidão, da discriminação, do preconceito, visando, assim, alcançar um suposto nível de “civilização” e “progresso” que era aclamado na Europa, na França por excelência. Essa busca por um status de civilização fez com que o Brasil, inclusive, importasse força de trabalho estrangeira para atender à expansão da agricultura do sul e sudeste (para as plantações de café).

Ancorado no arcabouço teórico da Sociologia do Trabalho serão apresentados os principais aspectos do trabalho de rua no Brasil na atualidade. De acordo com Durães (2006), de um modo geral, pode-se compreender o trabalho de rua no Brasil a partir de três concepções, as quais mostram-se bastante interligadas e complexas.

A primeira dessas concepções, a mais tradicional entre elas, corresponde àquela na qual o trabalhador vive literalmente no limite da sobrevivência, conquistando diariamente suas necessidades imediatas, tais como alimentação, vestimenta e moradia, e é composta pelos trabalhadores mais tradicionais¹⁶. Tais trabalhadores vivem na busca incessante de meios para subsistir, trabalhando quase que exclusivamente para sobreviver, chegando, algumas vezes, a não se alimentar, porque o dia de “movimento”, de “vendagem”, foi fraco e insuficiente. São os trabalhadores mais vulneráveis às ações de controle e repressão do poder público municipal, e praticamente desprovidos do acesso à seguridade social e sistema de saúde. Sendo economicamente mais frágeis, qualquer perda ou apreensão de mercadorias ou instrumentos de trabalho é duramente sentida, e qualquer dia sem exercerem suas atividades (por diversos motivos, como doenças, por exemplo) “é um dia a menos de conquista de sobrevivência, podendo até rebaixar sua base de consumo diário” (DURÃES, 2006, pág.135).

No geral, nesta primeira compreensão, encontram-se os vendedores de alimentos (lanches, petiscos, frutas, doces...), perfumaria e cosméticos e os mais variados artefatos do

¹⁶ Trabalhadores que sempre desenvolveram atividades precárias, quase sempre nas ruas.

lar e de ordem pessoal. Comumente, são atividades que não necessitam de grandes investimentos nem de qualificação profissional específica. Praticamente não existem empecilhos ao acesso se comparadas ao trabalho formal para se iniciar nessas atividades. Pode-se incluir aqui nesse grupo, também, os vendedores ambulantes das cidades, desde os regulamentados (fixos ou ambulantes) aos que não possuem autorização do Estado para exercer a atividade, estando esse segundo grupo ainda mais precarizado e vulnerável. Contudo, todos estão inseridos dentro de um mesmo dilema: a busca constante pela sobrevivência.

Os trabalhadores inseridos nessa primeira caracterização, devido sua cotidiana luta para subsistir, são conhecidos por criar e recriar formas e estilos a todo instante, por vezes apenas reproduzindo uma estética do dito mundo formal/capitalista, e muitas outras, “inserindo inovações de vendas nunca vistas nos meios formais, servindo até como modelos de venda ou de inovação em alguns casos de sucesso” (DURÃES, 2006, pág.136). Contudo, normalmente vivem perambulando em todos os espaços sociais que têm acesso, sob situações das mais diversas, típicas das ruas das grandes cidades (por exemplo, roubos, assaltos, brigas, repressão policial, repressão dos agentes de fiscalização municipal, sol, chuva, entre outras), ou ainda, vivem a ocupar os “espaços intersticiais”, situados no entorno de atividades formais. Exemplo da existência desses espaços são as aglomerações de trabalhadores de rua no entorno dos centros comerciais da maioria das capitais brasileiras.

A respeito dessas aglomerações comenta Durães:

Desde aglomeração ao lado de *shoppings*, estações de ônibus/metrô, bairros comerciais até aglomerações em festas populares, bares ou estádios de futebol. De fato, as atividades de rua vão se estruturando no entorno e em nítida correlação com o mundo denominado formal/regular e capitalista. Por exemplo, é no centro das grandes cidades brasileiras que se aglomeram o maior número de trabalhadores informais de rua e é lá também que se concentra o centro comercial da cidade. Além disso, encontram-se nas mais avançadas empresas do país entregadores de lanches, almoços, doces e derivados, ofertando seus serviços e produtos pessoalmente, valendo-se do meio de comunicação *boca-a-boca* ou via *call center*. Portanto, a linha divisória do mundo formal para o informal é bastante tênue e por demais sutil, para não dizer que em alguns casos é invisível, como na contratação de trabalhadores informais em empresas formais, porém isso é outra questão (DURÃES, 2006, pág. 137).

Os indivíduos desta primeira vertente dos trabalhadores de rua são os que obtêm menores rendimentos e possuem as maiores jornadas de trabalho, mesmo que aparentando gozar de certa liberdade na realização da atividade. Segundo Durães:

(...) estão dia-a-dia conquistando sua sobrevivência, palmo a palmo, no geral, sem poderem *abstrair* do *seu real imediato* e partir para novos empreendimentos, caindo muitas vezes em uma luta *onírica* e *solitária*, no máximo familiar, quase sempre

remando em uma *busca imaginada e, geralmente, irrealizável* de melhoria de vida, via empreendedorismo ou excesso de trabalho. Pensam que é possível expandir o negócio e assim aumentar seus rendimentos, ou mesmo que é possível ganhar mais aumentando a jornada de trabalho. Chegam até a aderir a micro-créditos como forma de melhorar ou iniciar-se em uma atividade, quando, na verdade, apenas protelam os sofrimentos e as decepções depois de uma vida de labuta, a descoberta de uma vida sem garantias sociais e trabalhistas, mas aí não tem mais jeito (DURÃES, 2006, pág. 137).

Expostos a essas condições precárias e incertas das ruas, das atividades informais, esses trabalhadores terminam, geralmente, por reforçar o isolamento e a não formação de movimentos reivindicatórios, fragmentando qualquer possibilidade de ações coletivas e organização de classe, pois uns terminam conseguindo melhores inserções em determinadas ruas, em determinados pontos, do que tantos outros.

Uns conseguem auferir melhores rendas do que outros. Enfim, vive-se no limite da sobrevivência, mas de forma fragmentária e individualista. Isso para não falarmos de uma possível aproximação (de classe) desses trabalhadores para com o trabalhador formal. Aí, apesar de estarem todos inseridos em processos de precarização do trabalho e da vida, em um oceano de incertezas, há toda uma fragmentação enquanto componentes da mesma classe trabalhadora, quer dizer, não existem elementos plausíveis de conexão entre os dois grupos, a não ser o fato de ambos estarem internamente fragmentados e isolados (DURÃES, 2006, pág. 138).

Esses trabalhadores de rua contribuem para a circulação de mercadorias, servindo, assim, à lógica de valorização do capital como trabalhadores gratuitos¹⁷. Nesse ponto estão todos, informal e formal, em uma mesma condição, a serviço do processo de valorização ou realização do capital. Talvez resida nesse aspecto a maior condição de similaridade entre os dois grupos.

Do ponto de vista da ascensão individual (via empreendedorismo), são extremamente limitados os casos de sucesso nesse grupo. No geral:

(...) a ascensão é ilusória e restrita. O que há de fato é todo um imaginário – difundido pelos meios de comunicação, como programas de televisão, tipo “Pequenas empresas grandes negócios”, Sebrae, Cursos de Administração Empresarial/Empreendedorismo, etc. – que insiste em afirmar que ser camelô *ou autônomo* é mil maravilhas, é a própria realização de si, a conquista de seu próprio negócio, é a possibilidade fictícia de ser também capitalista, por não ter patrão e ser um *empreendedor* (um ser dotado de saber e de capacidade criativa, inventiva e, principalmente, dotado de coragem para arriscar e disputar uma fatia do mundo capitalista). Pura ilusão! O fato de estar exercendo *trabalhos de rua* já é viver em situações precárias e incertas de trabalho, que por si só têm o poder de engessar

¹⁷ O trabalho de rua também está submetido ao domínio do capital, fazendo parte do processo de circulação das mercadorias, ou seja, transforma o “capital-mercadoria” em dinheiro, o qual irá para a mão do comerciante que em seguida o utiliza para comprar novas mercadorias e, assim, novamente, volta à mão do produtor, para se tornar “capital-dinheiro” e reiniciar o ciclo da produção. Esse mecanismo da produção necessita da esfera da circulação, que envolve custos (transporte dos produtos, armazenamento e distribuição das mercadorias). Tudo isso é feito “gratuitamente” pelo trabalhador de rua, sem custos para o capital industrial. Além de trabalhador gratuito para o capital, ele termina por não se beneficiar muito nessa esfera da circulação, pois só lhe resta apropriar-se do aumento de preço do valor da mercadoria, haja vista, que o “valor de troca” da mercadoria não se altera (DURÃES, 2006, pág. 188).

rupturas e fugas dessa situação, pelo menos aqui no Brasil, e em especial em Salvador. Em outras palavras, o sujeito que está vivendo de trabalhos de rua, provavelmente, irá permanecer assim até o fim de sua vida – ou até ficar mais idoso e não ter mais a dita *coragem dos jovens* para arriscar novos caminhos ou disputar migalhas de trabalhos formais precarizados ou, simplesmente, não agüentam mais correr de um lado a outro da rua, carregando diversas mercadorias, se escondendo da fiscalização municipal, andando pelos cantos da cidade, para continuar vendendo, trabalhando. Quando não, antes disso, perdendo o acesso à atividade por uma série de contingências internas ou externas, como a interferência do poder público ou o acometimento de doenças físicas ou mentais (DURÃES, 2006, pág. 139).

Mesmo encontrando casos de inclusão na economia formal por parte de tais trabalhadores, trata-se de exceções e não exemplos corriqueiros. Comumente, essas inserções são também precarizadas e subcontratadas, sendo, por vezes, preferível voltar para a rua a viver humilhado e, algumas vezes, mais extenuado na execução de um trabalho para benefício de outro indivíduo.

Este tipo de trabalhador (tradicional, de rua) existe espalhado por todo o Brasil, no entanto, sua predominância é no nordeste ou são compostos em maiores proporções pelas populações de origem nordestinas, fruto das recorrentes e históricas migrações. Populações que historicamente sofreram com a exclusão no acesso aos meios formais de qualificação (escolas, cursos profissionalizantes, universidades...) e que, portanto, encontram na informalidade de rua uma inserção possível na busca pela sobrevivência. Sobre esse grupo de trabalhadores, nos diz Durães:

Diversos fatores históricos, de trajetória social e de vida precária implicam em estar situado em determinada condição de vida, de trabalho, na rua, situado de determinada forma e não de outra. É como se o espaço de existência e de vida desses agentes sociais ficassem em alguns casos *subsumidos* diante da força estrutural da sociedade que os constitui, sobrando pouco espaço para suas intervenções subjetivas e individuais no nível de sua inserção social. Os espaços de sobrevivência já estão delineados, o que se faz é inventar ou reinventar formas de execução da atividade, mas as formas de trabalho ainda permanecem *na rua*, sem formalidade de trabalho, sem garantias e sem direitos. É como se seu campo de atuação já estivesse pré-constituído (DURÃES, 2006, pág.139).

E continua:

Hoje, mais do que nunca, a trajetória seguida pelos indivíduos tende a implicar diretamente nas suas formas de inserção social, nos seus tipos de trabalho. O espaço de *manobra possível* é limitado. É como se o sujeito só pudesse se inserir na rua, em atividades de fácil acesso. Inevitavelmente, uma gama cada vez maior de brasileiros, predominantemente negros e mestiços, vão continuar a ingressar nesses tipos precários de inserção social, sofrendo dia-a-dia, sol a sol, as intempéries e agonias de se trabalhar nas ruas do país. Isso para aqueles que conseguirem se encaixar ou serem encaixados nessas formas de trabalho, pois, pelo que se vê nas diversas prefeituras do país é uma intensificação da repressão e do controle à entrada de novos trabalhadores. O que antes funcionava como válvula de escape do desemprego, na denominação de “setor de ajustes” (OIT, 1972), hoje (34 anos depois, em 2006), constitui nas mais modernas portas de reafirmação do desemprego e do trabalho precário, faltando apenas exibir um anúncio em jornal ou em rede de TV: *aqui não há mais vagas* (DURÃES, 2006, pág. 140).

A inserção nas atividades de rua, principalmente para esta primeira concepção, é resultante de uma não inclusão nos principais nos modelos formais de qualificação, como escolas, cursos técnico-profissionalizantes, universidades. Contudo, um aspecto que vem se tornando muito presente e que torna o grupo mais heterogêneo é a incorporação de indivíduos mais escolarizados e mais qualificados nessas atividades (como veremos em seguida, na segunda vertente do trabalho de rua), principalmente em decorrência do desemprego estrutural da atual fase do sistema capitalista, o que põe uma série de atributos nas atividades de rua que antes não existiam. Isso torna a inserção um pouco mais complicada, pois aumenta-se o custo para se iniciar na atividade e exige, em alguns casos específicos, uma capacitação extra.

Em outros termos, grupos sociais que eram melhor inseridos na sociedade, socialmente mais protegidos, como profissionais liberais da classe média, começam a buscar na rua os meios para sua sobrevivência, já que o desemprego se alastrou pelo país. Agora, a informalidade de rua passa a exibir *barreiras de ingresso*, o que dificulta ainda mais a inserção das populações mais precarizadas do país. Mas isso já faz parte da caracterização de outra acepção da informalidade, que veremos agora (DURÃES, 2006, pág.141).

A segunda acepção às práticas do trabalho de rua no Brasil refere-se aos denominados trabalhadores de rua modernizados ou modernos. Comumente também são denominados de “elite das ruas”, “elite dos camelôs” e devido o nível de organização e especialização são quase "empresas de rua". Encontram-se mais no eixo Sul e Sudeste do país. São os trabalhadores de rua mais lucrativos, ligados normalmente à venda de produtos eletrônicos e de alta tecnologia, incorporando toda uma lógica e logística capitalista/formal de venda e de relações de trabalho, porém mantendo-se no lugar (na rua) por excelência das atividades tradicionais, convivendo no mesmo espaço.

Esses trabalhadores são especializados na venda de produtos mais sofisticados, como: computadores, máquinas digitais, aparelhos de DVD, entre outros equipamentos eletrônicos. Auferem maiores rendimentos e possuem todo um estilo formal de trabalhar. Mesmo estabelecidos nas ruas, usam fardamento, letreiros e propagandas com o nome dos boxes ou das bancas, como se fossem empresas. Em alguns casos contratam seguranças privados para fazer a segurança do estabelecimento; entram em contato com o cliente para oferecer produtos recém-lançados no mercado, principalmente tecnológico. Enfim, seguem toda uma lógica e logística própria do sistema de trabalho formal/regular de uma empresa capitalista.

Esse segundo grupo de trabalhadores insere-se de modo efetivo no processo de realização do capital (via circulação de mercadorias, funcionando como trabalhador gratuito para o processo de realização do capital) e também está diretamente conectado com o mundo

globalizado, através da comercialização de produtos de diversas partes do mundo, como China, Coreia, Japão, etc., comportando-se assim como um fenômeno contraditório, o qual é ao mesmo tempo moderno, por incorporar produtos e qualificações modernizantes e modernizadas, contudo, é também tradicional por manter-se no lugar por excelência da informalidade, na rua, e por correlatar práticas modernas com lógicas tradicionais peculiares à própria atividade, como suas formas típicas e singulares de atrair os clientes, “via gritos” ou exposição de mercadorias. Mantêm, inclusive, uma de suas características principais, a saber, a existência na rua, sem pagamento de impostos pela circulação de mercadorias e sem carteira assinada. Sobre essa segunda acepção Durães tece o seguinte comentário:

Essa, certamente é uma grande questão da sociedade brasileira da atualidade, em pleno século XXI, a existência de uma informalidade de rua antiga, existente provavelmente desde os tempos mais remotos de fundação das cidades brasileiras, mas que hoje está conectada e imbricada com sofisticados elementos modernos. Pode-se dizer, portanto, principalmente por essa via do trabalhador de tecnologia, que *a informalidade de rua vai para além da simbiose arcaico-moderno*, formal-informal, e apresenta-se não como um fenômeno do passado, arcaico, nem muito menos, como uma volta a tal estado, mas sim, como um fenômeno diretamente integrado ao capitalismo em uma das esferas mais desenvolvidas e avançadas, no campo da tecnologia e da informática (DURÃES, 2006, pág.143).

Esse tipo de trabalhador exerce, em termos sociais, uma importante função, pois funciona também como um veículo de divulgação e inclusão de tecnologias e produtos sofisticados para uma parcela da população que historicamente estaria excluída dessas inovações, como no acesso à máquinas digitais de última geração, equipamentos sofisticados para veículos, entre outros. Tais trabalhadores terminam funcionando como meio de inclusão de grupos potencialmente excluídos, contribuindo para romper uma relação de exclusão histórica de reservar os acessos aos produtos e aos ganhos com os avanços tecnológicos a determinadas classes e grupos com alto poder aquisitivo.

A terceira acepção é composta pelos trabalhadores situados no meio termo das duas primeiras acepções: não é apenas tradicional e também não é somente moderno, adota elementos modernizadores, mas sem ser completamente moderno. A respeito, comenta Durães:

Ora significando atividades tradicionais reconfiguradas pela entrada de novos trabalhadores, oriundos de trabalhos formais ou advindos de um mercado recessivo em ofertas de emprego, quer dizer, a entrada de profissionais mais qualificados com maior escolarização, que terminam remodelando as atividades tradicionais, contribuindo para impulsioná-las para uma *lógica e logística* mais moderna. Ora sendo ainda tradicional, mantendo suas estruturas tradicionais de venda, de trabalho e, por vezes, ofertando produtos tradicionais (DURÃES, 2006, pág.144).

Estas três acepções apresentadas servem como elementos caracterizadores e definidores das atividades de rua contemporâneas. Desse modo, servem para uma melhor

apreensão dos trabalhadores de rua da atualidade em Recife. A presente pesquisa, no entanto, privilegiou, em sua análise, o primeiro grupo de trabalhadores, por julgar serem estes os mais vulneráveis e desassistidos. Não obstante, vale salientar que todos estão inclusos dentro de um mesmo grupo maior, dos trabalhadores, e mais especificamente, dos trabalhadores de rua, portanto, de modo geral, estão condicionados as mesmas lógicas políticas, econômicas e sociais, e dividem os mesmos anseios e preocupações.

2.1.1. *O ambulante*

Como exposto em páginas anteriores, no primeiro grupo de trabalhadores de rua está incluso o trabalhador ambulante, e é sobre esse trabalhador em específico que concentramos nossa atenção na presente pesquisa. A expressão ambulante¹⁸ designa o trabalhador normalmente auto-empregado, que vende diretamente ao consumidor (varejo) produtos diversos (normalmente miudezas e mercadorias de mais baixo valor) ou que presta serviços (normalmente de alimentação) em vias e logradouros públicos (ruas, calçadas, praças, jardins, etc.), com ou sem permissão oficial.

No Brasil, existem dois tipos de normas que regem a atividade do comércio ambulante¹⁹:

- A primeira, ligada ao Direito Público, é um ato administrativo regido pelos princípios constitucionais da Administração Pública – a Permissão de Uso, que é a autorização municipal do exercício da atividade nos espaços públicos;
- A segunda é uma lei ligada ao Direito Tributário e Previdenciário – o cadastramento do trabalhador informal como Micro Empreendedor Individual (MEI), que combina ação fiscal com proteção social.

A primeira norma, a permissão de Uso do Bem Público, é a permissão concedida pela maioria dos poderes executivos municipais aos trabalhadores para exercerem o comércio nos espaços públicos. No direito público brasileiro existem quatro formas, entre outras, de autorização concedida ao indivíduo (particular) para utilização do bem público: a cessão, a

¹⁸ No presente estudo, as expressões “ambulante”, “camelôs”, “auto-empregados no comércio de rua” e “comerciante de rua” são usadas de forma equivalente.

¹⁹ Encontrado em **Copa do Mundo para todos**: o retrato dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 (2012, págs. 13-14)

concessão, a permissão e a autorização. Dessas quatro formas, a autorização e a permissão são atos negociais, precários, arbitrários, unilaterais, sem licitação e sem as garantias dos contratos administrativos. Na maioria dos municípios brasileiros, essas são as duas únicas formas de regulamentação do uso do espaço público atribuídas ao comércio informal de rua.

São atos negociais porque podem ser regulamentados com ou sem condições, gratuitos ou onerosos, por tempo certo ou indeterminado, mas são sempre precários porque podem ser modificados pela administração quando o interesse público o exigir. Ao poder público é facultado o poder discricionário para consentir ou retirar a permissão do bem público, segundo os critérios de oportunidade e conveniência àqueles que atinjam a finalidade social. É no aspecto unilateral da permissão de Uso do Bem Público que residem as principais objeções dos comerciantes de rua, uma vez que eles não possuem nenhuma garantia para a continuidade de sua atividade geradora de renda e para a consolidação de seu negócio.

A permissão de Uso emitida pelos municípios é de natureza jurídica precária, no entanto, está sujeita ao controle externo pelo poder judiciário, tanto no aspecto da legalidade quanto no aspecto do mérito do ato. Nesse sentido, cabe ao poder judiciário julgar se a revogação da permissão de uso é ilegal e o direito do permissionário à indenização.

A segunda norma diz respeito à convergência entre uma política de suporte ao pequeno negócio do Ministério do Trabalho e Emprego, que atrela o cadastro nacional e a contribuição tributária do trabalhador autônomo à proteção social, chamada Micro Empreendedor Individual (MEI). A categoria Micro Empreendedor Individual foi criada pela Lei Complementar 128/08²⁰, que aprimorou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (LC 123/06) para incluir trabalhadores por conta própria que constituem microunidades econômicas de até dois integrantes: o titular e o auxiliar. Com o MEI, o trabalhador tira o registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), para poder emitir nota fiscal, acessar financiamentos e participar de licitações públicas, além de garantir a cobertura previdenciária. Para isso, o Micro Empreendedor Individual deve adequar-se a alguns requisitos mínimos como ter receita bruta anual de até R\$ 36 mil (US\$ 20 mil). Ao se cadastrar como MEI, o trabalhador informal passa a ser reconhecido legalmente.

O grande entrave nos municípios que contribui decisivamente para a precarização dos comerciantes de rua está justamente na falta de articulação entre as duas normas: a permissão de Uso e o Micro Empreendedor Individual. Em boa parte dos municípios brasileiros, as

²⁰ **Copa do Mundo para todos:** o retrato dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.

prefeituras utilizam-se desse instrumento precário, a permissão de Uso do Bem Público, para emitir licenças aos comerciantes de rua. No entanto, as leis municipais que estabelecem as normas para a emissão da permissão, em sua maioria, exigem que o trabalhador seja Pessoa Física (individual) e não Pessoa Jurídica (empresa). Existe, portanto, uma incompatibilidade do programa federal com a norma do poder municipal. Não é difícil encontrar casos de vendedores informais que não possuem licença municipal – seguindo orientação para se tornar Micro Empreendedor Individual. A grande maioria dos trabalhadores não sabe que além de não terem garantia de venda no espaço público, com o MEI ficam impossibilitados de adquirir a permissão de Uso do Bem Público por terem deixado de ser Pessoa Física e se tornado Pessoa Jurídica.

Para que o vendedor ambulante possa se beneficiar como Micro Empreendedor Individual, as leis municipais deveriam ser modificadas, adaptando-se a essa nova categoria e permitindo a emissão da autorização de venda no espaço público para Pessoa Jurídica. Ao comerciante de rua, a única alternativa para trabalhar legalmente é aceitar a licença precária, e para ter proteção social previdenciária não pode ser beneficiado com a categoria MEI, sem uma alteração na legislação municipal. O acesso à previdência social torna-se mais difícil, pois sem ser cadastrado como MEI, ao vendedor informal resta contribuir como trabalhador individual, o que equivale ao pagamento de 20% do salário base e mais impostos – e, na maioria dos casos, isso não ocorre por falta de condições financeiras e informação.²¹

2.2. O espaço dividido: a teoria dos dois circuitos como ferramenta de análise do comércio ambulante

Antes de adentrarmos propriamente no objeto de análise da presente pesquisa, a saber, os trabalhadores ambulantes estabelecidos na área central do Recife, achamos pertinente trazer alguns elementos de uma importante teoria dos espaços urbanos dos países subdesenvolvidos, a teoria dos dois circuitos, desenvolvida por Milton Santos. A teoria busca explicar como as cidades dos países periféricos, como o Brasil, funcionam a partir de dois subsistemas urbanos, superior e inferior. Julgamos importante mencioná-la, mesmo que brevemente, por corresponder (mais) uma importante ferramenta na análise do trabalho ambulante.

²¹ **Copa do Mundo para todos:** o retrato dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.

A população da cidade, independente de sua classe de renda, possui necessidades permanentes. Em função da existência de trabalho perene e bem pago de um lado, surge o circuito superior; por outro, a existência de trabalho com baixa remuneração e intermitente, demanda a criação de formas de sobrevivência por grande parte da população, então, surge o circuito inferior. Os dois subsistemas urbanos são formas de produzir, distribuir, comercializar e consumir que geram materialidades distintas, visíveis na paisagem urbana. Contudo, esses dois circuitos se relacionam dialeticamente a partir da complementaridade, subordinação e concorrência. Diante dessas considerações julgamos importante abarcar, sem a intenção de esgotá-la, essa importante teoria dos espaços urbanos de países subdesenvolvidos, para tanto realizamos uma breve contextualização e apresentação dos seus principais elementos e características.

O processo de urbanização em países subdesenvolvidos é algo relativamente recente²². É a partir das décadas de 1950/60 que se verificam os ritmos mais fortes de crescimento das populações urbanas em países como o Brasil, por exemplo. Esse crescimento da população urbana esteve intimamente ligado ao estabelecimento de inúmeras indústrias em seus territórios, evento decorrente daquilo que Harvey chamou de crise do fordismo (HARVEY, 2010). Essa industrialização desordenada, que atendia interesses exclusivamente exógenos, contribuiu para aumentar o desequilíbrio das condições de vida entre as cidades e as zonas rurais, provocando, dessa forma, um intenso fluxo migratório dos habitantes das segundas em direção às primeiras. Nas cidades, não houve uma política de planejamento de investimentos em infra-estrutura e equipamentos urbanos satisfatória. Os serviços sociais básicos, como habitação, por exemplo, foram negligenciados pelo Estado, que preferiu incentivar a expansão capitalista. Os empregos gerados também não foram suficientes para atender a todos, resultando em uma massa que se ocupava em trabalhos ocasionais e se estabelecia em favelas.

Diante desse novo cenário urbano, definiram-se com clareza dois segmentos sociais distintos: uma camada mais numerosa da população vivendo com salários muito baixos ou através de atividades esporádicas, ao lado de uma pequena parcela, beneficiada pelos

²² No período 1950-1960, os ritmos mais fortes de crescimento urbano são dos países subdesenvolvidos. De 1950 a 1960, a população urbana aumentou de 59,3% nos países subdesenvolvidos e de apenas 31% nos países desenvolvidos. A exceção à regra é a URSS, que teve um elevado crescimento urbano; trata-se, em parte, de uma compensação à brutal queda dos anos 1940, em decorrência da guerra. A Ásia Oriental conheceu o mesmo mecanismo. A Ásia Meridional teve um período máximo de crescimento entre 1940 e 1950, para depois sofrer uma redução, já que o movimento de refugiados, causados pela separação da Índia e do Paquistão, não contribuem da mesma forma para o crescimento urbano. Em 1960, as taxas mais elevadas de crescimento estão na América Latina e na Ásia (respectivamente 71% e 70%), enquanto a Europa e a América do Norte só chegaram a 18% e 37% (SANTOS, 2008a, p.20).

progressos tecnológicos, com rendas muito elevadas. Dessa forma, segundo Santos “(...) cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las.” (SANTOS, 2008b, p.37). A resposta a essa diferença, quantitativa e qualitativa referente à capacidade de consumo, foi a criação de dois subsistemas de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, dentro do sistema urbano.

Um dos subsistemas aparece como resultado direto dos progressos tecnológicos. Consiste nas atividades surgidas a partir de tais avanços e das pessoas que deles se beneficiam. Bancos, comércio e indústria de exportação, serviços modernos, atacadistas e transportadoras, entre outras atividades, constituem o referido subsistema. O outro, de modo semelhante, também é resultado desses mesmos progressos tecnológicos, contudo um resultado indireto, pois se destina e é composto pelos indivíduos que só se beneficiam em partes ou não se beneficiam dos produtos e serviços criados pelos avanços técnicos. Esse segundo subsistema é composto substancialmente por formas de fabricação artesanal, por serviços não modernos fornecidos a varejo e pelo comércio não moderno e de pequena escala.

A partir da identificação desses dois subsistemas socioeconômicos no espaço, Milton Santos desenvolve na década de 70 do século XX a teoria dos dois circuitos (superior e inferior) socioespaciais da economia urbana em países subdesenvolvidos. A teoria preenche uma lacuna deixada por estudiosos precedentes quanto à análise da urbanização e do espaço intra-urbano dos países em questão. Nesta análise o autor aborda a complexidade espacial dos países subdesenvolvidos através das sucessivas modernizações que os atingiram.

2.2.1. *Os dois circuitos socioespaciais da economia urbana: formação e características*

Para compreender o fenômeno dois circuitos socioespaciais da economia urbana dos países subdesenvolvidos em sua totalidade, evitando, dessa maneira, equívocos e conclusões errôneas, faz-se necessário uma abordagem histórica do processo de sua formação que, em verdade, constitui o próprio processo de formação socioespacial dos países em questão. Nesse sentido, uma abordagem que contempla tais critérios é aquela que considera as sucessivas modernizações ocorridas no mundo.

No decorrer da história das cidades, observam-se diferentes períodos que se caracterizam por apresentarem formas de organização social, política, econômica e cultural próprias. “Cada um desses períodos representa uma *modernização*, isto é, a generalização de

uma *inovação* vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente.” (SANTOS, 2008b, pág. 31). Portanto, trata-se de uma sucessão de modernizações, ou de períodos da história econômica que contribuem à formação de diferentes territorialidades humanas, inclusive econômicas. No comando dessas modernizações sempre estiveram os países centrais, responsáveis pela dispersão desses novos ideais. Os países periféricos aparecem como resultado de tal processo modernizante.

Aceitando-se a definição de W. Moore (Apud SANTOS, 2008b, p. 32), segundo a qual a modernização de um espaço consiste em unir-se econômica, política e socialmente ao mundo moderno, pode-se considerar que o mundo se modernizou várias vezes. Entretanto, no que se refere aos objetivos da presente pesquisa, ressaltam-se três importantes modernizações, que explicam não somente a formação dos dois circuitos socioespaciais da economia urbana, como também, a própria inclusão dos países periféricos na lógica de acumulação européia. Desta forma observam-se uma *modernização comercial*, uma *modernização industrial* e uma *modernização tecnológica*. A primeira modernização corresponde ao período que precede a revolução industrial; a segunda, o que se situa entre a revolução industrial e a Segunda Guerra Mundial; e a terceira, o que sucede à Segunda Guerra Mundial.

O primeiro período é caracterizado por uma incipiente divisão internacional do trabalho, onde há uma exploração (quase) ilimitada das riquezas dos países colonizados por parte dos colonizadores. Tal exploração é legitimada por um pacto jurídico. É nesse contexto que são ocupadas as terras americanas que posteriormente dariam origem a países como o Brasil, por exemplo. Nesse período as cidades exerciam, fundamentalmente, funções administrativas e comerciais, visto que os empregos gerados eram bastante escassos.

O segundo período é marcado pela força da indústria e revolução nos transportes terrestres e marítimos, reconfigurando os espaços urbanos de modo mais intenso, atendendo aos novos propósitos do grande capital insurgente. É nesse período que se observa como as economias (e suas mudanças) nos países subdesenvolvidos acham-se ligados diretamente às necessidades dos países industrializados, dando início ao processo de *alienação* dos lugares ao nível local.

O terceiro período é marcado por duas revoluções: a tecnológica e sua capacidade de revolucionarização (beneficiada pelas formas modernas de difusão da informação) e a revolução do consumo: processos responsáveis pela celeridade das disparidades territoriais na escala interna das cidades. Pela primeira vez na história, duas variáveis elaboradas nos países centrais atingem de forma generalizada os países periféricos: a informação e o consumo, a

primeira a serviço da segunda. Facilitada pela difusão da informação, graças à autonomia que conseguiu frente a outros meios de comunicação, novos modelos de consumo surgiram, inspirando-se, principalmente, em modelos dos países ricos, modelos distantes das *ordens próximas*. Trata-se do “[...] *efeito demonstração*, ou seja, a inclinação dos pobres no sentido de consumir da mesma maneira que os ricos” (SANTOS, 2008b, p.23). Atrelado a uma situação de má distribuição de renda, este efeito:

[...] cria, ao mesmo tempo, diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços (SANTOS, 2008b, p.37).

O fenômeno dois circuitos socioespaciais da economia urbana, portanto, é resultado direto da terceira modernização, a modernização tecnológica. Contudo, é de suma importância ressaltar que as modernizações anteriores criam as condições socioeconômicas para que no momento da terceira, os circuitos se desenvolvam. Ora, as duas primeiras modernizações inserem os países subdesenvolvidos na lógica de acumulação capitalista, no entanto na condição de meros fornecedores de produtos e mão-de-obra, o que cria desde o início destes países desigualdades socioeconômicas internas. No momento em que o sentimento consumista é aguçado, devido ao bombardeamento publicitário, nem todos os cidadãos possuem emprego e renda para satisfazer tais necessidades.

Cada circuito se define (ainda que essa definição não seja totalmente rígida) por dois aspectos: primeiro, o conjunto de atividades realizadas por cada circuito; e segundo, o setor da população que se relaciona a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo. Quanto às atividades, a diferença fundamental reside no nível de tecnologia utilizado e na organização. O circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia “capital intensivo”, enquanto no circuito inferior a tecnologia é “trabalho intensivo”. Outra diferença significativa entre os dois circuitos consiste na obtenção de crédito para realização de suas atividades. Enquanto o circuito superior dispõe de crédito bancário, onde boa parte dos negócios é realizada através de documentos, no inferior as atividades são baseadas conjuntamente no crédito e no dinheiro líquido. Contudo o crédito é outra natureza, com uma larga porcentagem de crédito pessoal direto. As diferenças não se limitam a esses dois pontos. Com frequência as atividades do circuito superior manipulam grandes volumes de mercadorias, enquanto no inferior, as quantidades são pequenas. No circuito superior os preços geralmente são fixos, no inferior a prática da “pechincha” é quase uma regra, e as margens de oscilação de preços são consideráveis. A noção de lucro também é diferente nos

dois circuitos. Enquanto no superior trata-se de acumular capital para reproduzir as atividades, no inferior, como nos diz Santos:

[...] a acumulação de capital não constitui a primeira preocupação ou simplesmente não há essa preocupação. Trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares à vida moderna (SANTOS, 2008b, p. 46).

Os custos no circuito superior são fixos e, em geral, aumentam com o porte da empresa. As atividades do circuito inferior quase não têm custos fixos. No circuito superior praticamente não há reutilização dos bens de consumo duráveis, enquanto no circuito inferior a reutilização consiste em uma das bases a atividade. Exemplos significativos são os ramos de conserto de roupas e de aparelhos eletrônicos.

Outro ponto em que as atividades dos dois circuitos divergem é quanto à ajuda do Estado. As atividades ligadas ao circuito superior usufruem direta ou indiretamente da ajuda governamental, através de financiamentos e isenções fiscais, por exemplo. As atividades do circuito inferior além de não disporem de tal apoio, são frequentemente perseguidas, como no caso dos agentes privilegiados na presente pesquisa, os trabalhadores ambulantes.

No que diz respeito aos empregos, duas variáveis, ou melhor, a combinação destas, é que determinará a oferta nos dois circuitos. Os empregos irão variar de acordo com o nível de capital investido e organização de cada circuito. No que se refere à oferta de empregos as atividades modernas de produção empregam poucas pessoas, pois além do custo, tais atividades requerem profissionais qualificados.

No que tange os serviços modernos há uma tendência à elevação das oportunidades, devido, em boa parte, à participação estatal. O emprego no circuito inferior, raramente é permanente, e sua remuneração situa-se com certa frequência no limite ou abaixo do mínimo para satisfazer as necessidades básicas. O circuito superior opta pelo assalariado como forma de relação de trabalho. No inferior, com frequência, o contrato assume um caráter pessoal entre o patrão e o empregado. O trabalho familiar e o autônomo são de grande relevância no referido circuito. Segundo Santos no circuito inferior:

A média de ocupados por unidade de produção é baixa; mas, em compensação, o número global de pessoas ocupadas é considerável. Esse circuito é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação (SANTOS, 2008b, p. 45).

Ainda com relação aos empregos gerados pelos dois circuitos é importante mencionar que o circuito superior emprega um número significativo de estrangeiros, número que varia de

acordo com o grau de industrialização e modernização do país, enquanto que no circuito inferior os empregos vão para os trabalhadores nacionais. Em linhas gerais essas são as principais características dos dois circuitos socioespaciais da economia urbana. Todas essas diferenças e contradições serão expressas no espaço, resultando em paisagens como a da área central do Recife, onde coabitam atividades dos dois circuitos.

Os circuitos superior e inferior não são sinônimos para economia formal e informal. A teoria desenvolvida por Milton Santos parte de outros princípios de método e visa interpretar a economia política da cidade segundo a magnitude dos capitais, o emprego de tecnologia e o nível organizacional das atividades produtivas buscando evidenciar os nexos estruturais entre pobreza e riqueza. A base da distinção entre esses dois subsistemas não é o elemento formalidade ou informalidade e sim o modo de organização e o uso de capital e tecnologia.

2.2.2. *Os vendedores de rua*

Dentre as várias atividades e, conseqüentemente, os vários agentes que constituem o circuito inferior da economia urbana, aquele que tem grande significado dentro do espaço urbano, segundo Milton Santos, é o vendedor de rua. Ele representa o nível inferior na cadeia do comércio, sendo o último elo de uma cadeia que começa com os importadores, passando pelos atacadistas até chegar aos consumidores.

A priori, uma importante distinção a fazer, é não confundir os vendedores de rua com os mascates, como alerta Santos (2008b). Estes últimos dispõem de capital próprio, enquanto os vendedores de rua, comumente, trabalham com mercadorias fornecidas a crédito pelos grandes comerciantes. Fato que pode estar ligado intimamente com as necessidades do circuito superior, ou seja, os comerciantes utilizam os vendedores de rua para fugir ao pagamento dos impostos, para poder empregar menores e velhos, ou ainda, para escoar os produtos não vendidos. Contudo é uma atividade que fácil ingresso. “Algumas caixas, umas pranchas, uma cesta, não mais que duas mãos: isso é o suficiente para improvisar um vendedor.” (SANTOS, 2008b, p. 218).

Grosso modo, pode-se distinguir duas categorias de vendedores de rua: os que são mais ou menos sedentários, que são aqueles que têm seu local fixo na calçada ou andam com suas mercadorias nas ruas do centro da cidade, e aqueles que vão à procura de fregueses nos bairros.

2.3. Área Central: características gerais

Organizado sob a lógica de um modo de produção extremamente desigual, o espaço de uma cidade capitalista de região subdesenvolvida é caracterizado por apresentar não somente diferenças inerentes a cada território, como também, simultaneamente, fortes desigualdades contra as quais sempre nos debatemos. Contradição que é visível não somente no interior do espaço intra-urbano da cidade, como também na sua própria área central, que constitui um espaço de referência da cidade.

Todo espaço geográfico possui um ponto que se destaca com relação a outros que se acham situados no seu entorno. No caso do espaço urbano, as cidades possuem uma área central a qual corresponde, normalmente, ao centro histórico da cidade, local a partir do qual a *urbe* se desenvolveu. É nesta área onde se tem concentrado as principais atividades comerciais e de serviços, os fluxos de pessoas e veículos, a verticalização etc., apesar da formação, ao longo do tempo, de outras centralidades até mesmo mais relevantes para o capitalismo contemporâneo, situadas em outras áreas das metrópoles. Esses atributos continuam, porém, concedendo-lhe arranjos espaciais diferenciados e de destaque dentro da cidade. Com raras exceções, as áreas centrais são espaços intra-urbanos que concentram as mais diversificadas atividades comerciais e de serviços, constituindo-se assim no principal pólo de atração e circulação de pessoas.

Diante de tal afirmativa, esta área da cidade estabelece-se como sendo o setor mais importante do espaço urbano, o foco maior de atração. As áreas centrais são os lugares mais bonitos, arquitetonicamente mais ricos e urbanisticamente mais harmoniosos. Normalmente são os lugares dotados de infraestrutura, onde não faltam água e energia elétrica, a oferta de transporte coletivo é farta, os acessos são fáceis, e com espaço edificado abundante. A área central é, indubitavelmente, a parte da cidade com maior facilidade de identificação no conjunto do espaço urbano, pelas suas características e, de forma mais significativa, pelas relações que estabelece entre a cidade e sua hinterlândia²³.

A concentração das principais atividades econômicas e dos fluxos urbanos e regionais em uma mesma área é característica da metrópole moderna, dando origem à área central, sendo esta o resultado do processo de centralização de uma economia de mercado dominado pelo capitalismo industrial. Desta forma, a área central tornou-se o ponto mais privilegiado do espaço urbano em termos de acessibilidade, em função da concentração das atividades

²³ Área de influência de uma cidade, ou centro da cidade.

localizadas neste setor da cidade. Contudo, o centro não é apenas a concentração do grande comércio e das instituições, uma vez que discutimos a ideia do centro como um ponto para a realização das necessidades materiais e imateriais, justificando a ideia da constituição das atividades do comércio informal que também estão inseridas na lógica da apropriação e reprodução dos espaços.

O surgimento e a constituição do centro das cidades levantam algumas considerações sobre os primeiros indícios do desenvolvimento político, econômico, social e cultural sobre as cidades, pois se a urbanização é percebida enquanto um processo e a cidade como forma, pode-se destacar que ambos são os resultados históricos dos vários tipos de cidades que, ao longo dos anos, foram se transformando de acordo com as relações estabelecidas no tempo e no espaço. Contudo, foi necessário que o homem buscasse uma identidade com o lugar, através da fixação em algum ponto do território, deixando de ser nômade para que todas essas mudanças pudessem se concretizar, o que de fato possibilitou uma organização social dos vários grupos que foram se formando no decorrer dos tempos.

Historicamente, admite-se que a formação das áreas centrais teve sua origem, sobretudo, com o advento das “revoluções” industrial, dos transportes e das comunicações, suscitando a ampliação, quantitativa e qualitativamente, das ligações das cidades com outros centros urbanos regionais, nacionais e internacionais. Com a intensificação dos fluxos de capitais, mercadorias, pessoas, ideias e terminais de transportes²⁴ concentrados nos centros urbanos, dinamizaram-se, também, mercados de trabalho que, criados por essas atividades, atraíram enorme contingente de pessoas oriundas de outras áreas da cidade e da região.

Na discussão a respeito da origem do centro urbano busca-se compreender a sua estruturação desde o núcleo inicial através do povoado que foi se organizando ao redor do ponto considerado estratégico e que, mediante as exigências impostas pelas mudanças nas características daquele espaço, diversificou, em outros termos, foi necessário instituir o poder e o controle sobre a população que estava se firmando no local. É nessa perspectiva que advém a atuação do poder público com as prefeituras e as instituições, além do

²⁴ A partir da segunda metade do século XIX, as ferrovias tornaram-se o mais importante meio de transporte interregional. Visando sempre à diminuição dos custos com transporte de bens e serviços, os terminais ferroviários foram construídos uns próximos aos outros e ainda, quando necessário, próximos aos terminais marítimos. Com os terminais ferroviários devidamente instalados, surgiram ou concentram-se, próximas a estes, atividades destinadas às regiões de fora da cidade: comércio atacadista, depósitos, escritórios. Além dos transportes interregionais, concentraram-se nesta porção da cidade, os transportes intraurbanos, responsáveis pelo deslocamento diário dos trabalhadores e consumidores.

desenvolvimento do comércio e da prestação de serviços, práticas características do centro. Sobre isso nos diz George:

A administração introduz nas grandes cidades, entre o bairro e a cidade toda, uma divisão que é apenas administrativa: o distrito. Muito grande para ser uma unidade concreta de vida coletiva, ele não se impõe sociologicamente. O morador da cidade leva em conta o distrito em certas circunstâncias, sem que constitua, contudo, um quadro tangível para sua vida (GEORGE, 1983, pág. 76).

O centro tem por característica a concentração e a dispersão das atividades. Num primeiro momento, sua apropriação se deu pelas camadas mais abastadas da sociedade, que passaram a se instalar ao redor das praças e próximas às instituições políticas e financeiras e, posteriormente, verifica-se outra situação que favoreceu a suburbanização, com a transferência da função domiciliar para outras áreas e o estabelecimento das atividades comerciais e de serviços na área central. Diante disso, os centros urbanos devem ser entendidos como elementos de transformação, que se dão através das formas e funções em curso na sociedade (econômicas, políticas, culturais, etc.).

Muitos foram os estudiosos que pensaram a cidade através da ideia da constituição de um centro. Um dos pioneiros e mais importantes foi Christaller e sua teoria sobre os lugares centrais, desenvolvida para explicar a forma como os diferentes lugares se distribuem no espaço. Segundo o autor, o lugar central (um centro urbano) fornece um conjunto de bens e serviços a uma determinada área envolvente (área de influência ou região complementar). Cada um destes lugares centrais pode ser classificado hierarquicamente em função da quantidade e diversidade de bens e serviços que fornecem à sua área de influência. Ainda segundo a teoria, e partindo do princípio de que as pessoas procuram o lugar central mais próximo para se estabelecerem e que os fornecedores seguem o princípio econômico de maximização do lucro, os lugares centrais e as respectivas áreas de influência tendem a dispor-se no espaço segundo uma malha hexagonal. Nessa perspectiva, ao discutir centro ou área central, também discute-se a própria estrutura urbana. Sobre a contribuição de Christaller, comenta Corrêa:

Até 1933, quando Walter Christaller publicou sua tese de doutorado sobre os lugares centrais no sul da Alemanha, marco de referência para os estudos sobre redes urbanas, diversos antecessores haviam produzido inúmeros estudos sobre a temática, contribuições de não geógrafos que, via de regra, tinham um sentido prático em um momento de transformações na rede urbana. Richard Cantillon, em 1755, estabelece a distinção funcional entre os núcleos de povoamento em território francês, apontando uma hierarquia entre eles. Jeann Louis Reynaud, em 1841, descreve a hierarquia urbana similarmente à forma como Christaller o faria mais tarde. León Lalenne, um engenheiro ferroviário, estabelece as relações entre rede ferroviária em expansão e a hierarquia urbana em mutação (...) É, no entanto, com Walter Christaller, que emerge uma explícita e bem consolidada teoria sobre a rede urbana. Trata-se, em realidade, de um ângulo de uma rede que, desde a segunda

metade do século XIX tornara-se progressivamente mais complexa. A proposição de Christaller focaliza os centros urbanos apenas como lugares centrais, isto é, lugares de distribuição de produtos industrializados e prestação de serviços para uma população residente na sua hinterlândia. Trata-se, portanto, de uma teoria parcial, que não considera as especializações produtivas dos centros urbanos. Lugares centrais hierarquizados com base em mecanismos de mercado mínimo (threshold) e alcance espacial máximo (range) é o que aponta a proposição christalleriana, vinculada à esfera do consumo final. O papel de recursos minerais localizados seletivamente e das economias externas de escala é conscientemente deixado de lado, assim como as relações interindustriais em centros funcionalmente especializados. Ainda que parcial, a teoria é consistentemente construída e útil para o conhecimento puramente acadêmico e o planejamento urbano-regional, se não a considerarmos como um modelo hipotético-dedutivo, de caráter normativo, impregnado das premissas da competição perfeita, da racionalidade dos agentes sociais e da planície isotrópica (CORRÊA, 2012, págs. 208-209).

A teoria christalleriana, referência para o planejamento urbano e regional de países capitalistas e do antigo regime socialista, orientou a implantação de serviços públicos com demandas espacialmente variadas, assim como de redes filiais de uma grande empresa. No Brasil, por exemplo, a teoria dos lugares centrais vem sendo, desde a década de 1960, objeto de interesse por parte do IBGE, que produziu algumas edições das denominadas regiões de influência das cidades (REGIC) (CORRÊA, 2012).

Tomando por referência a realidade norte-americana, o centro das cidades recebe o nome de C.D.B. (Central Business District), ou seja, onde os negócios se desenvolvem, “centro de negócios”, definindo-se como uma área com predominância da distribuição de bens e serviços, como as atividades burocráticas do setor privado. As considerações da Escola de Chicago, a partir da década de 1920, foram pautadas na definição da forma urbana, com análises que privilegiavam a relação centro-periferia. Os principais expoentes da Escola de Chicago foram Burgess, Mckenzie e Park.

Ernest Burgess propôs um modelo de zona concêntrica, cuja cidade deveria ser dividida em círculos, tendo primeiramente o *loop* (centro de negócios), podendo associar ao C.D.B, seguido da zona de transição (comércio e manufatura leve), zona de moradia de operários, zona residencial de prédios de apartamento de alta classe, bairros com casas individuais e as áreas suburbanas e as cidades satélites. Esse modelo também tinha como fundamento a competição pela melhor localização para os usos residencial, industrial e comercial e ampliado pela idéia de centralidade, visto que “todas as posições não são iguais em competição espacial - existe uma hierarquia por força de sua localização central” (GOTTDIENER, 1993, p. 42). Essa teoria também revela a estrutura interna das cidades mediante os processos de centralização e descentralização imbricados pela expansão e diferenciação dos lugares, o que também tem em comum com a relação centro-periferia e que

se justifica pela idéia de competição entre os diversos grupos sociais e forças econômicas. (GOTTDIENER, 1993)

Em resposta a teoria elaborada por Burgess em 1923, Harris e Ullman lançam uma crítica em 1945 de acordo com a teoria dos núcleos múltiplos. Tal teoria abarcava os valores culturais como sendo importantes na “determinação de decisões sobre localização e sua dependência da competição econômica como critério predominante em interação social” (GOTTDIENER, 1993, p. 43). Assim, para esses autores, a cidade tem uma estrutura celular, cujos diferentes tipos de usos do solo se desenvolvem ao redor dos núcleos, localizados no interior da área urbana.

Na visão de Beaujeu-Garnier (Apud MONTESSORO, 2006), encontrada na sua obra *Tratado de Geografia Urbana*, o centro:

(...) constituye el sector de mayor actividad terciaria de la urbe: aquel en que se encuentran los edificios administrativos, bancarios, los grandes establecimientos, algunos edificios públicos, religiosos o culturales. Allí es donde el alquiler de las tiendas alcanzan valores más altos, donde os terrenos se venden a precios más elevados y, por tanto, donde según las circunstancias, alternan el mayor hacinamiento con los edificios más majestuosos. En efecto, según el tipo de ciudad considerada, los centros urbanos ofrecen aspectos muy variables²⁵ (BEAUJEU-GARNIER, 1970, Apud Montessoro, 2006, pág. 48)

A autora utiliza como exemplo de C.D.B., Manhattan, visto que a grande maioria das pessoas de Nova York exerciam suas atividades no referido centro. Sobre a dinâmica do C.D.B, Johnson (Apud MONTESSORO, 2006) considera que:

[...] se le ha definido como aquella área da la ciudad en la que predominan absolutamente la distribución al por menor de bienes y servicios, así como las diversas actividades burocráticas del sector privado. Estas utilizaciones del suelo se encuentran cada vez con mayor frecuencia en otras partes de las ciudades, pero no con el mismo nivel de intensidad y sin ocupar el área extensa y compacta que se halla en el centro²⁶ (JOHNSON Apud MONTESSORO, 2006, pág. 51).

Para SILVA e FERRAZ (1994), a área central é o principal espaço intra-urbano, para onde convergem atividades e serviços diversos, constituindo-se então na principal área de ocorrência de fluxos diversos. Nesse espaço fluem as relações de troca e serviços que mantêm a própria vida urbana, numa dinâmica constante, ininterrupta. E reafirmam essa situação

²⁵ Constitui o setor de maior atividade terciária da urbe: aquele em que se encontram os edifícios administrativos, bancários, os grandes estabelecimentos comerciais, alguns edifícios públicos, religiosos ou culturais. Ali é onde os aluguéis das casas alcançam valores mais altos, onde segundo as circunstâncias, alternam a maioria das aglomerações com os edifícios majestuosos. Assim, conforme o tipo de cidade considerada, os centros urbanos oferecem aspectos muito variáveis. (Tradução do livro do autor)

²⁶ “O item definido como a área da cidade em que predominam absolutamente a distribuição pelo menos de bens e serviços, assim como as diversas atividades burocráticas do setor privado. Estes usos do solo se encontram cada vez com maior frequência em outras partes da cidade, mas não com o mesmo nível de intensidade e sem ocupar a área extensa e compacta que se tem no centro.” (Tradução do livro do autor)

quando dizem que esse núcleo central, denominado C.D.B pelos norte-americanos, que pode ser traduzido por ZCN (Zona Central de Negócios), é, de forma díspar em relação às demais zonas urbanas, o maior pólo de atração das cidades. Os autores ainda afirmam que cerca de 45% da viagens diárias (em específico nas cidades médias) tem o centro da cidade como destino.

Cordeiro (1980) traz mais uma importante consideração a respeito do centro, de acordo com o agrupamento de suas funções. Desta forma ele nos diz que:

[...] as atividades e funções muito centrais são não somente as mais típicas dos centros das grandes cidades, mas antes as que melhor refletem a sua importância no nível metropolitano. As atividades funcionais centrais são as que refletem a caracterização dos núcleos centrais urbanos, porém não são de caráter estritamente metropolitano. As atividades funcionais de transição, já referidas, aparecem nas franjas do núcleo urbano refletindo uma situação de mudança como área que aguarda a expansão do Centro, onde se mantêm funções de baixa rentabilidade, que complementam o seu funcionamento ou que estão sendo invadidas pelo Centro em expansão (CORDEIRO, 1980, pág. 45).

Nessa perspectiva, encontram-se explicações que contemplam a dinâmica da estruturação do centro das cidades, cuja localização estratégica das atividades possibilitou o desenvolvimento e a expansão da área mediante os níveis de concentração e densidade das mesmas.

Na análise e interpretação de Manuel Castells (1975, p.181) o centro apresenta-se como “(...) um certo tipo de ocupação do espaço, um conjunto de atividades e funções e de grupos sociais localizados num lugar de características mais ou menos específicas.” Na visão de Milton Santos:

O “centro” da cidade se caracteriza por uma paisagem arquitetural e humana muito mais complexa que nos setores precedentes. Além do mais, sua localização não é necessariamente central: em Abadã, ele ocupa uma posição deslocada para o leste, enquanto em muitas cidades portuárias se localiza à beira-mar ou à beira-rio. Como defini-lo? Nos países subdesenvolvidos suas características mais marcantes são a de constituir o nódulo principal da rede de vias urbanas (quanto a esse ponto, pode haver vários centros dentro da mesma cidade) e a de apresentar uma forte concentração de serviços de todos os níveis, especialmente comércios. [Em certo número de cidades dos países subdesenvolvidos, especialmente nas cidades de importância média ou nas que se desenvolveram muito rapidamente, o centro é único e monopoliza todas as funções correspondentes: serviços urbanos e serviço à escala da região ou do país (SANTOS, 2008a, págs. 198-199).

Em certa medida, as considerações dos dois autores passam pela análise das relações sociais, pois o centro urbano não é caracterizado apenas pelas formas que agrupa, pelas funções que se desenvolvem de acordo com esses agrupamentos ou apenas pela expressão da simbologia que lhe dá o caráter de centro. É necessário analisar os grupos sociais e as relações entre a própria cidade e a sociedade. Desta forma, o centro pode ser entendido como uma área

de maior acessibilidade no interior das cidades, e que concentra e dispersa para se concentrar novamente em outras áreas.

Nesse sentido:

Quanto mais se acentua a divisão social do trabalho, mais capital se concentra, o que quer dizer especialização dos lugares, mas também um lugar de concentração que é o centro, uma área no interior da cidade onde a circulação e as trocas das mercadorias e do dinheiro vão e realizam rapidamente, um lugar de estímulo ao próprio consumo de bens e serviços (BELTRÃO SPÓSITO, 1991, pág. 7).

Ainda para a autora:

O centro constitui-se por meio de um processo de concentração de atividades de comercialização de bens e serviços, de gestão pública e privada, de lazer e valores materiais e simbólicos em uma área da cidade. Embora essa dinâmica possa ser conhecida de cidades mais antigas, é por meio do desenvolvimento capitalista que ela se acentua (BELTRÃO SPÓSITO, 1991, pág. 274).

O centro tem por característica concentrar funções que misturam usos e criam um ambiente simbólico que desperta no cidadão a consciência e o sentimento de pertencer àquele lugar, sobretudo pela convergência de interesses que esta parte da cidade desperta nos usuários. A área central de uma cidade é um produto histórico, que materializa as transformações das fases de estruturação econômica, social e política do território. É considerada o coração da cidade. Nela estão concentradas a vida de trabalho, lazer e também moradia.

Levando em consideração os apontamentos sobre a cidade e a constituição do centro urbano acima mencionados, verifica-se que se trata de uma situação que envolve uma localização geográfica que apresenta conteúdos (re)produzidos sócioespacialmente, pois o centro é o local onde as trocas se realizam e da apropriação dos espaços, constituindo-se como um local simbólico e ao mesmo tempo um espaço de trocas e realização de todas as funções urbanas. Tal afirmação pode ser compreendida quando observa-se em algumas cidades, o centro, que além de apresentar sua paisagem com catedrais e igrejas, também agrupa as atividades do centro comercial, administrativo, financeiro.

O centro urbano é o nó de ligação da cidade com seus moradores, é o ponto de ligação entre o próximo e o distante e é identificado pelo seu caráter concentrador e dispensor das atividades, das pessoas e das ideias. É na área central, cuja dinâmica econômica institui uma relação entre a mercadoria e o consumidor, contribuindo, desta forma, para o processo de (re)produção do capital, que as atividades se desenvolvem e os territórios se (re)produzem.

2.3.1. *Área Central do Recife: formação e características*

A dinâmica urbana do Recife teve seu início e consolidação com a comercialização do açúcar, commodity²⁷ que, tendo grande aceitação no mercado europeu durante a colonização do Brasil, começou a ser produzido em grande escala em áreas do hinterland da cidade sob os moldes da plantation²⁸. A comunicação entre o Brasil (Pernambuco) e a Europa realizava-se através do porto do Recife em torno do qual se formou a área central da cidade com o seu núcleo e a zona periférica a este.

A Holanda, que no século XVII era o grande responsável pelo refino e comercialização do açúcar brasileiro na Europa, vendo-se prejudicada pela Espanha quando este país, aproveitando-se da União Ibérica com Portugal, resolveu assumir o controle da produção e distribuição da commodity, decidiu dominar diretamente as fontes produtoras, ocupando a então capitania de Pernambuco. Este fato, segundo Andrade (1979), teve um importante significado para a dinâmica urbana do Recife: em 1631, os holandeses transferiram suas funções e população para a cidade portuária. A partir de então, eles construíram um plano urbanístico inovador para Recife, fazendo deste espaço, em meados do referido século, a segunda cidade brasileira e uma das mais modernas do continente.

Desse modo, cidade portuária por excelência, o espaço urbano recifense sempre esteve suscetível às exigências do mercado externo, e cada atividade que dele se originou deixou sua marca. Mas a exportação do açúcar foi a atividade que mais marcou a cidade nos seus primórdios. Não é à toa que, para Singer (1977, p.274), “Recife foi fundada e se desenvolveu em função do açúcar”, inclusive as demais atividades urbanas instalaram-se na cidade em função da exportação da referida commodity.

Assim sendo, muitas das atividades produtivas, comerciais e de serviços concentraram-se em porções da cidade que se achavam localizadas na área portuária e/ou próximas a esta área, formando assim uma incipiente centralidade econômica, que englobava os bairros históricos do Recife, Santo Antônio e São José, dando início à formação da futura área central da cidade.

A primeira forte crise econômica da cidade, ocorrida na segunda metade do século XVII, após a expulsão dos holandeses da Capitania de Pernambuco, provocou uma brusca

²⁷ No idioma inglês, commodity significa mercadoria, sendo um termo de referência de produtos de base em estado bruto, considerado matéria-prima. Além do nível de matéria-prima, é aquele produto que apresenta grau mínimo de industrialização.

²⁸ Tipo de sistema agrícola baseado em uma monocultura de exportação mediante utilização de latifúndios e mão-de-obra escrava.

queda do preço do açúcar, engendrando muitos constrangimentos em Recife²⁹. Desse modo, a cidade buscou especializar-se cada vez mais em outras funções comerciais para conseguir reerguer sua importância na capitania.

A descoberta das minas de ouro no Centro e Oeste do Brasil provocou, em algumas vilas nordestinas, o desenvolvimento do setor de economia de subsistência, passando a atender demandas de certos produtos como charque e gado em pé para aquelas áreas mineiras. Deste modo, fazendeiros, criadores e proprietários de charqueadas passariam a adquirir produtos importados, que eram transportados pelo porto do Recife, aumentando novamente a importância desta cidade na região. Conseqüentemente, Recife viu estender-se sua hinterlandia, a qual, antes, se restringia apenas às áreas açucareiras da Zona da Mata. Sua área central retomou sua dinâmica consolidando-se como uma centralidade fundamental da Capitania, pois era através dela que os fluxos de pessoas, mercadorias e ideias passavam. A este respeito, Singer (1977, p.278) comentou: “Recife deve ter começado a assumir, nessa época, o seu papel de capital regional do Nordeste”.

Em 1823, Recife foi elevada à condição de cidade e, em 1827, à de capital da Província de Pernambuco. Naquele momento, havia uma forte diversificação das exportações pelo seu porto, sobretudo, com a demanda, também, do algodão proporcionada pela Revolução Industrial. Pela expansão da produção desta commodity, houve crescimento da renda monetária também dos pequenos e médios produtores, os quais passaram a adquirir produtos importados, movimentando o porto e, conseqüentemente, a área central da cidade.

O resultado desse processo histórico foi, portanto, a formação e consolidação de uma extensa área central, multifacetada e complexa, hoje compreendida pelos bairros de Boa Vista, Santo Amaro, Soledade e outros, além dos tradicionais citados em parágrafo anterior (Recife, Santo Antônio e São José), abrangendo uma área que se chama de *centro expandido* (mapa 1). Entretanto, esta área representará o caráter forte e extremamente desigual inerente à natureza da lógica do capitalismo em uma cidade de região subdesenvolvida tanto em termos dos seus fixos quanto dos seus fluxos.

²⁹ O que foi agravado, principalmente, pelo fato dos holandeses terem feito um forte investimento de capital na produção do açúcar em suas colônias nas Antilhas, que passaram a produzir a mesma *commodity* a preços mais vantajosos.

Figura 1 - Mapa da Área Central da cidade do Recife



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife, 2005

2.4. A presença (histórica) do ambulante na área central do Recife

A construção de uma imagem do Recife intimamente ligado ao comércio ambulante esteve presente, com frequência, nos discursos de técnicos e políticos ao longo dos anos. A construção dessa imagem de “Cidade dos Mascates”, onde de maneira nostálgica e poética percorriam pelas tranquilas ruas do Recife vendedores ambulantes dos mais variados

produtos, com seus gritos e jargões característicos, está distante de evidenciar as origens ou parte da história da cidade.

A propagação do comércio ambulante no Recife remonta ao período colonial, e consolida-se na cidade a partir da figura do mascate³⁰. Segundo o historiador Pereira da Costa (Apud BOMPASTOR, 1994), já no início do século XVII verifica-se a chegada, na colônia, de navios trazendo gente de diversas regiões da Ásia e Europa, que aqui vinham com o objetivo de comercializar mercadorias das Índias e produtos europeus, como panos, perfumes e alimentos.

Com o término do domínio holandês em Pernambuco, em meados do século XVII, passa a desembarcar com frequência no porto do Recife um grande número de migrantes portugueses, que na esperança de enriquecer e fazer fortuna vinha arriscar a sorte na colônia. Tais migrantes eram homens livres, desprovidos economicamente, que em função das poucas oportunidades de trabalho oferecidas numa sociedade escravocrata, passam a se dedicar ao comércio ambulante³¹. Conforme França:

Um grande número de reinóis vinha de Portugal para Pernambuco, após 1654, tendo em vista preencher os espaços deixados na classe comercial com a retirada dos holandeses. Em sua maioria, eram indivíduos de condição social modesta e humilde que aqui desembarcavam. Na colônia poderiam ser mais promissoras as oportunidades que então se ofereciam a mercadores, comissários volantes, mascates e oficiais de vários ofícios manuais (FRANÇA, 2004, pág.3)

O preconceito sobre tais trabalhadores era grande, e reforçado pelo fato de serem estrangeiros, pertencerem às camadas mais pobres da sociedade, e de exercerem um tipo de atividade considerada humilhante e de menor valor por uma sociedade que desprestigiava o trabalho, em função do seu exercício ser quase que totalmente realizado por escravos.

No início do século XVIII, alguns desses comerciantes, enriquecidos pelo ofício de mascateação, passam a exercer um grande domínio sobre o comércio da cidade, exercendo

³⁰ O termo “mascate” originou-se do porto da Península Arábica, indicando, pejorativamente para os habitantes de Olinda, os portugueses comerciantes que moravam no Recife no período colonial brasileiro. Posteriormente, ficou o termo associado ao comerciante de baixo poder aquisitivo desde o século XVIII, por outro lado, fazem parte do lado popular da história da cidade, vendendo em feiras abertas e mercados públicos, como o Mercado da Ribeira (onde fica o atual Mercado de São José) e no Mercado da Polé (atual Praça da Independência). Até a década de 1950 o mascate era um tipo de comerciante não legalizado, que vendia suas mercadorias em baús dependurados nos ombros ou em caixas de madeira, aberta, conduzida pelas mãos, anunciando com gritos e sons de instrumentos artesanais através das ruas da cidade (CAMPOS, 1999, pág. 202).

³¹ As restrições impostas à produção pelo Pacto Colonial e pelas necessidades dos mercados externos e a utilização maciça de mão-de-obra escrava reduziam as oportunidades de trabalho para a parcela de homens livres destituídos; que passavam a se dedicar à agricultura de subsistência, se tornavam parceiros e agregados nos engenhos, ou se dirigiam à cidade em busca de emprego e chances de fazer fortuna no comércio. Parte desse contingente não conseguia ocupação fixa, vivendo de trabalhos temporários, ou subsistiam pescando e catando caranguejos e mariscos nos mangues que cercavam a cidade (BOMPASTOR, 1994, pág. 27).

também atividades bancárias e de agiotagem no porto do Recife. Na vizinha Olinda, à época centro político administrativo de Pernambuco, se concentrava os grandes proprietários de engenho, a nobreza açucareira, os “legítimos” pernambucanos, que em dificuldades financeiras, devido à baixa produção dos engenhos e com cada vez mais dívidas acumuladas, recorriam de forma cada vez mais frequente aos empréstimos dos agiotas e comerciantes recifenses.

Dessa relação nasce uma intensa disputa entre o setor urbano emergente, com seus recém nascidos capitalistas e a decadente Olinda, com sua aristocracia rural empobrecida, consolidando, desta forma, o preconceito contra os comerciantes recifenses e culminando no movimento que ficou conhecido como Guerra dos Mascates. Uma das consequências desse movimento se deu no plano simbólico, conforme argumenta Bompastor (1994, pág. 29):

Calcado no nível social e econômico dos mascates, no fato de serem estrangeiros, no tipo de trabalho “desonroso” que exerciam, segundo os conceitos dos “fidalgos” olindenses, e nas transformações que sua atividade operou, consolidando o capitalismo comercial e, conseqüentemente, a supremacia econômica e política do Recife sobre Olinda, o preconceito contra a atividade do comércio ambulante se solidificou, perpetuando entre nós a imagem do mascate através da história como “vadio”, “ignorante” e “aventureiro”.

A população do Recife, até meados do século XIX, se distribuía entre seus subúrbios e arredores, e nos bairros centrais da cidade. Nos engenhos ou nos sobrados urbanos, onde residiam as famílias economicamente poderosas da época, ou nos casebres e mocambos habitados pela parcela pobre da população, as dificuldades de abastecimento eram grandes.

O precário sistema de comunicação e dos transportes, os altos valores de itens alimentícios como sal, azeite e carne, e um estilo de vida recolhido, afastado do convívio em sociedade, transformavam os mascates e vendedores ambulantes em geral em importantes agentes no processo de circulação de mercadorias, e mais, eram os responsáveis pelo abastecimento de boa parcela da população da cidade e arredores. Através de métodos próprios, lícitos e ilícitos, os vendedores ambulantes conseguiam, através de uma intrincada rede de contatos, a articulação necessária para possibilitar o acesso da população urbana em geral, produtos que normalmente lhes seriam difíceis de ter acesso.

A fiscalização e o policiamento existentes eram insuficientes e incapazes de conter e desarticular a rede de intermediários e fornecedores que abastecia os ambulantes. O poder público tentava de muitas formas coibir e punir os infratores através de multas e prisões, contudo as resistências eram fortes, chegando em meados do século XII, segundo registros,

existirem só no Recife mais de mil mascates (COSTA, F.A. Pereira da. Apud BOMPASTOR, 1994).

Ponto interessante e importante a ressaltar é com relação à diversidade dos indivíduos que participavam do comércio ambulante, ou tinham alguma ligação a ele: eram escravos e trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros, famílias com recursos e pessoas pobres. Trabalhando diretamente nas ruas, dando-lhes vida, eram responsáveis pelo movimento e sons do centro da cidade e arredores.

Além de abastecerem as famílias de gêneros alimentícios e utensílios variados, os mascates e ambulantes em geral funcionavam como verdadeiros emissários, levando para o interior das casas-grandes dos engenhos e sobrados da elite urbana, um pouco do ruído das ruas e novidades da praça. [...] Com a preocupação de atrair novos compradores ou os habituais fregueses, os vendedores costumavam utilizar-se dos pregões, combinação de palavras com melodia, que propagavam a qualidade do produto que ofereciam. Quebrando o silêncio das ruas os pregões acabavam se incorporando ao cotidiano da cidade (BOMPASTOR, 1994, pág. 31).

No centro da cidade encontravam-se, sobretudo, escravos e trabalhadores livres, na sua grande maioria, pobres. Quanto aos produtos comercializados, que variavam de pontos fixos ou perambulando pelas ruas, os vendedores ambulantes ofereciam uma enorme variedade de produtos que iam de alimentos básicos até livros. “Eram mascates com suas miudezas e quinquilharias, pretas quituteiras, vendedores de frutas, verduras, peixe, galinha, utensílios em geral e mais uma infinidade de mercadorias” (BOMPASTOR, 1994, pág. 31).

Segundo dados do censo, no período entre 1782 e 1850, a população do Recife passou de 18.000 a 70.000 habitantes (BOMPASTOR, 1994), extrapolando os limites herdados do período holandês, momento histórico da cidade em que foi incorporada a chamada “Várzea do Capibaribe”, ou seja, toda área que vai dos bairros da Boa Vista e da Madalena, até a Caxangá e o atual bairro da Várzea. Apesar do rápido crescimento populacional e da consequente expansão urbana, o núcleo central, constituídos pelos Bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista, continuava como principal concentrador da população da cidade.

A infra-estrutura urbana deficiente e os serviços públicos básicos inexistentes deixavam claro o quadro de crise que esses bairros e outros da cidade apresentavam: carência de um sistema de esgotos e saneamento, de limpeza das ruas, de coleta de lixo, transportes insuficientes, precariedade das habitações de boa parte da população, impossibilidade de circulação nas vias de acesso ao porto (em função da irregularidade e pouca largura das ruas), e inexistência de serviços médicos eficientes no controle das epidemias que assolavam na época.

A imagem construída neste período vinculava as cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, à ideia de atraso, falta de civilidade e desordem. Fugindo dos padrões modernos, as áreas centrais exibiam aos visitantes vielas sujas e tortuosas, habitações insalubres, falta de transportes, de saneamento e precariedade de distribuição de água, além de concentrar significativa parcela da população, cujos hábitos e expressões culturais chocavam-se diretamente com os novos preceitos de salubridade, disciplina e moral. Sobre tais condições da área central do Recife àquela época, o relato de Mário Sette é bastante esclarecedor:

As vendedoras de bola ou tapiocas sentam-se em plena via pública (...) veem-se com fartura cabras, porcos, cavalos à solta. Um raro ônibus a luar dobra uma esquina. As pontes são de madeiras (...) negros carregam nas barricas mal cheirosas (tigres) os dejetos humanos (...) tornara-se usual despejar (as águas servidas) de varanda abaixo, quando se vive em sobrado (...), o lixo é enterrado no fundo dos quintais ou atirado pelos escravos à maré (...). As condições higiênicas iam refletindo essa consequência de um péssimo sistema de eliminação de fezes e águas sujas. Sobretudo quando as epidemias assaltavam o Recife (SETTE Apud BOMPASTOR, 1994, pág. 33).

Neste período, na Europa, ascende uma nova concepção em termos urbanísticos, fruto das discussões de técnicos, médicos, sanitaristas e reformadores, no sentido de remediar os inconvenientes da cidade industrial que nascia. Paris se tornou o exemplo clássico desta experiência de intervenção no urbano. Implementadas em meados do século XIX, as reformas englobaram a realização de obras viárias, com a abertura e retificação de ruas, reconstrução das novas edificações e moradias, criação de jardins e parques públicos, instalação de um complexo hidráulico, transformando a cidade no protótipo da metrópole industrial: moderna, civilizada, progressista.

Prontamente, a elite brasileira assimila essa nova ideia, e a viabilização deste novo projeto de sociedade moderna apoiava-se não só numa reformulação do espaço das cidades, mas sobretudo numa transformação do próprio indivíduo em cidadão “útil”, inserido num novo contexto onde o zelo pelo trabalho e o respeito à propriedade representavam o único caminho para a construção de uma sociedade civilizada e progressista.

Através de uma reelaboração de conceitos, a elite nacional elabora uma nova concepção de trabalho, buscando a sua identificação como princípio fundamental da vida em sociedade, elemento ordenador, moralizador, na tentativa de construir o modelo do bom cidadão e do trabalhador exemplar. Contrapondo-se à noção de trabalho como “lei suprema” da sociedade, constrói-se o conceito de vadiagem e de ociosidade, onde se estabeleceu que o indivíduo não inserido no processo de trabalho assalariado, seria considerado vadio,

indolente, e estaria sujeito a diversos mecanismos – educação, coerção, violência – que redirecionassem sua conduta e o incorporassem ao processo produtivo.

Os preceitos desta nova concepção urbanística e a utilização deste discurso do trabalho como elemento básico, princípio moralizador, são postos à sociedade brasileira num contexto complexo, quando a pobreza urbana surge de modo visível aos grupos dominantes, no decorrer do processo de transição de uma sociedade escravista para a ordem capitalista nos centros urbanos do país.

Com o intuito de disseminar esta nova ideologia do trabalho são criados estabelecimentos correccionais, escolas e penitenciárias, assim como leis são elaboradas com o objetivo de estimular a criação de um mercado de trabalho e forçar a incorporação do indivíduo à nova ordem fabril e urbana que se instalava. Todo um código de disciplinamento e controle do comportamento que deveria nortear o convívio social é instituído nas cidades. Para a elite nacional, a repressão à prática de cultos considerados primitivos, aos aglomerados habitacionais que disseminavam as epidemias, às atividades tidas como desprezíveis exercidas pelas camadas populares, como a mendicância e o comércio ambulante, enfim, hábitos extremamente presentes na sociedade brasileira de então e considerados poucos civilizados, era uma questão urgente.

No Recife, datam dos meados do século XIX as primeiras iniciativas no sentido de modernizar a cidade e instituir leis disciplinando as práticas e costumes das camadas populares. Na administração do Conde da Boa Vista (1837 – 1844), foram restauradas pontes, calçadas das principais vias da cidade, praças foram construídas, ruas abertas, a numeração das casas foi estabelecida, assim como a iluminação à gás e o serviço de água encanada foi implantado³². Nas administrações seguintes a cidade foi sofrendo novas transformações – cemitério público, Conselho de Salubridade, sistema de coleta de lixo, aperfeiçoamento de transportes urbanos e outras inovações foram implantadas. Contudo, é só a partir de 1905 que as propostas de urbanização começaram a se transformar em realidade.

Adotando-se o modelo urbanístico francês, que pressupunha a exclusão de grupos sociais de determinadas áreas da cidade, numa prática que segregava as camadas populares e hierarquizava espaços, foram iniciados:

[...] a reforma da Praça da Independência, o alargamento da rua do Cabugá, da rua Sete de Setembro e da rua do Hospício, e posteriormente as obras do Porto, a

³² Convém ressaltar que nem toda população da cidade foi beneficiada por todas essas ações. Em muitos casos, como acontece atualmente, muitos moradores foram prejudicados.

construção do Plano de Esgotamento Sanitário pelo engenheiro Saturnino de Brito, a grande reforma do Bairro do Recife e do Bairro de Santo Antônio, esta realizada já na década de 1930. Era urgente a recriação da cidade e a construção de um imaginário que correspondesse ao novo homem e à nova sociedade que se consolidava. Demolições de residências, de estabelecimentos comerciais, igrejas e monumentos (como a Igreja do Corpo Santo e os Arcos da Conceição e de Santo Antônio), desapropriações, abertura e alargamento de ruas foram realizados em nome de uma moderna urbanidade (BOMPASTOR, 1994, pág. 35)³³

A população pobre da cidade torna-se um empecilho à concretização destes objetivos. Residindo em regiões da área central da cidade, onde se desejava abrir os *boulevards*, e exercendo atividades indesejáveis, como o comércio ambulante, esta camada da sociedade foi a mais atingida com as leis que objetivavam manter a ordem, a moralidade e o progresso nas novas cidades. É deste período, portanto, que esta parcela da população vai sendo empurrada para áreas periféricas da cidade, e sua tradição, história e costumes vão sendo reprimidos em função de um padrão de beleza e civilização europeus.

Nesta fase são elaboradas de forma mais sistemática as primeiras leis de repressão aos pequenos ofícios urbanos, como o comércio ambulante. A nova estrutura que o Estado começa a impor às grandes cidades tende a limitar, restringir os locais do comércio de rua, construir grandes mercados, obrigando os ambulantes a se concentrarem em locais fechados, exigir pagamento de taxas e a concessão de licenças, exercendo cada vez mais controle sobre esse tipo de atividade, o que gerava resistência e conflitos. É desta época a construção de vários mercados públicos, como o de São José, inaugurado em 1875.

É também neste período que são estipulados, pelo Estado, pontos pré-determinados para os ambulantes exercerem suas atividades. Os locais a serem ocupados seriam o “Bairro de Santo Antônio, largos ou praças do Carmo, da Penha e do Hospital, imediações da Lingueta do Bairro do Recife, e no Largo da Matriz da Boa Vista” (BOMPASTOR, 1994, pág. 36). A partir de então ficaria proibido aos ambulantes venderem suas mercadorias em outros locais fixos ou pelo meio das ruas, sob pena de terem de pagar multa e até serem presos.

Na tentativa de ordenar e disciplinar o comércio ambulante, os governantes do Recife recorrem a medidas que têm o claro intuito de restringir a circulação dos trabalhadores pela cidade, para isso, além da construção de mercados públicos, a organização de feiras fixas e

³³ É extremamente interessante notar como a cidade do Recife, hoje, vive um momento se não igual, muito semelhante ao descrito nesta seção, no que tange as concepções ideológicas dos seus governantes. Mesmo com o benefício de poder pensar a cidade a partir de experiências não tão exitosas, erros e mais erros não cometidos.

determinação de locais específicos para a venda de mercadorias são algumas das ações verificadas na época. Apesar da repressão e das duras medidas punitivas estabelecidas para os infratores da lei e do tratamento dado ao assunto – quase sempre tido como caso de polícia –, a questão nunca conseguiu ser solucionada, continuando como preocupação constante dos administradores da cidade.

O principal ponto que leva a municipalidade a tentar disciplinar e reprimir o comércio ambulante passou a ser a visão de que este tipo de atividade não poderia fazer parte do novo conceito de cidade, pois se chocava diretamente com os padrões de beleza, civilização e desenvolvimento urbano da época, além do fato da concorrência que ele estabelecia com setores do comércio formal da cidade.

A interpretação do comércio ambulante como um aspecto não civilizado da cidade, na medida em que atentava contra a ordem pública, respaldou as sucessivas tentativas de ordenar essa atividade. Outro fator importante que envolvia os vendedores ambulantes do Recife de inícios do século XX era o conflito com os lojistas do comércio formal, devido à concorrência gerada por suas atividades. Nesse sentido, importante é a contribuição de Bompastor:

No início do século XX, em 1914, o comércio a varejo da praça do Recife, através da Associação Comercial, empreendeu verdadeira campanha contra os ambulantes, elaborando uma representação à Câmara dos Deputados e organizando um abaixo-assinado subscrito por 87 firmas estabelecidas. Neste documento, os lojistas colocam o comércio da Praça do Recife como “a alma, a vitalidade da *urbs*”, enquanto os ambulantes são descritos como “um perigoso contingente... inimigos sornateiros e temerosos, corroendo o comércio honesto e legítimo” (BOMPASTOR, 1994, pág. 38).

Em verdade, o grande problema em questão era a concorrência que os ambulantes estabeleciam com as lojas varejistas. Em épocas de crise, as tensões aumentavam, e o comércio formal encabeçava verdadeiras cruzadas contra a atividade dos ambulantes, elegendo-os como os culpados de vários males que afligiam o Recife na época. Utilizando-se do discurso europeu de incentivo ao progresso e da manutenção da ordem e da moral nas cidades, a Associação Comercial acusava-os do não pagamento dos impostos, de serem contrabandistas e não terem vínculo – afetivo, no caso – com a cidade, reivindicando, desta forma, ao poder público o aumento dos impostos que pagavam, de forma a equipará-los aos comerciantes regularmente estabelecidos e dificultar ao máximo o exercício de suas atividades.

Apesar das tentativas de disciplinamento e da repressão, o comércio ambulante cresceu durante todo o século XX, ocupando espaços cada vez maiores na economia local,

principalmente em épocas de crise, incorporando-se às tradições e à paisagem da cidade. Tal constatação revela em suas entrelinhas a inoperância do modelo repressivo adotado desde as primeiras manifestações mais significativas do comércio ambulante na cidade, e que em muito se assemelha as atuais ações da municipalidade. O não diálogo verificado em tempos passados também está presente nos dias de hoje, assim como a violência contra tais trabalhadores.

2.5. Categoria de análise: o território

Enquanto ciência social, a contribuição da Geografia na interpretação da realidade social apresentada se dá através da análise socioespacial (ou “do espaço e as inúmeras e diversas relações sociais que o compõe”). O espaço é o objeto de estudo e análise da Geografia. Contudo, na realização dessa difícil tarefa, que é compreender o espaço e sua complexidade, algumas categorias, com suas especificidades, vêm auxiliar estudiosos e pesquisadores da área. Entre as categorias espaciais, como assim são definidas, encontra-se o território, categoria utilizada na presente pesquisa para analisar o objeto em questão. A seguir será feito um breve percurso a respeito das suas diferentes abordagens e entendimentos.

Após uma análise minuciosa a respeito das diferentes abordagens do conceito de território, Sposito (2005) nos diz que na Geografia existem várias concepções de território que servem como início para a discussão desse conceito. O autor identifica três vertentes básicas que, historicamente, serviram para tratar do estudo do território, ou melhor, que serviram para interpretá-lo e cujo arcabouço teórico ainda se faz presente, em vários momentos, quando se aborda essa categoria.

As vertentes identificadas pelo autor são divididas em: a) naturalista: “segundo a qual o território aparece como imperativo funcional, como elemento da natureza inerente a um povo ou uma nação e pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar”; b) uma abordagem “mais voltada para o indivíduo [que] diz respeito à territorialidade e sua apreensão [...]. Aí temos o território do indivíduo, seu ‘espaço’ de relações, seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade”; e c) quando sua utilização confunde-se com o conceito de espaço. (SPOSITO, 2005, pág. 17)

O viés naturalista de compreensão do território e da territorialidade foi bastante criticado por Raffestin (1993), pois as territorialidades derivam de um tecido social complexo

e dinâmico marcado pelas relações de poder, pelas intencionalidades, pelas inter-relações, pelo jogo ideológico, etc.

A segunda vertente de apreensão do território, apresentada por Sposito (2005), apresenta um forte conotação cultural(ista). Nesse sentido, os sentimentos de pertencimento, de identidade, os espaços de representação, o enraizamento, entre outros elementos, interagidos com as demais dimensões do território, efetivam formas particulares de apropriação e de produção do espaço via territorialidade.

No entanto, abordar o território sob uma perspectiva estanque e unidimensional, utilizando como exemplo o caso da dimensão cultural, não traz avanços. “É evidente que ainda se poderia evocar os elementos dos códigos culturais, por exemplo, mas eles também são atravessados pelo código econômico e pelo código político” (RAFFESTIN, 1993, pág. 47). O território é construído socialmente por um jogo de forças e relações que estão em unidade e conflito.

Sposito (2005) sinaliza, também, que na literatura geográfica, o território, eventualmente, tem sido confundido com o conceito de espaço. O ponto fundamental desta confusão consiste no fato de que muitos autores, por partirem do pressuposto de que o território é efetivado a partir da apropriação social do espaço, consideram-no apenas como sinônimo de solo, de propriedade, de limite político-administrativo.

Contudo, o território, conforme afirma Saquet (2003), é um lugar de relações e este, um território, a partir da apropriação e produção do espaço. Portanto, o sistema territorial é, segundo aponta Raffestin (1993), produto e condição socioespacial.

Espaço e território não são sinônimos. O espaço é anterior ao território. Nesse sentido, corrobora-se com Raffestin (1993, pág. 143) quando o autor afirma que: “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator 'territorializa' o espaço”.

Pode-se considerar o espaço como o fundamento essencial para a produção do território, ou seja, o espaço é anterior ao território. O território é uma produção a partir do espaço, define-se através da apropriação social do espaço (econômica, política e culturalmente) por atores que realizam as mais diversas atividades sociais. Nesse sentido, afirma Saquet:

O território se dá quando se manifesta e se exerce qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários (SAQUET, pág.24, 2003).

O território, ainda de acordo com Saquet (2005, pág. 144): “[...] é natureza e sociedade simultaneamente, é economia, política e cultura, ideia e matéria [...] é local e global [...]; terra, formas espaciais e relações de poder [...]”.

Retornando às abordagens do território, a sinopse realizada por Haesbaert (1997), que agrupou as concepções também em três vertentes, similares às destacadas anteriormente por Sposito (2005), merece destaque. São elas:

- a) Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa às relações espaço-poder institucionalizado): o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, muitas vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- b) Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: aquela que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- c) Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas; o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho, por exemplo.

O autor ainda faz menção à vertente naturalista, segundo ele, menos vinculada hoje às ciências sociais, que se utilizam de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza.

Existem interfaces entre tais abordagens. O território pode ter um caráter mais econômico como os dinamizados por empresários, por exemplo; mais político, como o de partidos políticos; e/ou, mais culturais, como o território de domínio da igreja católica, para mencionar mais um exemplo. Reflete, em último caso, toda a produção que deriva das relações entre os homens e destes com a natureza.

Os territórios são construídos socialmente pelo exercício do poder das classes que compõem a sociedade. Interpretado desta forma, a abordagem se diferenciará da feita por Ratzel (1990), por exemplo, que baseia sua análise geográfica nos pressupostos

metodológicos e filosóficos positivistas e cujo método está centrado na indução, que tem como características a observação, a descrição, a comparação e a classificação, partindo do pressuposto de que uma análise fundamentada cientificamente deveria ter como fonte as ciências mais desenvolvidas até então: as ciências naturais. “Somente a ciência natural progride como ciência investigadora de leis gerais[...]” (RATZEL, 1990, pág.34). Desta forma, Ratzel fundamenta um estudo a serviço do Estado alemão de sua época (final do século XIX), em fase de definição territorial intimamente ligado à expansão do capitalismo naquele país em formação. O território, para Ratzel, seria sinônimo de solo e estaria intimamente ligado a figura do Estado-nação.

Segundo Raffestin (1993, pág. 143 - 4), “o território é um espaço; onde se efetuou ou se concretizou um trabalho, seja energia e/ou informação”; nele se encontram relações de poder e interesses. Toda ação materializada no espaço demonstra, em algum nível, um território efetivado (infra-estruturas públicas ou privadas, centros financeiros, construções históricas, organizações políticas etc). O território, como mais uma vez aponta Raffestin (1993), é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático. Ao se apropriar de um espaço, o ator territorializa o mesmo.

De acordo com Raffestin (1993, pág. 150), “toda prática espacial, mesmo embrionária induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessituras, nós e redes”. É interessante destacar, a esse respeito, que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar suas ações. Os indivíduos ou os grupos sociais ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos pré-definidos aliados à dinâmica do modo de produção em determinado período histórico.

A interação entre os diferentes locais pode ser política, econômica e cultural, e resulta de um intenso e recíproco relacionamento entre todos os elos da estrutura que compreendem e sustentam a dinâmica social em sua complexidade. Os fatores que sustentam a formação dos sistemas de malhas, de *nós* e redes interagem no espaço e constituem, de algum modo, as bases de sustentação do(s) território(s).

Cada território, assim, deve ser pensado em rede, articulado a outros territórios, em interação, em complementaridade, pois o território brasileiro resulta da interação de temporalidades e de uma pluralidade de territórios, cada qual com especificidades políticas, econômicas e culturais. (SAQUET, 2003, pág. 222)

Todo indivíduo desenvolve estratégias de produção e de vida, que se correlacionam com outras estratégias, em diferentes relações de poder, com outras pessoas e lugares. Os atores agem e interagem criando redes entre si. Segundo Raffestin (1993), uma rede pode ser abstrata ou concreta, visível ou invisível. São as redes que asseguram o controle do espaço geográfico através da circulação material e de informações. Toda rede é uma imagem do poder, produto e condição das determinações históricas do desenvolvimento. As redes, em suas diversas manifestações, garantem, nessa perspectiva, ao sistema territorial, *status* de produto e meio de produção.

Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo de construção territorial e o produto territorial, por intermédio de suas atividades diárias. Através das relações de poder, instauram atos de dominação e subordinação, de forma implícita ou explícita, nas interações que os sujeitos sociais mantêm em suas relações cotidianas.

O poder é inevitável, afinal, se há atores que desempenham determinadas atividades e/ou funções, compreendemos que, eventualmente, existam outros atores empenhados em “orquestrar” devidamente as atividades. É o que ocorreu com o trabalho, historicamente, ou melhor, com a apropriação deste, socialmente, nos diferentes modos de produção.

Diferentes relações organizam-se, no espaço, de diversos modos, em diferentes tempos e intensidades, formando as mais variadas configurações do território, que adquire, como ressalta Raffestin (1993), propriedades de descontinuidade e heterogeneidade, sobrepondo-se ao espaço e aos outros territórios de acordo com as características de cada lugar e momento histórico. Como existem, no mesmo espaço geográfico diversas relações cristalizadas, organizadas em arranjos territoriais próprios, distinguindo-se por diversos fatores, é necessário analisar individualmente cada arranjo territorial.

Por fim, após essa breve explanação, entende-se que o território precisa ser abordado em sua multidimensionalidade. Sua origem é social, portanto, suas dimensões são a política, a economia e a cultura, imbricadas relacionalmente pela historicidade e conflitualidade inerente a toda sociedade.

2.6. Territórios dos ambulantes da Área Central do Recife: repressão e luta

Decidimos nesta seção da pesquisa realizar uma abordagem um pouco diferente das recorrentes quando se estuda/analisa o trabalho informal, mais especificamente o comércio

ambulante. Não negamos a importância dos números e estatísticas – tão importantes no momento de planejamento –, contudo preferimos dar ênfase a alguns aspectos de ordem mais simbólica e que marcam profundamente a rotina dos ambulantes da área central do Recife.

Repressão e luta, não encontramos melhores termos para definir a história atual dos trabalhadores ambulantes do Recife, mais especificamente os localizados na área central da cidade. Vivendo numa constante incerteza diária, a luta para os ambulantes do centro do Recife assume dois significados: primeiro, a luta para extrair de suas atividades o rendimento necessário para satisfazer suas necessidades mais imediatas; e segundo, a luta contra o preconceito de boa parte da sociedade (fortemente influenciada por veículos de comunicação comprometidos com os interesses da classe abastada da cidade) e a repressão da municipalidade.

Antes de adentrarmos mais especificamente nesses aspectos (preconceito, repressão e luta) julga-se importante apresentar algumas características gerais dos indivíduos que constroem esses territórios, assim como os espaços escolhidos para exercerem suas atividades.

2.6.1. Indivíduos e territórios: algumas considerações

Para a realização desta pesquisa, além da escolha dos conceitos e das categorias – trabalho, trabalho informal, área central, território – de análise, foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa: delimitação e representação cartográfica da área da pesquisa empírica (área central da cidade do Recife) visitas sistemáticas à área, observação da dinâmica dos territórios dos ambulantes e conversa livre com os trabalhadores em questão³⁴.

A princípio, constatou-se uma descontinuidade dos territórios dos ambulantes. Apesar de serem encontrados em vários pontos da área central, os territórios produzidos por tais trabalhadores não apresentam uma contiguidade, fato explicado por alguns motivos, como por exemplo: ruas pouco movimentadas, ou proibição para se estabelecer em determinados locais, legitimada por uma intensa fiscalização. Os principais focos de concentração dos vendedores ambulantes são a Avenida Dantas Barreto, localizada no bairro de Santo Antônio, e as ruas Sete de Setembro, Hospício, além da Avenida Conde da Boa Vista, localizadas no bairro da Boa Vista (Mapa 2). Fato explicado pelo intenso fluxo de pessoas em tais localidades.

³⁴ Como a pesquisa não teve o intuito de traçar um perfil socioeconômico dos trabalhadores ambulantes, o diálogo aberto foi a forma escolhida para obter informações relevantes sobre indivíduos. A ressalva fica por conta do presidente do SINTRACI, onde foi realizada uma entrevista.

Figura 2 - Localização das vias com maior concentração do comércio ambulante



Fonte: Base Cartográfica Prefeitura do Recife. Elaboração: Pedro César Gondim, 2013

Os territórios, na sua grande maioria, de acordo com observação *in loco* e a partir de conversas com os trabalhadores, são construídos por habitantes de lugares pobres da cidade e de outros municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR), como Olinda, Paulista e Jaboatão. Tais territórios são produzidos nas primeiras horas do dia, e intensificam-se de acordo com o horário de maiores fluxos dos consumidores. Neste período do dia (por volta das doze horas, segundo os trabalhadores), observa-se com maior nitidez a apropriação do espaço por parte dos ambulantes.

Concretamente, esta apropriação do espaço é feita, quase sempre, através de barracas instaladas às margens das ruas, e próximo as grandes lojas atacadistas. Tais barracas exibem os produtos a serem comercializados em estruturas de madeira ou ferro, cobertas, na maior parte das vezes, por uma espécie de “guarda-chuva” para proteger as mercadorias do sol e da chuva (Figura 1). A efetiva produção do espaço se realiza através de pequenas intervenções, como por exemplo, marcações no chão para determinar os locais das barracas.

Figura 3 - Comércio próximo a Avenida Dantas Barreto: Exemplo das barracas utilizadas pelos trabalhadores ambulantes



Diversas são as mercadorias comercializadas pelos ambulantes: artigos eletrônicos (“mp3”, acessórios para celular, rádios, antena para aparelho televisor, etc.), artigos pessoais (bolsas, óculos, relógios, derivados da prata como anéis e correntes, etc.), calçados, roupas, alimentos e mais uma grande diversidade de produtos.

Não se pôde, nesta pesquisa, precisar uma média da remuneração recebida pelos trabalhadores em questão, pois além de escassas, as insuficientes informações obtidas neste sentido foram bem diversas. Todavia, se fôssemos traçar uma média, consideraríamos que esta remuneração chega a um montante em torno de setecentos reais mensais (R\$ 700,00), variando de acordo com a época do ano. Em datas comemorativas como festas natalinas, carnavalescas, juninas e outras, ganham-se um pouco mais; em outras, um pouco menos. Com efeito, uma das características cruciais dessas atividades acha-se representada pelo seu caráter sazonal.

Utilizando a teoria dos dois circuitos para analisar a paisagem encontrada na área central, convém ressaltar que, em vez de uma situação de dualidade, constata-se uma situação de coexistência entre ambos os circuitos da economia urbana local, constituindo uma totalidade (Figura 2). Muitas vezes, lojistas atrelados ao circuito superior conseguem escoar seus estoques encalhados, associando-se aos ambulantes. De qualquer maneira, esses territórios do "circuito inferior" constituem, ideologicamente, uma “válvula de escape” para pessoas que não possuem condições efetivas para incluírem-se em atividades no circuito superior da economia urbana, atenuando tensões e conflitos sociais.

Figura 4 - Circuitos superior e inferior dividem o mesmo espaço: o comércio ambulante, na rua Sete de Setembro, ao lado de grandes empresas do comércio varejista.



Fonte: João Gabriel, 2011

2.6.2. Preconceito e Repressão

O comércio de rua no Brasil ainda está sujeito a toda sorte de preconceitos, e no Recife não é diferente. A associação do ambulante a mercadorias “pirateadas” ou de baixa qualidade, não pagamento de tributos, inadequação às normas sanitárias e causador de desordem na ocupação dos espaços públicos é bastante frequente. Tais preconceitos decorrem de uma sucessão de contradições na sociedade e no papel regulador do Estado.

Sendo o Brasil um país marcado por profundas desigualdades sociais, determinados setores impõem a toda sociedade um conjunto de valores, definindo o que deve ser socialmente aceito, com o objetivo de manter seus privilégios. Contra o comércio de rua é recorrente o uso de instrumentos para deslegitimar e criminalizar o trabalhador ambulante. Nesse sentido, tanto os meios de comunicação de massa quanto o Estado têm reproduzido o preconceito com relação aos ambulantes da cidade. Na figura 3 a seguir, observamos o atual

presidente do SINTRACI (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal do Recife), Severino Alves, na capa do jornal Folha de Pernambuco, numa clara tentativa do veículo de comunicação de deslegitimar a luta dos trabalhadores e criminalizar não somente o movimento, mas o próprio presidente.

Figura 5 - Capa do Jornal Folha de Pernambuco: clara tentativa de criminalização da representatividade dos trabalhadores ambulantes



Fonte: Folha de Pernambuco, edição impressa. Abril de 2014

Além disso, historicamente o Estado vem se omitindo em criar normas compatíveis à realidade do trabalho ambulante, impondo-lhe um dever que não é possível cumprir para formalizar sua atividade. Entende-se, que o Estado deveria oferecer condições para que os trabalhadores pudessem cumprir as exigências legais, fornecendo-lhes suporte técnico, orientação, capacitação e assessoria. Contudo, não é isso que acontece. Existe uma enorme

distância entre o conjunto de normas e a realidade socioeconômica de grande parcela dos trabalhadores, que é justamente o gerador dos preconceitos apontados.

Não somente pela omissão, mas também pela ação, o Estado reproduz preconceitos por parte dos agentes públicos que utilizam métodos questionáveis e submetem os trabalhadores ambulantes a condições desumanas.

Voltando ao ocorrido, na manhã de ontem quase todos ambulantes foram surpreendidos com a chegada de um grande aparato policial por volta das 8:30. Baseando-se numa notificação feita há mais de um ano, a ordem era destruir o trabalho de mais de 20 famílias que ocupavam as calçadas do Hospital das Clínicas e garantiam alimentação para pacientes e funcionários há mais de 2 décadas. Dos comerciantes dessa área só um garantiu seu ponto de trabalho pois havia contratado um advogado isoladamente e conseguiu um “mandato de garantia de posse”. A ação contou com a Polícia Rodoviária Federal e sua tropa de choque, o DNIT, a DIRCON e teve o apoio da prefeitura da cidade do Recife. Como de praxe a ação policial foi violenta e ilegal. Ao perceberem que os policiais não tinham os documentos necessários para efetuar o despejo, homens, mulheres, crianças, advogados e estudantes tentaram fazer um cordão para impedir a destruição das barracas. Também alguns entulhos foram colocados na via a fim de interditá-la e chamar atenção para a ação truculenta da polícia (RECIFE RESISTE, 2011).³⁵

Não é difícil encontrarmos relatos apontando que esses agentes que “combatem” o comércio ambulante usam das práticas mais covardes e arbitrárias: subtraem e rasgam documentos; ameaças de violência física para apreensão de mercadorias, expulsão dos trabalhadores dos espaços públicos. Desta forma, os trabalhadores ficam expostos aos mais diversos tipos de arbitrariedades, como agressões físicas e verbais, desrespeitos, ameaças, confiscos e multas indevidas, cassações sumárias de licenças, entre outras, que reforçam ainda mais as violações sofridas por esses trabalhadores.

A generalização que aponta todo trabalhador ambulante associado à ilegalidade e ao caos social e urbano e que, portanto, precisa ser combatido e erradicado, contribui para permanência do preconceito e criminalização da atividade. A negligência e a discriminação cometidas por determinados agentes do Estado e de setores da sociedade acabam colaborando para a não inclusão dessa atividade no planejamento urbano, por exemplo. Mesmo com os preconceitos e estigmatização, os trabalhadores ambulantes buscam diversas formas de superação e, por meio do trabalho, reafirmam sua dignidade e de seus familiares.

³⁵Disponível em: <http://reciferesiste.pelivre.org/prefeitura-expulsa-violentamente-ambulantes-do-hospital-das-clinicas/>

2.6.3. Luta: a fundação do SINTRACI

As relações políticas clientelistas, os canais fragmentados de diálogo com o Poder Público e a ausência de políticas públicas para o comércio ambulante são fatores que dificultam a organização dos trabalhadores. Além disso, o histórico de violação de direitos, a precariedade das condições de vida e a estigmatização em relação ao trabalho ambulante são obstáculos que dificultam o despertar da consciência coletiva de serem sujeitos políticos e de direitos.

No comércio ambulante, o ambiente de trabalho individual, a concorrência na venda e a disputa pelo espaço público constituem elementos que dificultam a agregação dos trabalhadores em torno de um mesmo ideal. Além disso, a sociedade brasileira tem estimulado o individualismo como prática de resolução dos conflitos, afastando o contexto estrutural que atinge toda a categoria de trabalhadores, dificultando a perspectiva de luta coletiva.

Apesar desse panorama adverso, observamos várias práticas de solidariedade entre os trabalhadores ambulantes da área central do Recife, para proteção e defesa do trabalho, formando espaços de socialização para a luta comum da categoria. Nesta prática de solidariedade e luta, surgem lideranças entre os trabalhadores ambulantes com distintas experiências de organização popular, em diferentes graus e perspectivas políticas.

No Recife, na busca por garantir seu direito à cidade e ao trabalho, vem sendo forte e intensa a luta dos trabalhadores ambulantes. Nesse sentido, a criação, em dezembro de 2012, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal do Recife (SINTRACI) representa um importante marco na trajetória de reivindicações dos trabalhadores de rua da cidade, visto a presença e atuação marcante da organização. A fundação do sindicato é uma resposta às várias arbitrariedades do poder público, a exemplo do processo de “higienização do centro da cidade” promovido pela Prefeitura da cidade. A fundação do sindicato decorreu, mais especificamente, do receio da intervenção pública com a chegada da Copa do Mundo. Nas palavras do presidente Severino Alves:

É o seguinte, existiu, os trabalhadores na verdade começaram a se organizar, descentralizados aqui na cidade do Recife. Por exemplo, o pessoal da Rua do Hospício e Sete de Setembro eles têm uma associação, que é a Associação dos Ambulantes da Boa Vista, que foi ela que foi responsável por boa parte do processo de luta pra garantir que a Sete de Setembro e a Rua do Hospício garantissem seus pontos lá. Não foi possível na época segurar todo mundo porque era na faixa de 150 de cada rua e só sobrou 60 vagas, 80 vagas pra cada local, mas existia essa luta descentralizada como existia, por exemplo, na UFPE, foi criada a associação da união dos barraqueiros lá da UFPE, onde defendia assegurar uma padronização no espaço, garantindo que ao invés de retirar, desse uma alternativa de assegurar aos trabalhadores a possibilidade de tá se organizando. Foi quando a gente visualizou

que a luta, os enfrentamentos seriam ampliados sobre os comerciantes, entendendo que copa do mundo tava próxima, que a copa das confederações estaria próxima, foi quando a gente visualizou que havia uma discussão eleitoral de limpeza da cidade em 2012, porque a cidade seria limpa, precisava limpar a cidade, e aí se a gente não fundasse uma organização mais sólida e mais representativa a nível municipal a gente não conseguiria enfrentar esse processo de luta, nós teríamos perdas muito fortes e não conseguiríamos acompanhar esse processo (Entrevista com Severino Alves, presidente Sintraci, fevereiro de 2014)³⁶.

O SINTRACI, hoje, representa o grande espaço de organização e luta dos trabalhadores ambulantes do Recife e Região Metropolitana, responsável por articular as pautas e reivindicações dos trabalhadores. Desde outubro de 2013, o SINTRACI convocou dez manifestações em diversos pontos da Região Metropolitana do Recife. O sindicato reivindica, principalmente, a garantia de permanência de vendedores ambulantes em alguns pontos da cidade (como os bairros de Casa Amarela e da Boa Vista, por exemplo), a construção de shoppings populares, mais diálogo com a administração do atual prefeito do Recife, Geraldo Júlio, e a exoneração do secretário de mobilidade e controle urbano (órgão responsável por disciplinar o comércio informal na cidade) João Braga.

³⁶ A entrevista completa está no apêndice no final do documento.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho tentamos avançar em algumas questões atinentes ao mundo do trabalho informal. Salientando que o próprio conceito de trabalho informal vem constantemente sendo objeto de críticas e reformulações. Assim, revela-se a multiplicidade e heterogeneidade de atividades concebidas como informais isto implica por parte do pesquisador uma postura investigativa menos enrijecida e inflexível de modo a viabilizar a construção de um repertório teórico-metodológico amplo e eficiente, ou seja, capaz de uma percepção mais integral do fenômeno examinado.

Ressaltamos ainda que o comércio ambulante é parte constituinte das dinâmicas urbanas do Recife e sua presença pode ser facilmente constatada no passado e no presente. Fortemente ligada desde suas origens às atividades de mercancia, a cidade ainda convive com uma intensa tradição de venda ambulante, especialmente, nas áreas centrais. Esta contínua existência do comércio ambulante, no entanto, não tem sido suficientemente forte para fomentar por parte do Estado uma postura menos repressiva e democrática. Várias ações implementadas alicerçam-se em entendimentos unilaterais e bastante pejorativos que caracterizam a rua como um local inapropriado para o desenvolvimento de atividades econômicas. A construção de estereótipos e propagação de pechas para caracterizar os vendedores de rua tem sua própria história na cidade do Recife, no passado, era bastante corrente entre a elite local “o preconceito contra a atividade do comércio ambulante se solidificou, perpetuando entre nós a imagem do mascate através da história como “vadio”, “ignorante” e “aventureiro” (BOMPASTOR, 1994, pág. 29). Atualmente, é comum que as ações repressivas fundamentam-se na recorrente “alegação genérica de que as mercadorias são “pirateadas”, fruto de falsificação ou contrabando.”³⁷

Este expediente tem sido acionado como discurso legitimador para um conjunto de ações truculentas e espúrias por parte do Estado. Essa violência institucional notabiliza-se, com efeito, por perseguições, coação, agressões, apreensões de produtos, enfim, um repertório diversificado de ações onde as proposições dialógicas têm, via de regra, sido preteridas. Vale ressaltar que tais ações representam uma ofensiva do Estado, a nível local, contra uma categoria legalmente reconhecida e que resulta em desemprego de um número significativo de trabalhadores, pois, “a violência institucional imposta sobre os trabalhadores ameaça a

³⁷ CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS. **Trabalho informal e direito à cidade**: dossiê de violações de direitos de trabalhadores ambulantes e domiciliares imigrantes. São Paulo, 2012, p. 31.

sobrevivência de milhares de pessoas que dependem do comércio ambulante direta ou indiretamente.”³⁸

As discussões delineadas no segundo capítulo da dissertação apontam para a vasta tradição de trabalhos executados nos espaços públicos, assim como, a histórica perseguição e repressão a que foram submetidos estes indivíduos, grosso modo, provenientes dos segmentos socialmente excluídos. Deste modo, constatamos um direcionamento de classe na regulamentação dos trabalhos realizados na rua, onde axiomas de progresso e civilização legitimaram práticas de exclusão perpetradas pelos agentes do Estado. Evidenciamos essa realidade enfatizando uma série de arbitrariedades e mesmo detenções a que foram submetidos esses trabalhadores. Por fim, indicamos a falta de organizações coletivas para tentar minorar as agruras a que estão historicamente submetidos esses trabalhadores superar o isolamento e individualismo com que é vivenciado o cotidiano expoliante desta atividade. Assim, coadunamos com a percepção que entende que “os desafios estão relacionados à falta de ações que facilitem e organizem a realização do comércio ambulante, compreendendo a atividade para além das oportunidades individuais de trabalho”³⁹.

As proposições investigadas ao longo do segundo capítulo indicaram que a ação repressiva implementada aos trabalhadores ambulantes da cidade do Recife se abastece em uma concepção elitista de cidade que a caracteriza um lócus privilegiado para realização de um projeto de ordenamento urbano pautado, essencialmente, pelas diretrizes normativas que enfatizam o controle social como sua finalidade. Nesta perspectiva, o comércio ambulante emerge como um entrave a ser removido.

Diante das questões investigadas na totalidade do trabalho, é preciso indicar algumas assertivas que podem concorrer para a efetivação de um relacionamento mais ponderado entre o Estado e a categoria dos ambulantes. Assim, as políticas públicas que visam obstar a ampliação do comércio ambulante, bem como, implementar um desenvolvimento social na cidade, devem buscar legitimidade a partir da construção horizontal de canais institucionais que viabilizem a participação ativa da sociedade civil, onde as demandas e anseios populares possam ser integrados nas diretrizes que constroem/reconstroem a cidade. Neste processo é primordial ter conta as especificidades de cada local a fim de evitar ações arbitrárias que colidem com as práticas e costumes evitando, deste modo, absorver artificialmente padrões de ordenamento urbano oriundos de outras regiões tidas como parâmetros, impondo, deste modo,

³⁸ CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS. Op. cit, p. 37.

³⁹ Ibidem, p. 63

determinações exógenas e deslocadas. Concomitantemente, é preciso aos trabalhadores informais fortalecer suas entidades de representação a fim de confrontar os interesses de classe que estão investidos nas políticas de planejamento urbano atuais. Portanto, “é importante que a luta dos trabalhadores informais esteja dentro da plataforma pela Reforma Urbana, articulada com os demais movimentos atingidos pelos processos de segregação.”⁴⁰

Das problemáticas aqui colocadas torna-se pungente a necessidade de avançar nosso entendimento acerca deste conjunto de atividades para doravante lograr influenciar de maneira mais efetiva as políticas públicas de planejamento urbano, essa dissertação pretendeu trilhar esse caminho.

⁴⁰ Ibidem, p. 64.

Referências

- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, Maria Aparecida. **Setor informal ou trabalho informal?: uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2001.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 1977.
- _____. **Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida**. Recife: editora Universitária, 1979.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1999.
- ARAÚJO, R. M. L. . “A Respeito da Centralidade do Trabalho”. In: **a Educação (UFPA)**, Belém - Pará, v. 5, n.1 e 2, p. 07-23, 1999.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- ASTRADA, Carlos. **Trabalho e Alienação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- SANTOS, João Bosco Feitosa. **O avesso da maldição do gênesis: a saga de quem não tem trabalho**. São Paulo: Annablume, 2000.
- BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. “O Centro e as Formas de Expressão da Centralidade Urbana”. In: **Revista de Geografia** . São Paulo: UNESP, n. 10, 1991, p. 1- 18.
- BOMPASTOR, Sylvia Couceiro. “Cidade Moderna X Trabalho Urbano: A questão do comércio ambulante no recife nos séculos XIX e XX.” In: **Cad. Est. Soc.** Recife, v. 10, n. 1, p. 25-40, fan.flu n. , 1994.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1987.

CACCIAMALI, Maria Cristina. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: José Márcio Camargo, Fábio Giambiagi (orgs.). **Distribuição de renda no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, IERJ, 2000.

_____. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

CAMPOS, Heleniza Ávila. **Permanências e mudanças no quadro de requalificação sócio-espacial da área central do Recife (PE): um estudo sobre territorialidades urbanas em dois setores “revitalizados”**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Programa de Pós-Graduação em Geografia), 1999.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de Investigação em Sociologia Urbana**. Lisboa: Editorial Presença, 1975.

CAVALCANTI, Clóvis. **Viabilidade do setor informal: a demanda de pequenos serviços no grande Recife**. 2ª edição. Recife: Massangana; SUDENE, 1983.

CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS. **Trabalho informal e direito à cidade: dossiê de violações de direitos de trabalhadores ambulantes e domiciliares imigrantes**. São Paulo, 2012.

CORDEIRO, Helena Kohn. **O centro da metrópole paulistana**. São Paulo: USP-IG, 1980.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente**. Revista Cidades, vol.9, número, 16, 2012.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização – (des) fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico da Bahia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. **Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2006.

FRANÇA, Anna Laura Teixeira de. **As possibilidades de ascensão social oferecidas no Pernambuco colonial – Séculos XVII e XVIII**. Revista de Humanidades, v.5, n.12, out/nov. 2004.

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Populações Ativas**. São Paulo: DIFEL, 1979.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 1993.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 20ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HOBBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 11ª Edição. Rio do Janeiro: Zahar Editores, 1976.

LOPES, R. **A economia informal no Rio de Janeiro: problema ou solução**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

KONIG, Helmut. “A Crise da Sociedade do Trabalho e o Futuro do Trabalhador: Crítica de um debate atual”. In: **Teorias da educação e do Iluminismo - Conceitos do Trabalho e do Sujeito**. Werner Market (org.), Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1994.

MARX, KARL. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, Livro I, Tommo II, vol. 3, 1983.

_____. **O Capital: crítica da economia política: Livro Vol 1 e 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Tradução de Reginaldo Sant’Anna, 2002.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã (Feuerbach)**. 3ª edição. São Paulo: Editorial Presença e Livraria Martins Fontes, 1976.

MALAGUTI, M. L. **Crítica à razão informal – A imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo, 2000.

MATSUO, Myrian. **Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, 2009.

MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Geográficas, 1977.

MONTESSORO, Cláudia Cristina Lopes. **Centralidade urbana e comércio informal: os novos espaços de consumo no centro de Anápolis-GO**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, Illegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil” In: **RBCS**, Vol. 18, nº. 53, outubro/2003.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo, toyotismo**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antônio Carlos R. (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p 32-150. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 59).

SANTOS, João Bosco Feitosa dos. **O avesso da maldição do gênese: a saga de quem não tem trabalho**. São Paulo: Annablume, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Espaço e método**. 5ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Manual de Geografia urbana**. 3ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

_____. **O espaço do cidadão**. 7ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SAQUET, Marcos. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: SPOSITO, E; SAQUET, M; RIBAS, A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p.121-147.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SILVA, Maciel Henrique. “Na casa, na rua e no rio: a paisagem do Recife oitocentista pelas vendeiras, domésticas e lavadeiras” In: **Mneme**: revista de humanidades, ISSN 1518-3394 - V.7, n. 15, abr./maio 2005.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

_____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

SOARES, Marcos Antônio Tavares. **Trabalho Informal: da Funcionalidade à Subsunção ao Capital**. Vitória da Conquista: UESB, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **Abc do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Paulo Renato. **O que são empregos e salários**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SPOSITO, Eliseu S. Sobre o Conceito de Território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: SPOSITO, E., SAQUET, M., RIBAS, A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 15-36.

STREETNET INTERNATIONAL. **Copa do Mundo para todos: o retrato dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014**. Abril de 2012.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

Apêndice

Entrevista com Severino Alves, presidente do SINTRACI (Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras do comércio informal do Recife), realizada em Recife, em fevereiro de 2014.

Severino: Rapaz, a gente trabalha, a gente acha que tem uns 8 mil na cidade do Recife, aqui na cidade tem cerca de 6 mil, no centro, espalhado por toda cidade. Juntando Derby, essa região da Agamenon Magalhães... tem em torno de 6 mil comerciantes informais. Só pra ter noção como isso é possível, aqui no shopping tem 120, nessa partezinha daqui, daqui pra li tem 120. Daqui dessa pontinha de cá, da Riachuelo pra o shopping, tem 120 comerciantes. Então é mais ou menos isso aí, juntando Dantas Barreto, Calçadas, Rua Direita, Tobias Barreto.

João Gabriel: Vocês dividem por setores?

Severino: É o seguinte, a gente organiza, tem a diretoria do sindicato, composta pelo presidente, vice, secretário, primeiro secretário, tesoureiro, segundo tesoureiro, essa diretoria e o conselho fiscal; e a gente tem a previsão no estatuto de organizar os trabalhadores por delegados sindicais, que é equivalente a liderança política, né? E ainda tem os delegados sindicais espalhados pela cidade, delegados sindicais em vários locais, e a gente tira por rua. Pra poder organizar a pauta e discutir qual é a solução pra o que existe, a gente define por espaço, quer dizer que pode ser por rua, entedesse? Ou as vezes pode ser por aglomerado em algum espaço: Hospital Agamenon, Hospital Barão, UFPE, Clínicas, isso depende da lógica... Osvaldo... entre eles a gente faz o processo de discussão de liderança, quem se candidata, quem pode tá ajudando a contribuir, e aí essa pessoas tão vinculadas a organização do sindicato e ajudam a fazer a discussão setorial da área, do que é, do que pode ser feito, o que se pode ajudar, se a prefeitura atingiu não atingiu; e ajuda também a discutir de forma geral, levar as demandas gerais do comércio da discussão política pra base, pros trabalhadores. E aí funciona mais ou menos nessa dinâmica, desse processo.

João Gabriel: E o sindicato estadual tá parado?

Severino: Bicho, o sindicato estadual, inclusive, quando nós fomos fundar o municipal, ouve um convite que nós fossemos compor o sindicato, aí o cara queria que a gente compusesse

tesouraria... tudo porque tá esvaziado, não tem espaço. “Fulano” (não deu pra identificar o nome) disse que queria ganhar a presidência, queria a presidência, e esse cara tem um histórico de saque ao comerciante, de cobrar pelo ponto, histórico de cobrar: esse ponto eu vou...pagando seu o ponto eu lhe cobro pago a mensalidade, aí cobra um ano de mensalidade 300 conto, 200 as vezes, tem muito histórico disso. Histórico, por exemplo, do sindicato pegar a barraca “alguma coisa padronização”, vender, por exemplo, barraca. A barraca que se faz por 2 mil, vender a 4 mil reais. “E aí se eu quisesse comprar ações”, aí a gente avaliou que era melhor, e como tem uma previsão, na legislação trabalhista de que a organização sindical a unidade mínima é o município, a gente avaliou que seria mais interessante construir uma entidade a nível municipal pra tá pautando aqui o Recife, e aí tamos vendo ela a nível metropolitano agora porque a intervenção na área metropolitana tá muito grande por conta da copa do mundo. E hoje tamos estudando como vamos discutir, aí trabalhei com sindicato estadual vem já quase... não tem sede fixa, a gente só conhece um cara do sindicato que o presidente que é Elias, eu não lembro depois que a gente fundou o municipal eu não vi uma assembleia que ele tenha feito, então a gente tá avaliando juridicamente pra tá incorporando essa luta a nível estadual, entendesse? Mas ainda não tem uma definição clara de que como a gente vai tá organizando isso não.

João Gabriel: Os trabalhadores dos outros municípios vem procurar vocês também?

Severino: Inclusive 2013, a gente passou acho que 8 meses em processo de luta, de organização com o pessoal de Paulista, e tavamos tentando organizar e ajudar o pessoal, inclusive teve alguns êxitos lá, os companheiros lá tavam sendo enxotados do centro da cidade e não queriam dar nenhuma oportunidade de acesso. A prefeitura possibilitou depois de muito enfrentamento, da ocupação do prédio da prefeitura, depois de fechar a PE-15 lá, aí ela possibilitou uma negociação que a gente conseguiu garantir um espaço que fica hoje perto de um pátio, lá no centro da cidade grande, que tá os comerciantes informais lá. Aí devido a demanda daqui do Recife a gente acabou não fortalecendo ainda a organização de lá.

João Gabriel: Me fala um pouquinho do início do sindicato.

Severino: É o seguinte, existiu, os trabalhadores na verdade começaram a se organizar, descentralizados aqui na cidade do Recife. Por exemplo, o pessoal da Rua do Hospício e Sete de Setembro eles têm uma associação, que é a Associação dos Ambulantes da Boa Vista, que

foi ela que foi responsável por boa parte do processo de luta pra garantir que a Sete de Setembro e a Rua do Hospício garantissem seus pontos lá. Não foi possível na época segurar todo mundo porque era na faixa de 150 de cada rua e só sobrou 60 vagas, 80 vagas pra cada local, mas existia essa luta descentralizada como existia, por exemplo, na UFPE, foi criada a associação da união dos barraqueiros lá da UFPE, onde defendia assegurar uma padronização no espaço, garantindo que ao invés de retirar, desse uma alternativa de assegurar aos trabalhadores a possibilidade de tá se organizando. Foi quando a gente visualizou que a luta, os enfrentamentos seriam ampliados sobre os comerciantes, entendendo que copa do mundo tava próxima, que a copa das confederações estaria próxima, foi quando a gente visualizou que havia uma discussão eleitoral de limpeza da cidade em 2012, porque a cidade seria limpa, precisava limpar a cidade, e aí se a gente não fundasse uma organização mais sólida e mais representativa a nível municipal a gente não conseguiria enfrentar esse processo de luta, nós teríamos perdas muito fortes e não conseguiríamos acompanhar esse processo. Aí foi quando a gente avaliou que seria interessante fundar o sindicato e “representar esse sindicato”, e aí a prova de avaliação da gente tava tão verdadeiro que quando chegou janeiro e fevereiro começou as intervenções nos mercados públicos de Afogados, Casa Amarela, Água Fria, e nós tivemos uma dificuldade muito forte da prefeitura nos respeitar e nos legitimar como representantes dos trabalhadores, e aí esse processo de organização inicial, voltando pra organização, ele foi feito através de consolidar o que tinha de organização por enquanto. Havia na época também organizado o pessoal do Barão de Lucena e do Agamenon Magalhães, a gente junto o pessoal do Barão de Lucena e do Agamenon Magalhães, os ambulantes da UFPE, das clínicas, essa associação da Boa Vista, e alguns ambulantes “outros”, e fez uma articulação que se consolidou nessa organização que a gente vem conduzindo hoje. Mas importante que essa ação inicial teve papel importante no processo de legitimar, a prefeitura passou por um processo muito difícil de legitimar, porque além da gente adquirir a legitimidade jurídica, nós queríamos a legitimidade política, né isso? Mas a prefeitura ela não quis nos dá nem a legitimidade jurídica nem a legitimidade política, e aí foi preciso muitos embates assim, muita correria pra gente tentar organizar o pessoal, ter representante de cada setor pra poder fazer se representar. A gente tinha uma visão muito clara que o sindicato estadual serviria como instrumento pra poder colocar o que ela queria, que era fazer a limpeza, que era a divulgação da campanha eleitoral, de fazer a limpeza política na cidade, e não nos dando possibilidade de alternativas, e foi o que deu. Quando a gente ia pros espaços políticos a prefeitura legitimava o sindicato estadual mesmo ele não tendo legitimidade jurídica, que a previsão na legislação trabalhista é a seguinte: quando se

tem, se cria uma entidade a nível municipal, se houver outras a nível estadual e nacional elas perdem a representação do município, não existe uma estadual, mas o município representa, mesmo assim ela continuou legitimando o processo, e aí foi um processo de organização dos trabalhadores, (alguma coisa) copa do mundo tava vindo, a copa das confederações tava vindo que fez com que a gente pudesse se organizar na cidade, pudesse organizar os focos de enfrentamento na cidade mesmo de forma mais formal; e daí foram várias lutas, vários enfrentamentos, vários locais, vários pontos do Recife, foram massificando o sindicato e tornando ele hoje o que tá. Exatamente, foi a união de alguns setores que já existiam organizados e resultou nisso. Setores mais avançados, existem setores ainda desorganizados, mas são setores de organização precária, por exemplo, de trabalhadores no Cais de Santa Rita ali, por exemplo, que hoje tá inativo, não funciona, somo nós que negociamos lá; existe por exemplo uma associação de trabalhadores ali na Rua da Direita que não funciona, funcionou agora por exemplo quando a prefeitura quis tirar o pessoal da Rua Direita e jogar o pessoal na Dantas Barreto, aí os caras começaram indo lá pra negociar, mas muito mais puxando pra o outro lado do que puxando pro trabalhador mesmo.

João Gabriel: *Aí quem vocês representam no geral?*

Severino: Representados pelo sindicato comerciante informais, e representam-se popularmente por barraqueiros, ambulantes, camelôs, permissionários de fiteiros e bancas de revistas, esse é o acúmulo de representação que a gente tem, hoje na base sindical, então na representação do comércio informal a gente tá representando de uma ponta a outra do setor. Uns mais organizados, outros menos, mas de uma ponta a outra.

João Gabriel: *As principais pautas de reivindicação do sindicato hoje?*

Severino: É o seguinte, a gente hoje vem numa linha que a gente precisa defender a existência primeiro do comércio informal, porque a gente avalia que se o comércio informal não existir o índice de desemprego calculado ele vai ter um efeito muito forte na vida social, porque o comércio informal ele circula o dinheiro e populariza o acesso ao dinheiro e as mercadorias, de certa forma; e aí a primeira pauta é manter esse comércio informal, porém não manter ele a qualquer custo, e aí nós temos uma série de concepções que nós temos que nós temos “alguma coisa”, que o comércio informal não pode e não deve mais viver da maneira que vive, desrespeitando a acessibilidade nas calçadas, entendeu? Sem norma e

direito nenhum que possa garantir que o comerciante ele tem deveres, também, e normas pra poderem ser cumpridas, de forma desorganizada na cidade toda de uma maneira que muitos pontos são ocupados com excesso de camelôs que hoje poderiam tá sendo redistribuídos, e aí pra solucionar, dentro dessas pautas, pra solucionar esses problemas que a cidade vive, que é enfrentar o comércio informal e o processo de reurbanização dela, reorganização dela, aí a gente tem um ponto muito pontual, a gente avalia que o comércio informal precisa ser construído de forma descentralizada na cidade, e aí dar exemplos de que não pode centralizar porque é frustrante e não dá êxito, que é o exemplo do camelódromo; o camelódromo na época foi uma luta, uma conquista dos camelos na época, que inclusive a prefeitura e a gestão naquela época não queria conceder essa conquista e teve que, tem relatos, e aí a gente não acompanhou, mas tem relatos de companheiros que morreram por conta de enfrentamentos com a polícia e com, naquela época, com a prefeitura, e aí, mas foi uma estratégia extremamente frustrada, porque achavam que centralizar os camelos num único espaço, jogar, tirarem eles de todo centro da cidade resolveria o problema, o camelo poderia tá podendo vender e seria um centro comercial, mas aí caiu por terra essa avaliação porque o comércio informal ele nasce de uma demanda localizada na rua, onde tiver demanda por mercadoria e por comércio, onde tiver gente, pessoas passando vai ter comerciante informal, e aí mostrar a prefeitura que “a construção” do comércio informal descentralizado, ele consegue que a gente construa nele uma série de tipos, de modalidades do comércio informal, e aí a defesa do shopping popular, que é uma defesa que nós fazemos por exemplo pra Conde da Boa Vista, a gente “tem” a Conde da Boa Vista como uma avenida com suas calçadas reduzidas, elas não permitem que o comércio informal tá do jeito que tá hoje nas calçadas; uma solução que a gente pontuaria era a construção do shopping popular na Boa Vista, mas isso eliminaria de maneira nenhuma a nossa luta por, por exemplo, garantir que as paradas de ônibus que tem que ser construídas “usem” também uma parte do comércio informal organizado, com quiosque vendendo água, vendendo pipoca, porque é isso que a realidade coloca. Seu eu tirar todo mundo da Boa Vista e jogar todo mundo num shopping popular e não deixar esses pontos específicos nesses locais, a galera vai voltar, ou então vão surgir novos comerciantes informais, e aí a leitura, a defesa é de proteger isso, que a gente passe por um projeto de urbanização “literal”. Então essa defesa é de uma modalidade, que a leitura que pode ser feito esse shopping popular, mas ela se aplica em qualquer lugar? Não. Tem lugar que não se aplica. Nos hospitais a gente faz uma leitura que tem que ser feito nichos de um comércio popular, do comércio informal, que aí são a padronização de barracas como foi feito na Restauração, que vão depender do espaço e do local, ela pode ser 2 metros por 2 metros, 4

metros por 4 metros, de 1 metro por 1 metro, vai depender da realidade do local e como vai se fazer, porque as realidades são diferentes, dependendo dos locais, as realidades espaciais, geográficas, do espaço é diferente que tá no local, mas aí não além dos hospitais que podem ser colocados como possibilidade de diferentes modalidades a gente pode, por exemplo, fazer a avaliação que ruas, é interessante que o comércio informal se desenvolva na rua mesmo, temos que ter ele no meio da rua. Um exemplo do que a gente tem isso é a Sete de Setembro, a exemplo, claro, nas suas devidas proporções, da 25 de março, por exemplo, de São Paulo, a Sete de Setembro ela cumpre uma função de comércio de rua mesmo, e se tirar aquele comércio dali, informal dali, aquele comerciante ao redor, os formalizados, que acham que incomodam, eles vão ter uma perda muito grande em relação ao comércio, então tem locais que dá pra se construir isso aí. Por exemplo a rua das Calçadas, a gente avaliou que ali dá pra ser construído um grande comércio informal na rua mesmo, o pessoal coloca de manhã, que é o provisório, e tira a noite; a noite a rua serve de passarela, serve pra escoar as mercadorias dos comerciantes, mas de dia serviria também pro comércio informal. Então são essas modalidades que a gente precisa implementar na cidade do Recife e precisa ter um plano de ação disso aí. O problema é que você não tocou num ponto, mas é importante colocar, o problema é que a gestão pública do poder, ela não consegue ver o comércio informal como fenômeno socioeconômico que existe na cidade e coloca ele na marginalidade na discussão. Se a gente conseguir mudar essa dinâmica e construir políticas públicas de discussão sobre o comércio informal a gente pode mudar a realidade da cidade, vamos conviver com essa realidade do comércio informal e vamos conviver com a realidade da acessibilidade, da mobilidade nas calçadas, mas infelizmente o discurso é muito claro, é de “não, vamos tirar, vamos tirar”, e que em alguns meses “alguma coisa” essa gestão que tá aí, vem mudando, mas vem mudando por conta de alguma coisa; a sociedade também, eu acho também que ela vem um pouco aceitando que o comércio informal tem que existir e que tirar o comércio informal seria eliminar a possibilidade econômica de várias famílias, de vários trabalhadores, e isso aí vem fazendo com que, obrigando a prefeitura a mudar um pouco a postura dela em relação a isso; mas a gente nota, é notório, que é momentâneo, que é uma postura momentânea porque existe um sindicato que tem força, e que enfrenta ela, não alguma coisa relação com ela, entendeu? Mas aí alguma coisa que a gente tem, de que nesse momento o sindicato construa na sociedade e no poder público, na esfera do poder público, uma alguma coisa políticas públicas voltadas para o comércio informal, que possam ser realizadas para poder garantir uma urbanização na cidade e aí garantir também o poder de trabalho dos companheiros.

João Gabriel: Então diálogo zero da parte deles?

Severino: É o seguinte, a gente não pode dizer que o diálogo é zero. Depois das manifestações, do enfrentamento, a prefeitura recuou o enfrentamento político, por exemplo, ela tinha estabelecido, o secretário de mobilidade, João Braga, tinha estabelecido que dia 6 de janeiro (2014) ia tirar todos os comerciantes da rua, citou vários locais, citou Boa Vista, citou Rua das Calçadas, citou pracinha de Boa Viagem; criou um ambiente de terrorismo pro comerciante, e um ambiente de demarcação pra mídia, porque a mídia passou, acho que de dezembro até janeiro atrás da gente, rodando, porque ela queria ver, se ia tirar, se não ia tirar; foi quando aí houve uma postura de governo, mudou-se a postura, e disse “não, dia 6 nós vamos tirar não; dia 6 nós vamos começar a negociação para soluções do problema”. Só que, aparentemente, a essas negociações que estamos sendo chamados pontuais, por exemplo, eu fui chamado pra discutir o Cais de Santa Rita, a gente nota que as ações dela continuam, e continuam de forma muito forte.